## Grupo Acompanhamento Conjuntura Nacional – XII – Dezembro 2017 Economia e Sociedade

Coletânea de textos publicados no mês de dezembro para discussão da situação nacional no Comitê de Apoio à Democracia e Estado de Direito

#### Org. Paulo Timm- paulotimm.gmail.com

#### Apresentação

O objetivo desta coletânea, que terá periodicidade mensal, é o de reunir informações qualificadas e suscitar a reflexão e o debate sobre a conjuntura política e econômica, sem se posicionar sobre ela. Por este motivo, são reunidos artigos de fontes variadas e de posicionamentos diversos

#### Benedito Tadeu Cesar – Coordenação Comitê

PARTE I - GERAL

PARTE II – A QUESTÃO DA PREVIDÊNCIA – Mentiras e Argumentos

PARTE III - ESPECIAL HOMENAGEM A CELSO FURTADO

#### **PARTE I**

## 1. Fundação M.Graboi Fundação M.Grabois:

Desenvolvimentismo e Liberalismo: um confronto histórico pelo progresso do Brasil

2. Para sociólogo, economia do século 21 forjou um novo tipo de individualismo

**ANTHONY ELLIOTT** 

3.FRANÇA

Economista Pierre Salama analisa o governo de Emmanuel

Macron

4.Otimismo com a economia tem pior índice em 8 anos

5.Para Belluzzo, governo Temer e Lava Jato destroem coordenação da economia do país

6.Guilherme Estrella: Temer destrói futuro do Brasil e nos condena a papel secundário no mundo

7.Política econômica atual é descompromisso com o Brasil

8. Boletim do SENGE RS

9.Barbárie - Paulo Noueira Batista Jr.

10.Esquerda prepara caminho para campanha em

tempo de crise

**José Antônio Severo** 

11. "O discurso atual da esquerda não dá a Lula a menor chance de fazer um bom governo governo

#### **Celso Rocha Barros**

12.Rio Grande do Norte saiu da fase da crise para entrar no caos

13Fake news ou fake ideas?

**Luiz Gonzaga Belluzzo** 

### 1.Fundação Maurício Grabois

A Editora Anita Garibaldi e a Fundação Maurício Grabois disponibilizam gratuitamente o ebook de José Carlos Ruy e Ronaldo Carmona que analisa, desde a formação do estado brasileiro, as disputas pelos rumos do desenvolvimento nacional, entre o atraso das elites patrimonialistas e o liberalismo mais progressista que modernizou o Brasil. O retrocesso neoliberal e a perda do caráter progressista da burguesia nacional com o avanço da financeirização também são analisados para compreensão da conjuntura atual de desindustrialização acelerada.



## Desenvolvimentismo e Liberalismo: um confronto histórico pelo progresso do Brasil

A Editora Anita Garibaldi e a Fundação Maurício Grabois disponibilizam o ebook de José Carlos Ruy e Ronaldo Carmona que analisam, desde a formação do estad

Saiba mais

GRABOIS.ORG.BR

## 2.Para sociólogo, economia do século 21 forjou um novo tipo de individualismo

http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1946843-sociedade-do-sec-21-nos-incita-a-mudar-rapido-e-torna-identidade-descartavel.shtml

RESUMO Sociólogo argumenta que o 'individualismo', que girava em torno da construção de uma identidade privada e estável para nós mesmos, precisa ser substituído por um 'novo individualismo': a sociedade do século 21 nos encoraja a mudar tão completa e tão rapidamente que as identidades se tornam descartáveis.

\*

O jornal "The New York Times" publicou há alguns anos uma reportagem intitulada "Jogos Vorazes: Noivas".

Tratava das tribulações enfrentadas por mulheres que querem perder peso para suas cerimônias de casamento.

Especialistas falavam sobre as técnicas mais efetivas de emagrecimento e desintoxicação. A perda típica de peso é de 7 kg a 10 kg. Valendo-se de métodos para purgar o organismo e de dietas que eliminam gordura, as noivas estão determinadas a exibir a completa transformação de seus corpos.

Reduzir as medidas para o grande dia requer uma forma curiosa de devoção; negação e privações adquirem posição central nos mantras. A certeza de que a transformação desejada pode ser obtida muito rapidamente ajuda muito.

É por essa razão, e só por ela, que dietas drásticas são a grande moda nos jogos vorazes para noivas.

O procedimento conhecido como Diet Tube é um dos exemplos mais enfáticos. Seus usuários recebem nutrientes líquidos através de um tubo plástico inserido no nariz. Uma microbomba elétrica injeta a substância proteica diretamente no estômago, para controlar a fome.

Embora não pareça agradável nem desejável, o método nasogástrico ganha cada vez mais popularidade, não só entre noivas mas também entre mulheres (e homens) que buscam se reinventar.

Em contraste com cirurgias cosméticas, que requerem paralisação das atividades e um período de recuperação, o Diet Tube só demanda de seus usuários que não comam.

Se a obesidade é uma epidemia com sérias consequências globais, nossa preocupação com a perda de peso não fica muito atrás.

A divulgação constante de pesquisas relacionadas a dietas pela mídia de massa é um indicador das fantasias das mulheres e homens quanto a corpos mais esbeltos e mais sexy; a ascensão de um setor mundial de dieta que movimenta bilhões de dólares também sugere a onipresença do desejo por reinvenção nas sociedades modernas.

A dramatização mais perfeita desse fenômeno talvez esteja na incansável substituição das dietas.

Da Atkins à Dukan, e delas à da zona e à Scarsdale, à da cebola e à do repolho: regimes de disciplina austera surgem como parte de um trabalho febril de reinvenção, no qual experimentar a mais recente moda dietética parece ser precondição para o florescimento humano.

UMA NOVA ERA - Esta é a era da reinvenção.

Para muitos, ela oferece o estilo de vida perfeito. Das dietas aceleradas aos "life coaches" (técnicos para a vida), dos reality shows às cirurgias cosméticas, a arte da reinvenção se mescla com os atrativos da próxima fronteira, com o avanço rumo aos limites — especialmente os do indivíduo.

Para outros, a mania de reinvenção representa a degradação da cultura e as ilusões narcisistas de uma geração autocentrada.

Por trás da proliferação interminável dos espetáculos de reinvenção que vemos hoje, existe o imperativo cultural de agir — de consertar, refazer, melhorar ou transformar. Se você não gosta de seu estilo de vida ou de sua aparência atual, descarte-os e se reprojete.

Em tese, o imperativo cultural da reinvenção envolve constante redefinição do "eu", de modo a trazer ganhos ao indivíduo, e não perdas, mas na verdade o processo se assemelha a uma aniquilação niilista da identidade. É como se, embriagado com as fantasias narcisistas do ego, o indivíduo constantemente repaginado fosse exposto como um neurótico compulsivo, viciado nos altos e baixos de uma vida reconstruída uma vez após a outra.

No entanto, o apelo à reinvenção está em toda parte: reinvenção da identidade e do corpo, do sexo e dos relacionamentos, das carreiras e das empresas, dos lugares, das regiões e da ordem mundial.

Considere, por exemplo, a mistura perversa de terror e deleite que alimenta a gordofobia. Em um mundo com valores ditados pelo consumismo, pela cultura empresarial e pelo culto das celebridades, existe um escrutínio constante dos corpos obesos (e mesmo do possível surgimento de gordura).

O reality show americano "The Biggest Loser" é emblemático. Mulheres são forçadas a se exibir em sutiãs sumários e shorts apertados, expondo sua carne trêmula, e a audiência se delicia assistindo aos exercícios dolorosos que os participantes acima do peso fazem sob as ordens de personal trainers.

Nota-se aqui um deleite quanto à reinvenção dos corpos — deleite que provoca o terror que busca transcender. Desse ângulo, a sociedade da reinvenção é revelada como uma ilusão destrutiva na qual mulheres e homens renegam, ou expelem de suas vidas, aquilo que não são capazes de tolerar.

Contudo, se existe ilusão, também existe resiliência.

Apesar da natureza deslocadora, perversa e excessiva da cultura da reinvenção, estamos lidando com as maneiras complexas e contraditórias pelas quais homens e mulheres subvertem os valores tradicionais, criam novos significados, dão forma a novos códigos consensuais e experimentam com a vida e com novas possibilidades.

A reinvenção, assim, entre outras coisas, sempre representa um engajamento (ainda que mínimo) com os contornos da invenção.

Essa é uma razão para que mulheres e homens contemporâneos se deixem arrastar pela sociedade da reinvenção: levamos em conta as narrativas que as

pessoas elaboram (a respeito de si mesmas ou de outros) a fim de lidar com um mundo em globalização avançada.

#### NOVO INDIVIDUALISMO

Meu argumento geral é o de que a reinvenção e as ideologias a ela relacionadas podem ser compreendidas mais corretamente como consequências da difusão daquilo que já defini como novo individualismo.

O individualismo girava em torno da construção de uma identidade privada e estável para nós mesmos, independente do mundo. Mas o individualismo de hoje nos encoraja a mudar tão completa e tão rapidamente que nossas identidades se tornam descartáveis.

O termo "individualismo" foi cunhado no começo do século 19 pelo francês Alexis de Tocqueville para descrever o senso emergente de isolamento social que ele observou nos Estados Unidos.

Hoje, essa noção continua em vigor, mas com um comportamento devidamente modificado e ajustado para se enquadrar ao novo capitalismo e às tecnologias criadas pela globalização — e é por isso que falo de um novo individualismo.

O novo individualismo é movido por uma fome insaciável de mudanças imediatas.

A tendência pode ser percebida nas sociedades contemporâneas não só pela ascensão de cirurgias plásticas e pelos reality shows sobre reforma instantânea de identidade mas também pelo consumismo compulsivo, pelos namoros relâmpagos e pela cultura da terapia.

O desejo por resultados imediatos nunca foi tão pervasivo ou agudo. Ficamos acostumados a gastar meros segundos para mandar e-mails ao outro lado do mundo, comprar produtos supérfluos com um clique e deslizar de uma relação para outra sem maiores compromissos de longo prazo.

Não surpreende que agora tenhamos diferentes expectativas sobre as possibilidades da vida e o potencial para mudanças.

Em nossa sociedade imediatista, as pessoas querem mudanças e, cada vez mais, as querem para já.

O mercado agora oferece uma série de soluções com a promessa da transformação instantânea.

Mais e mais, tais soluções — da autoajuda à terapia, da reformas pessoais a cirurgias plásticas — são reduzidas a uma mentalidade mercantil.

O consumo "para já" de hoje em dia cria a fantasia da plasticidade infinita do "eu".

A mensagem da indústria é a de que você poderá se reinventar como bem entender — e nada poderá impedi-lo.

Mas esse novo senso de individualismo dificilmente preservará sua felicidade por muito tempo.

Pois melhorias pessoais são concebidas tendo em vista o curto prazo. Elas duram apenas até "a próxima vez".

Em um relatório que ressalta o entrelaçamento entre o individualismo e o imediatismo, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas aponta para a enorme demanda em todo o mundo por serviços e bens de consumo individuais.

"Demanda", nesse caso, significa desejo por gratificação instantânea, um desejo que não só estimula o senso de isolamento social percebido por Tocqueville mas também pode acarretar consequências mundiais desastrosas.

No que tange ao consumo desigual, por exemplo, a ONU apontou num estudo da década de 1990 que prover educação básica para todos os cidadãos dos países em desenvolvimento custaria em torno de US\$ 6 bilhões adicionais ao ano, enquanto os EUA sozinhos já gastavam espantosos US\$ 8 bilhões por ano com cosméticos.

Considere alguns outros dados chocantes sobre gastos anuais (segundo o mesmo documento de 1998):

- US\$ 11 bilhões com sorvete na Europa;
- US\$ 17 bilhões com comida para animais de estimação na Europa e nos EUA;
- US\$ 50 bilhões com cigarros na Europa;
- US\$ 105 bilhões com bebidas alcoólicas na Europa;
- US\$ 400 bilhões com narcóticos em todo o mundo.

Os números refletem não só uma obsessão cultural com consumo, prazer e hedonismo mas também apontam para uma ênfase individualista na satisfação dos desejos.

A maioria dos relatos sobre individualismo tende a caracterizar nossa atual preocupação com o "eu" em termos de narcisismo, emotividade e manipulação de necessidades e desejos pessoais.

Esses relatos destacam os traços restritivos de nossa cultura individualista e muitas vezes representam o mundo em que vivemos como eivado de consequências traumáticas para as vidas emocionais e os relacionamentos das pessoas.

#### AMBIVALÊNCIA

Embora esses relatos contenham percepções úteis, eles não captam os traços mais centrais do novo individualismo.

Argumento que a ascensão de uma linguagem comum altamente individualizada para definir questões públicas é um fenômeno ambíguo, que promove a compreensão da realização do "eu" e também o cultivo da limitação do "eu".

A cultura do individualismo gerou um mundo de experimentação, expressão pessoal e tomada de riscos — que, por sua vez, é embasado por novas formas de apreensão, angústia e ansiedade derivadas dos perigos da globalização.

Se o novo individualismo se tornou supremo, é porque flexibilidade, adaptabilidade e transformação estão mescladas de modo complexo na economia eletrônica mundial.

Num mundo de demissões intermináveis pelas grandes empresas, transferências de operações para o exterior e reorganizações de companhias, as pessoas estão correndo para se ajustar a novas definições e experiências do "eu" quanto a relacionamentos, intimidade e trabalho, entre muitas outras áreas.

Diante do pano de fundo desse admirável mundo novo da globalização, da revolução nas comunicações e da tecnologia de produção baseada em computadores, não deveria ser surpresa que homens e mulheres contemporâneos expressem o desejo de transformar suas vidas instantaneamente, de modificar seu "eu" sem restrições ou resistência.

Como os participantes do reality show "Extreme Makeover" — no qual as pessoas passam por cirurgias cosméticas, trabalho ortodôntico, regimes de exercício e reformulações de guarda-roupa a fim de reconstruir suas existências —, mais e mais homens e mulheres acreditam que é possível e necessário recriar suas vidas da forma que preferirem.

Nessa condição narcisista, o "eu" é redefinido como uma espécie de kit "faça você mesmo".

A realidade se deflaciona magicamente, já que deixam de existir restrições impostas pela sociedade, ao mesmo tempo em que o "eu" se eleva ao patamar de uma obra de arte.

Diversos fatores, em condições de globalização avançada, levam os indivíduos a exigir mudança instantânea a fim de obter aquilo que percebem como vantagem pessoal e profissional sobre os outros.

A nova economia causou mudanças de enorme magnitude, que sujeitam as pessoas a pressão intensa para que acompanhem a velocidade das transformações sociais. Empregos seguros desaparecem do dia para a noite.

Homens e mulheres lutam freneticamente para conquistar novas capacitações, ou serão descartados.

Nessa nova economia de contratos de curto prazo, interminável redução de custos, entregas a jato e carreiras múltiplas, as transformações sociais objetivas são espelhadas no nível da vida cotidiana.

A demanda por mudança instantânea, em outras palavras, é amplamente percebida como demonstração de apetite por (e disposição de abraçar) mudança, flexibilidade e adaptabilidade.

O impacto das grandes empresas multinacionais, capazes de exportar a produção industrial para locais de baixos salários em todo o mundo e de reestruturar o investimento no Ocidente, desviando-o da manufatura para os setores de finanças, serviços e telecomunicações, causou grandes transformações na maneira como as pessoas vivem suas vidas, abordam o emprego e se posicionam dentro do mercado de trabalho.

O emprego se tornou muito mais complexo do que em períodos anteriores, como resultado da aceleração da globalização, e um fator institucional chave para a redefinição da condição contemporânea foi o declínio da ideia de posto de trabalho vitalício.

A morte da ideia de uma de uma carreira (uma vida de trabalho) desenvolvida dentro de uma só organização foi interpretada por alguns como sinal de uma nova economia —flexível, móvel, operando em rede.

O financista e filantropo internacional George Soros argumenta que transações tomaram o lugar dos relacionamentos na economia moderna.

Diversos estudos enfatizam essas tendências mundiais ao imediatismo ou ao predomínio do episódico — nos relacionamentos pessoais, na dinâmica familiar, nas redes sociais, no trabalho.

O sociólogo Richard Sennett escreve sobre a ascensão "do trabalho de curto prazo, episódico e por contrato".

O emprego vitalício do passado, ele argumenta, foi substituído pela empreitada de pequena duração.

#### FALTA DE CONFIANÇA

A cultura imediatista das empresas está produzindo uma erosão generalizada da relação de confiança que os trabalhadores desenvolviam com seus locais de trabalho.

Em um mundo empresarial no qual todos estão sempre pensando em seu próximo passo na carreira ou se preparando para grandes mudanças, é muito difícil — e em última análise, pode se provar disfuncional — manter lealdade em relação a uma dada organização.

Autores como Sennett veem a flexibilidade exigida por empresas multinacionais como demonstração da realidade da globalização, que promove a concepção dominante dos indivíduos como descartáveis.

É diante desse pano de fundo sociológico que ele cita estatísticas segundo as quais o universitário americano médio que se formar hoje ocupará uma dúzia de empregos diferentes ao longo de sua carreira e terá de mudar sua capacitação profissional ao menos três vezes.

Não admira que o capitalismo flexível tenha seus descontentes, para os quais se torna desagradavelmente claro que os supostos benefícios do livre mercado estão cada vez menos aparentes.

Em outra obra posterior, "A Cultura do Novo Capitalismo", Sennett discorre sobre as consequências emocionais mais profundas das grandes mudanças organizacionais: "As pessoas temem se ver deslocadas, marginalizadas ou subutilizadas.

O modelo institucional do futuro não lhes oferece uma narrativa de vida no trabalho, ou uma promessa de grande segurança no reino público".

Da mesma maneira que o capitalismo flexível se engaja em reestruturações organizacionais incessantes, as pessoas fazem o mesmo —empregados, empregadores, consumidores, pais e filhos.

Don DeLillo escreve que o capitalismo mundial gera transformações à velocidade da luz, não só em termos do movimento súbito de fábricas, migrações em massa de trabalhadores e transferências instantâneas de capital líquido, mas em "tudo, da arquitetura ao tempo de lazer, à maneira pela qual as pessoas comem, dormem e sonham".

Ao refletir sobre as maneiras complexas pelas quais nossas vidas emocionais são alteradas pelas mudanças socioeconômicas causadas pela globalização, busco expandir a gama de transformações mencionadas por DeLillo, tomando por foco as experiências mutáveis das pessoas quanto a identidades, emoções, afetos e corpos como resultado da difusão do novo individualismo.

Meu argumento é que forças globais, ao transformar as estruturas econômicas e tecnológicas, penetram no tecido de nossas vidas pessoais e emocionais.

A maioria dos autores concorda que a globalização envolve uma reformulação dramática das fronteiras nacionais e locais.

As viradas repentinas do capital de investimento, a expansão transnacional da produção multipropósitos, a privatização de instituições governamentais, o remodelamento incessante das finanças, a ascensão de novas tecnologias, a instável energia dos mercados de ações que funcionam 24 horas: essas imagens do capitalismo multinacional põem em foco a dimensão da reconstrução imposta ao planeta a cada dia.

Venho sugerindo que essas mudanças se infiltram profundamente na vida cotidiana e afetam um número crescente de seres humanos. Os valores da nova economia mundial cada vez mais estão sendo adotados pelas pessoas para remodelar suas vidas.

A ênfase está em viver ao estilo do contrato de curto prazo (naquilo que vestimos, nos lugares em que moramos, na forma como trabalhamos), em transformações cosméticas incessantes e na melhoria do corpo, na metamorfose instantânea e nas identidades múltiplas. Esse é o campo da sociedade da reinvenção, que continua a se espalhar pelas polidas e dispendiosas cidades do Ocidente, e mais além.

\*

ANTHONY ELLIOTT é professor de sociologia da Universidade South Australia e da Universidade Keio, no Japão. É autor do livro "The New Individualism" (o novo individualismo) junto a Charles Lemert. Esteve no Brasil, participando no Congresso Brasileiro de Sociologia, em Brasília no último mês de julho.

PAULO MIGLIACCI, 49, é tradutor.

DIEGO LÓPEZ PROSEN, 38, argentino radicado no Brasil, é artista plástico.



3.FRANÇA

#### Economista Pierre Salama analisa o governo de Emmanuel

#### **Macron**

Macronismo é um nome cunhado pela mídia para designar a França sob os primeiros oito meses de governo do jovem, culto, dinâmico e ex-banqueiro Emmanuel Macron. http://g1.globo.com/globo-news/milenio/videos/

http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/12/1942975-globalizacao-elevou-custos-da-politica-industrial.shtml

Laura Carvalho

Globalização elevou custos da política industrial - 14/12/2017

Os dados apresentados no mais recente Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI (Instituição Fiscal Independente) mostraram que os investimentos públicos com a aquisição de ativos fixos (obras e instalações públicas e aquisições de máquinas e equipamentos) já caíram ao patamar de 2004, em termos reais.

Os números revelam ainda que esses investimentos chegaram a representar 4,6% do PIB em seu auge, no ano de 2010.

O patamar atual — de cerca de 2% do PIB — já é inferior ao de 1999, de 2,4%.

Embora a maior parte dessa redução seja explicada pela forte queda nos investimentos das estatais federais, os investimentos do governo central reduziram sua participação no PIB pela metade, de 0,8% em 2010 para 0,4% em 2017. No período de expansão que durou entre 2004 e 2010, esse percentual havia subido de 0,2% para 0,8%.

É verdade que o ajuste fiscal explica a maior parte dessa queda. Somente no ano de 2015, os investimentos do governo central passaram de 0,7% para 0,5% do PIB. Mas, entre 2010 e 2014, esses investimentos já haviam caído um ponto percentual em relação ao PIB.

Os números reforçam a visão de que, no período que coincide com o primeiro governo Dilma, os investimentos públicos perderam espaço enquanto motor de crescimento econômico. Em seu lugar, ficaram as políticas de desonerações tributárias como forma de estímulo aos investimentos privados.

Olhando em retrospecto, fica claro que os investimentos públicos menores não foram substituídos por investimentos privados maiores, mesmo em um ambiente macroeconômico marcado, em um primeiro momento, pela redução dos juros e pela desvalorização do real — elementos que também contribuíram para aumentar a lucratividade das empresas.

O debate econômico vem apontando causas diversas para esse fracasso, mas uma pergunta anterior a essa decorre da constatação de que, ao redor do mundo, as desonerações tributárias para grandes empresas estão associadas a plataformas econômicas conservadoras (vide governo Reagan e propostas de Trump nos EUA) e, ao contrário, os investimentos públicos em infraestrutura física e social feitos diretamente pelo Estado compõem programas econômicos considerados progressistas.

Embora o fim da expansão dos investimentos não necessariamente tenha sido uma decisão deliberada do governo e possa ter vindo, em boa parte, como consequência do menor espaço no Orçamento e de outras dificuldades em sua execução, ainda falta entender as razões para que um governo associado à esquerda tenha apostado suas fichas em uma política tão ampla de incentivos a grandes corporações.

Além das pressões de representantes dos setores econômicos beneficiados no governo e no Congresso, uma possível explicação pode estar na diminuição da margem de manobra para outras formas de estímulo a setores industriais na era da globalização.

No desenvolvimentismo do pós-guerra, o incentivo ao desenvolvimento de setores estratégicos da indústria chegava por meio de tarifas de importação, taxas de câmbio diferenciadas e outros mecanismos hoje interditados pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

Sobrou a via da diminuição de impostos e do câmbio desvalorizado como forma de compatibilizar a tradição industrialista da presidente Dilma Rousseff com os interesses imediatos de um empresariado politicamente influente.

Os custos altos dessas políticas do ponto de vista fiscal e distributivo trazem à tona a necessidade de repensar o modelo industrialista e nacional-desenvolvimentista que domina uma parte importante do pensamento econômico brasileiro.

Diante das restrições impostas pela globalização, há alternativas mais justas, mais sustentáveis e mais eficazes de estímulo ao crescimento e ao progresso tecnológico.

#### 4. Otimismo com a economia tem pior índice em 8 anos

http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,otimismo-com-a-economia-tem-pior-indice-em-8-anos,70002103745

Melhora da atividade é a aposta da gestão Temer na disputa presidencial de 2018, mas só 21% preveem mais prosperidade no ano que vem; 86% consideram governo corrupto

Daniel Bramatti, O Estado de S.Paulo

01 Dezembro 2017 | 05h00

O otimismo dos brasileiros em relação ao desempenho da economia teve uma queda significativa e chegou em novembro ao patamar mais baixo dos últimos oito anos, segundo série histórica de pesquisas Ibope. Apenas 21% preveem mais prosperidade no próximo ano – metade do porcentual obtido no levantamento anterior, feito no final de 2016.

O presidente Michel Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles Foto: Adriano Machado/Reuters

A expectativa no governo federal é de que a melhora lenta da atividade econômica – incluindo os indicadores de crescimento, renda e emprego – se transforme em um ativo eleitoral para impulsionar um candidato governista na disputa presidencial do próximo ano.

+++ANÁLISE: Jogo de soma zero

A mais recente pesquisa do Ibope traz outras más notícias para Temer: mais de 80% da população considera que o governo brasileiro é corrupto, está no rumo errado e não respeita a vontade dos cidadãos.

#### +++Brasil já saiu da recessão, mas ainda não há essa sensação, diz Meirelles

A pergunta específica sobre a economia em 2018 revela que 28% dos brasileiros preveem mais dificuldades em 2018, e que quase metade (48%) prevê que nada mudará em relação a este ano.

"Apesar de a economia dar sinais de melhora, ela ainda não está sendo percebida pela população, por isso a expectativa em relação ao próximo ano é a pior da série histórica medida desde 2010", disse Márcia Cavallari, diretora executiva do Ibope.

O futuro de Temer está atrelado ao bom desempenho da economia principalmente porque o nome mais citado entre os possíveis candidatos da coalizão governista é justamente o de seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, do PSD. A avaliação do Palácio do Planalto é a de que os indicadores de emprego e renda estarão mais favoráveis no próximo ano, o que dará aos governistas capital político para disputar a Presidência.

No final de setembro, levantamento do Ibope revelou que apenas 3% da população considera a gestão de Temer ótima ou boa. Nas pesquisas eleitorais mais recentes, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem aparecido em primeiro lugar, seguido pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

Reservas. Quase nove em cada dez brasileiros não estão conseguindo guardar dinheiro, segundo o levantamento do Ibope. Nos estratos de maior renda (classes A e B), quase um quarto da população chega ao final do mês sem gastar toda a renda. Nas classes D e E, apenas 5% fazem o mesmo.

O instituto também fez um questionamento menos específico, sobre como será o ano que vem "de maneira geral". Para 41%, será melhor (queda de 27 pontos porcentuais em relação à pesquisa de 2016). Para 29%, será pior (os pessimistas eram 17% há 12 meses).

O Ibope fez a pesquisa como parte de um estudo internacional sobre as

expectativas em relação a 2018 e a percepção das populações de diferentes

países sobre diversos governos e líderes mundiais.

+++Juíza determina suspensão de campanha do governo a favor da reforma da

Previdência

No caso do Brasil, 86% concordam com a afirmação de que o governo é

corrupto. Para 81%, a vontade da população não é respeitada. Apenas 12%

consideram que o País está sendo conduzido pelo caminho certo, e 85% opinam

o contrário.

Segundo a pesquisa, há diferenças significativas nos níveis de otimismo em

relação à economia nas distintas regiões do País. No Sul, por exemplo, apenas

14% dos moradores esperam prosperidade no ano que vem - sete pontos

porcentuais a menos do que na média nacional. No outro extremo, o

Norte/Centro-Oeste, 29% estão otimistas.

O levantamento do Ibope foi realizado entre os dias 20 e 27 de novembro, com

2.002 entrevistados em 142 municípios de todas as regiões do Brasil. A margem

de erro estimada é de dois pontos porcentuais para mais ou para menos. O nível

de confiança é de 95% – ou seja, se 100 pesquisas fossem feitas com a mesma

metodologia, 95 teriam resultado dentro da margem de erro.

5.Para Belluzzo, governo Temer e Lava Jato destroem

coordenação da economia do país

Publicado em: dezembro 8, 2017



Luiz Gonzaga Belluzzo:

"Estão destruindo todos os espaços de coordenação da economia brasileira". (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

Eduardo Maretti – Rede Brasil Atual

https://www.sul21.com.br/jornal/para-belluzzo-governo-temer-e-lava-jato-destroem-coordenacao-da-economia-do-pais/

Em seminário do qual participou em dezembro de 2014, nove meses depois de deflagrada a operação Lava Jato, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo alertou: "Estou observando uma tendência na sociedade brasileira de achar que não tem importância destruir a Petrobras e as empreiteiras". Na ocasião, disse que era preciso combater a corrupção, mas ao mesmo tempo preservar a estatal e as grandes construtoras, "responsáveis por uma parcela muito importante do investimento no país". O economista recomendava "substituir a direção das empresas e preservá-las".

Três anos depois, a avaliação de Belluzzo se confirma, com o país em recessão e a Petrobras sofrendo uma perversa política de desinvestimento, a indústria naval em rápida decadência e os empregos do setor de óleo e gás em depressão profunda.

A constatação do economista, hoje, não poderia ser outra. "Eles estão destruindo não só o setor, estão destruindo todos os espaços de coordenação da economia brasileira, que foram sendo construídos ao longo de 50 anos. Mesmo os governos militares não abandonaram isso, continuaram preservando as estruturas de coordenação: a relação entre empresa estatal e privada, Tesouro, bancos etc.", diz Belluzzo à **RBA**. "Essa é a maior forma de organização da economia capitalista, que na sua forma mais avançada são os chineses que estão fazendo. E nós estamos desfazendo."

Graves crises em potências mundiais, como na nação mais poderosa do planeta, ou problemas de corrupção em empresas multinacionais gigantes, mostram

como países resolvem ou tentam resolver seus problemas internos, mas preservam sua própria economia, seus interesses e seu povo.

"Vamos pegar os Estados Unidos, por exemplo. Eles puniram os caras que praticaram infrações penais. Mas destruíram algum banco que produziu a crise do subprime?", lembra, em referência à crise do setor financeiro de 2007-2008, decorrente dos empréstimos hipotecários norte-americanos de alto risco. "Isso é tão óbvio no mundo inteiro que eu fico espantado que a gente tenha que falar isso."

Outro exemplo, também mencionado pelo coordenador da Frente Única dos Petroleiros, José Maria Rangel, é a gigante coreana Samsung, cujo herdeiro e vice-presidente, Lee Jae-yong, foi condenado e preso por corrupção pela Justiça da Coreia do Sul.

"Está preso. E eles destruíram a Samsung? Não", afirma Belluzzo. Em sua opinião, promotores, juízes e membros do sistema judiciário brasileiro, de modo geral, não conseguem entender um aspecto crucial e básico: "Na verdade, a empresa é uma instituição social, e aqui eles – desatinadamente – quase que praticamente destruíram um setor, o setor de óleo e gás, onde se tinha muitos investimentos a se fazer."

Uma das questões que se relacionam com essa incapacidade de compreensão é "a visão parcial" de promotores e juízes que comandaram o processo da Lava Jato. "Eles não são capazes de avaliar, porque não têm formação para isso, o que é um defeito da especialização. Não estou dizendo que estão fazendo de propósito, mas não sabem o que estão fazendo."

O economista não se mostra adepto de teorias da conspiração segundo as quais as ofensivas contra a Petrobras e as empreiteiras fazem parte de uma estratégia deliberada. "O pessoal diz que estavam fazendo um serviço para as empresas estrangeiras ocuparem o mercado. Mas eles não precisavam estar a serviço de ninguém, estavam fazendo o serviço por conta própria, por causa das limitações deles. Não têm nenhuma noção. Isso é uma coisa típica de um país que tem mecanismos de controle e avaliação muito precários", avalia.

E depois de tudo, "o governo entrou na conversa da privatização da Petrobras. Prosseguiram no caminho equivocado".

Seja como for, o serviço de juízes, promotores e do sistema de Justiça contou certamente com a providencial colaboração da mídia nativa. "Claro que teve o papel da imprensa também, muito negativo. Ela não esclareceu a população sobre nada e continua não esclarecendo. Então eles foram em frente e causaram um enorme prejuízo ao país, e ajudaram na recessão."

# 6.Guilherme Estrella: Temer destrói futuro do Brasil e nos condena a papel secundário no mundo

http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/10/guilherme-estrella-governo-temer-destroi-o-futuro-

#### do-brasil

Para diretor de Exploração e Produção da Petrobras na época da descoberta do pré-sal, Teme deve estar dizendo o mesmo que Bush depois de invadir o Iraque por causa do petróleo: missão cumprida

por Maurício Thuswohl, para a RBA publicado 27/10/2017 19h33, última modificação 29/10/2017 14h15

PRESIDÊNCIA EUA



Bush discursa após invadir Iraque, com capacidade de produção de 50 bilhões de barris: 'Missão cumprida'

Rio de Janeiro – A entrega de blocos de exploração do pré-sal para empresas estrangeiras em consórcios sem a participação da Petrobras doeu em todos os brasileiros que enxergam o setor de petróleo e gás como instrumento primordial para garantir a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e científico do país. Talvez mais do que qualquer outro brasileiro, uma pessoa viu no leilão realizado nesta sexta-feira (27) pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) uma razão especial para se entristecer: o geólogo Guilherme Estrella. Estrella foi diretor de Exploração e Produção da Petrobras na época da descoberta do présal, ainda no governo Lula. E afirma que a realização de leilões como esse é um dos objetivos centrais do golpe que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República.

"Este governo entrega o Brasil, destrói o nosso futuro. A entrega do pré-sal às empresas transnacionais – mas que defendem os interesses de seus países de origem – consiste numa das metas centrais do golpe de 2016. As nações hegemônicas sabem que petróleo e gás natural permanecerão a principal fonte de energia para a humanidade ao longo dos próximos 50 anos, senão além, até o final deste século 21. E a província petrolífera do pré-sal brasileiro é, muito provavelmente, a última área petrolífera de reservas de grandes dimensões do planeta. Os geólogos de petróleo de todo o mundo sabem disso", disse Estrella em conversa exclusiva com a **RBA**.

Para o ex-diretor da Petrobras, a postura do atual governo em relação ao pré-sal condenará o Brasil a um papel secundário na economia global pelas próximas décadas: "Energia é soberania nacional. Para essas nações assegurarem, defenderem, preservarem suas soberanias e seu poder geopolítico mundial, não há outra saída: é o pré-sal brasileiro ou nada", afirma o engenheiro.

Estrella lembra que o Iraque foi invadido por causa do "gigante Majnoon" – ironicamente descoberto também por brasileiros, e pela Petrobras, em 1976. "Eram 50 bilhões de barris que estavam preservados como reserva estratégica iraquiana. Bagdá conquistada, o tal do Bush, a bordo do porta-aviões nuclear Nimitz estacionado no Golfo Arábico, concluiu seu cumprimento às tropas invasoras com uma expressão que se tornou mundialmente conhecida: '*Mission accomplished*'."

Agora, diz o especialista, Temer poderá repetir o gesto: "Essa figura sinistra que agora ocupa o Planalto se apressará em exclamar, orgulhoso, a mesma sentença, e provavelmente no mesmo idioma de seus senhores, *mission accomplished*. Missão cumprida. Esse governo ilegítimo e rejeitado por todos está a cumprir a missão que lhe foi imposta pelos interesses antibrasileiros que o colocaram no poder", critica. "Só a eles obedece. E nessa trajetória infame conta com empenho diuturno, incansável da grande mídia doméstica, historicamente a eles submissa."



Estrella: 'Se depender desse governo, Brasil acabou. Cabe a nós, povo, ir às ruas e trazê-lo de volta a nossas mãos'

"A imprensa estrangeira não se cansa de denunciar esse governo e de exibir perplexidade pela inação da sociedade brasileira em ir às ruas. É a única maneira de fazer com que esse projeto de Brasil dependente e escravo seja incinerado e todas as medidas tomadas por este governo, anuladas"

#### Retrocesso total

O retrocesso que a cada dia se consolida, diz o "pai do pré-sal", não se resume ao setor de energia: "Não basta entregar as riquezas brasileiras e nosso território – solo e subsolo. O trabalhador brasileiro, como agente e protagonista de tudo o que o Brasil construiu, está em processo terminal de reescravização, perde suas garantias trabalhistas, é condenado a nunca se aposentar de maneira civilizada, a sustentar um sistema ultracapitalista, completamente desumano, explorador e excludente, comandado diretamente do exterior. Estrella observa que um lobista da multinacional Shell, com total naturalidade, transitou entre parlamentares no Congresso Nacional para "dar seu recado" – tanto em pessoa quanto por intermédio de seus representantes nativos. "De alto, médio e pequeno escalão".

Para ele, o momento agora é de mobilização e denúncia da entrega das riquezas do país pelo governo golpista: "A imprensa estrangeira não se cansa de denunciar esse governo e de exibir sua total perplexidade pela inação da sociedade brasileira, do povo brasileiro em ir às ruas e, concretamente, parar o país, todo o país. É a única maneira de ser ouvido e fazer com que esse projeto de Brasil dependente e escravo seja incinerado e todas estas medidas tomadas por este governo sejam anuladas, na íntegra".

Segundo o engenheiro, o não prosseguimento da denúncia contra Temer na Câmara dos Deputados deixa ainda mais "à vontade" o projeto entreguista: "Esse governo podre, mal cheiroso e corrupto é surdo, insensível e debochado às manifestações da sociedade. E, quando se sente incomodado, põe a polícia para resolver a parada. O próprio chefe de governo já disse, em público: 'Os cães ladram e a caravana passa'. E completou, interpretando mais de 90% dos brasileiros como os cães. Se depender desse governo entreguista, o Brasil

acabou. Cabe a nós, povo brasileiro, ir às ruas e trazê-lo de volta para nossas mãos", completou.

# 7.Política econômica atual é descompromisso com o Brasil

Rosângela Ribeiro Gil - Comunicação CNTU - 12 / Dezembro / 2017

12 / Dezembro / 2017

É assim que o economista Antonio Corrêa de Lacerda, diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUC-SP), e conselheiro da CNTU, define política econômica do governo Temer.

Ele está preocupado com o conjunto de medidas econômicas e sociais que o governo Temer vem adotando, que tem significado, como diz, não a solução de debilidades e problemas do País – como a desigualdade social –, mas que está criando ainda mais distorções graves. "De novo vemos um governo brasileiro cumprindo uma agenda de interesses internacionais e de empresas específicas", lamenta.

A recente conclusão da apreciação e aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Medida Provisória 795/2017, que autoriza uma renúncia fiscal de quase R\$ 1 trilhão até 2040 para as companhias petrolíferas estrangeiras, mostra, segundo Lacerda, que "não temos um projeto de nação". A matéria segue agora para discussão no Senado.

Para Lacerda, na verdade, "o governo Temer está totalmente dissociado dos interesses da sociedade, a julgar pelos seus níveis de aprovação de 5%." Por isso, afirma, "ele está impondo ao País uma agenda liberal, na presunção de que o mercado vai resolver tudo, e sabemos que isso não é verdade". E isso, explica, acarreta muitas contradições entre o discurso governamental e suas ações, um deles é o do propalado ajuste fiscal. "O que vemos é ajuste para alguns, como no caso da reforma trabalhista e das mudanças pretendidas na Previdência Social, e benesses para outros."

Sobre a MP das petrolíferas estrangeiras ele explica que uma "uma renúncia fiscal por si só não é necessariamente ruim"; todavia, esclarece, "precisamos perguntar qual a contrapartida oferecida ao País". Nesse caso específico, que vai fazer o País abrir mão de R\$ 50 bilhões ao ano, não há nenhuma, critica. O que configura, argumenta, não uma renúncia fiscal, mas uma benesse. Lacerda faz questão de reafirmar: "Se o País abre mão de uma arrecadação fiscal ele deve ter uma contrapartida de no mínimo mais geração de receita. No entanto,

essas empresas beneficiadas não têm nenhum compromisso com o País, nem de oferecer melhores recursos. Nada. Provavelmente esse tipo de renúncia fiscal sem qualquer contrapartida, como a MP 795 faz, seja inédita no mundo."

O economista deixa claro que, num sistema capitalista, cumpre ao Estado – o feitor da política econômica – evitar a criação de distorções ainda maiores inerentes ao próprio regime. "Ou seja, regular o capitalismo de forma que ele cumpra uma contrapartida econômico-social – com a geração de empregos e renda, pagamento de impostos e compromisso com a sociedade. Sem isso, é a barbárie."

#### **Descompromisso**

nacional

A MP 795, ainda para o professor da PUC-SP, também mostra um total descompromisso com a engenharia e a indústria nacionais. "É uma política de "conteúdo internacional" no lugar da política que tínhamos até agora, que determinava a obrigatoriedade da utilização da produção nacional, o conteúdo local. De forma açodada se abre mão de um setor – o do petróleo e gás – que tem uma força geradora grande numa cadeia produtiva estendida. Estamos na contramão do que fez, por exemplo, a Noruega."

Com a MP – cuja vigência termina no dia 15 próximo, caso não seja aprovada pelo Legislativo –, as empresas estrangeiras do setor ficam isentas de pagamento do imposto de importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e das respectivas contribuições para o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep-Importação), e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins-Importação).

Para Lacerda, a hora da verdade será em 2018. "De um lado temos uma agenda que nos foi imposta, e do outro o que a sociedade brasileira quer. Essa é a esperança."

#### 8. Boletim do SENGE RS

http://www.sengers.org.br/site/noticiasdetalhes.php?id\_noticia=3732&utm\_source=iSend&utm\_medium=email&utm\_co ntent=grassilat@via-rs.net&utm\_campaign=Boletim856



Paulo Noueira Batista Jr.

8 de dezembro às 12:17 · Artigo publicado no Globo hoje

O Estado de direito, as garantias individuais, o amplo direito à defesa, a proteção contra o abuso de autoridade, a presunção de inocência – tudo isso é como o ar

que se respira, a água que se bebe. Só nos damos conta da sua importância quando vital nos são retirados. O Brasil parece caminhar a passos largos para um estado de exceção, em que prevalecerá o arbítrio, a truculência, o desrespeito aos direitos humanos. A barbárie avança a olhos vistos. Nos últimos dias, tivemos um ataque à Universidade Federal de Minas Gerais – episódio que parece fazer parte de uma universidades ofensiva contra as públicas. Mais uma vez, assistimos ao abuso da prisão coercitiva do reitor e de professores da universidade, uma humilhação desnecessária e ilegal. Mais uma vez, integrantes do poder judiciário e da polícia federal se aliaram à mídia para fazer operação espalhafatosa e arbitrária de combate à corrupção. Soldados armados até os dentes, como se estivessem enfrentando perigosos inimigos, invadiram uma universidade para expor professores à execração pública. Ainda pior foi o que aconteceu há pouco tempo em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. Prenderam o reitor Luiz Carlos Cancellier, sob a acusação de que ele estava obstruindo investigações. A mídia se encarregou de jogar o seu nome na lama, como corrupto e responsável por desvio de imensas somas. Na prisão, foi submetido a humilhações. Depois de solto. foi proibido de entrar na Universidade. O trabalho na Universidade era sua vida. Poucos dias depois, o reitor Cancellier atirou-se do alto de um shopping em Florianópolis. No bolso, trazia o bilhete: "A minha morte foi decretada quando me baniram da Universidade!!!". Poucas coisas são mais importantes no Brasil hoje do que apurar o ocorrido na Federal de Santa Catariana e punir os responsáveis pelo abuso de poder. O caso do reitor Cancellier me tocou particularmente, leitor. É que há algumas semelhancas com o que eu mesmo vivenciei. Também sofri recentemente um processo administrativo irregular e arbitrário que levou a meu afastamento da vice-presidência no banco dos BRICS em Xangai. Dou nome aos bois. A iniciativa foi de alguns integrantes do governo brasileiro, nomeadamente do presidente do Banco Central, Ilan Goldfayn, acolitado por Marcello Estevão, um assessor irresponsável e bisonho do Ministro da Fazenda. Acusaram-me, sem base, de quebrar o código de conduta, em alguns artigos publicados nesta coluna. Acusaram-me, também sem qualquer base, de ter assediado moralmente um funcionário brasileiro, um certo Sergio Suchodolski, cuja demissão havia recomendado por desempenho pífio no período probatório. Depois, acusaram-me, sem provas, de obstruir investigações. Negaram-me o direito de defesa. Fui condenado em uma reunião de diretoria, que ocorreu pelas minhas costas, guando estava em viagem de trabalho. Meus funcionários foram instruídos a não fazer qualquer contato comigo. Fui proibido de entrar no banco, minha sala foi Mas, enfim, poderia ter sido pior. Estou vivo, com saúde, próximo à família, aos amigos e aos correligionários. E disposto a fazer minha parte, por pequena que possa ser, na luta contra a maré ascendente da barbárie.

Paulo Nogueira Batista Jr. foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento e diretor executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países.

Email: paulonbjr@hotmail.com

Twitter: @paulonbjr

O artigo do ex-czar da economia no governo de Dilma Rousseff, professor Nelson Barbosa, na Folha de São Paulo de hoje, caiu como uma bomba nos arraiais da esquerda tonitruante. Desculpem-me os leitores a batida frase de efeito, mas não há outra para descrever o impacto desse texto, na manhã de sexta-feira, quando as ideias do ex-ministro da Fazenda ganharam as ruas (e chegaram às cabeças confundidas com o conteúdo que se lia).

Para espanto geral, o economista mais falado para ser o chefe da equipe econômica no próximo governo petista diz, com todas as letras, que o projeto de reforma da previdência enviado pelo governo atual ao Congresso (o projeto original, não este mutilado por concessões que entra na pauta da Câmara dos Deputados) vinha do governo Lula e depois mantido por Dilma Rousseff e que, agora, faz nova investida destinada ao fracasso pelo administrador remanescente da aliança de 2010/14, o atual presidente Michel Temer.

A começar pelo tratamento dado pelo articulista ao chefe do executivo: "O governo Temer entrou em sua fase final", diz Barbosa, esquecendo-se dos epítetos obrigatórios nas manifestações petistas, tais como "ilegítimo" e "golpista", para falar dos mais amenos.

Dois pontos devem ser pinçados dessa reflexão de Nelson Barbosa: uma reforma profunda é inevitável e, também, o sistema contém uma "injustiça distributiva", ele diz, referindo-se aos "privilegiados" do setor público, neste momento sob ataque. De fato, os "marajás" do funcionalismo inativo venceram todas as batalhas desde sempre e nunca perderam suas vantagens, efetivamente assim chamadas, pois catapultam valores a alturas estratosféricas.

Chama atenção à referência de Barbosa aos movimentos nos governos anteriores, que eram integrados por Michel Temer como vice-presidente, sugerindo que haveria uma continuidade. Neste sentido, essa colocação deve ser aproximada das recentes declarações do candidato Lula, com afagos aos peemedebistas, o tal "perdão" aos "golpistas", que vêm estarrecendo a militância perplexa.

Neste ponto, para respaldar o raciocínio do repórter, vale a reprodução na íntegra do argumento do ex-ministro: "As principais linhas da reforma devem ser a recuperação da receita do INSS, o aumento do tempo mínimo de contribuição, a fixação de idade mínima para a aposentadoria e, mais importante: o alinhamento entre as regras aplicáveis a trabalhadores do setor público e do setor privado".

Parece Henrique Meirelles falando, não fosse o atual ministro egresso da administração petista, como se constata no argumento seguinte de Barbosa, a saber: "Tudo isso já fazia parte da proposta de reforma de Previdência em construção pelo Ministério da Fazenda no início de 2016. Ela foi incorporada pela atual administração, com menos ênfase no aumento de arrecadação". A reforma do Meireles seria a mesma da Dilma?

O ponto mais assustador para os políticos em geral, não só os petistas, que terão de enfrentar o problema e depois sair às ruas pedindo votos são os chamados privilégios dos funcionários, ou, como se diz no sindicalismo, as "conquistas" dos servidores públicos. Esta é uma missão impossível, tamanho o poder desse estamento no estado brasileiro e, por conseguinte, na sociedade. Será uma dificuldade.

A verdade é que mexer nos privilégios dos funcionários da Coroa é impossível desde os tempos coloniais. O Brasil, já a partir dos anos 1500, foi um país muito estranho e bem diferente de seus vizinhos hispânicos.

Assim foi e continua sendo. As escolas superiores criadas no alvorecer da Independência, as faculdades de Direito de Olinda e São Paulo não visavam formar advogados, mas administradores públicos. Substituía a Universidade de Coimbra. O País dos bacharéis.

Vieram novos institutos, mas o princípio continua vigorando. Nunca os governos e parlamentos conseguiram quebrar essa condição: nem na República, nem em 1930, nem em 1964 e muito menos a tentativa atrapalhada e trágica do expresidente Fernando Collor. É uma elite inexpugnável que derruba qualquer reforma, venha de onde vier. Isto é uma realidade política.

Quem não se lembra do recém-empossado presidente Lula chegando ao Congresso com um ônibus cheio de governadores para fazer a grande reforma? Nem mesmo o presidente mais popular da História deste país conseguiu resultado. Quanto da desestabilização de Dilma não estaria submersa na informação do ex-ministro Nelson Barbosa dos termos de uma reforma que ela pretenderia oferecer ao Congresso?

Barbosa adverte aos candidatos da vertente esquerdista: "Mesmo com os avanços dos últimos anos, todos eles nos governos do PT, ainda é preciso fazer mais na Previdência. Esse assunto precisa ser debatido agora e em 2018, pois parte da atual desconfiança popular nos políticos vem da diferença entre discursos de campanha e medidas adotadas após as eleições".

E continua: "Os avanços dos governos petistas nessa direção são relembrados: "Lula iniciou seu governo com uma reforma sobre os servidores civis fixando idade mínima e criando contribuição de inativos, que, apesar de não resolver todo o problema, estabilizou o gasto federal com esses benefícios em proporção do PIB.

Dilma também adotou medidas estruturais, como a criação do fundo de pensão para novos servidores civis, em 2012, e a mudança nas regras de concessão de novas pensões pormorte e auxílio-doença pagos pelo INSS, em 2015".

Esforços nesse sentido já vinham do governo do PSDB, mas também fracassaram no legislativo, como rememora Barbosa: "Há várias formas de reformar as aposentadorias, como indica nossa história recente. Por exemplo, depois de perder a votaçãopor um voto, FHC criou o fator previdenciário, o que aumentou o déficit do INSS no curto prazo e não resolveu o problema de longo prazo (mas não conte isso a tucanos)".

A conclusão é de que o artigo de Barbosa é um documento politico muito importante neste momento (tal como o artigo dos intelectuais tucanos, Bolívar, Arida e Bacha), e visa preparar seus correligionários para o gosto amargo do fel da realidade fiscal do Brasil.

Assim como Lula reverte o discurso para chamar de volta seus aliados eleitorais e companheiros de governabilidade, o PMDB de Michel Temer, o ex-ministro adverte que o PT terá de desembarcar de certas corporações para conseguir fazer alguma coisa quando voltar ao governo em 2019: "Nesse caso, como a esquerda enfrentará a reforma da Previdência se vencer as eleições de 2018? A solução não é fazer o discurso equivocado de que não há déficit para, depois da corrida eleitoral, apresentar uma proposta de reforma. A Previdência tem déficit, e os eleitores merecem um tratamento objetivo dessa questão".

Aparentemente as vertentes dos partidos de esquerda esperariam de Temer o sacrifício político de vencer no Congresso e impor ao país uma reforma da previdência intragável do ponto de vista eleitoral. Considerando que o atual presidente da República não tem aspirações eleitorais futuras, ele ficaria com o ônus da impopularidade e a glória da História.

Entretanto, deu tudo errado, como sugere Barbosa: "Hoje, a perspectiva de reforma da Previdência é muito mais incerta, como admitiu o próprio presidente nesta semana. Mesmo que se aprove alguma coisa, provavelmente o próximo governo terá de voltar ao tema".

E complementa: "Até a eclosão das denúncias contra o presidente Temer, em maio, tudo indicava que seria possível avançar no tempo de contribuição e idade mínima", acrescentando: "No caso dos "privilégios adquiridos" por servidores públicos, a resistência usual das corporações de Estado tendia a barrar o alinhamento maior dos dois regimes previdenciários, mas esse é um processo

longo", escreve Nelson Barbosa.

## 11. "O discurso atual da esquerda não dá a Lula a menor chance de fazer um bom governo

### **NEWSLETTER IHU**

11 Dezembro 2017 - <a href="http://www.ihu.unisinos.br/eventos/78-noticias/574509-discurso-da-esquerda-nao-da-a-lula-a-menor-chance-de-fazer-bom-governo">http://www.ihu.unisinos.br/eventos/78-noticias/574509-discurso-da-esquerda-nao-da-a-lula-a-menor-chance-de-fazer-bom-governo</a>

"O discurso atual da esquerda não dá a **Lula** a menor chance de fazer um bom governo. Se a esquerda preferir perder a mudar esse discurso, eu sugiro que lance um candidato que não tenha 35% das intenções de voto", escreve <u>Celso Rocha de Barros</u>, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, em artigo publicado por **Folha de S. Paulo**, 11-12-2017.

"Pela primeira vez na vida, - afirma o articulista - não devo votar em **Lula**, ao menos no primeiro turno. Mas isso não será por achá-lo radical. É porque não acho correto apoiar um presidente que quer acabar com a **Lava Jato** só porque ele implementaria as políticas públicas de minha preferência. Isso é coisa de quem apoiou o impeachment"

#### Eis o artigo.

Líder nas pesquisas com o dobro das intenções de voto do segundo colocado, <u>Lula</u> vem discursando em um tom que parece perfeitamente adequado para quem acha que será impedido pela **Justiça** de disputar a <u>eleição presidencial</u>.

Seus últimos pronunciamentos parecem perfeitamente calculados para oferecer aos candidatos do <a href="PT">PT</a> uma plataforma anti-Temer e anti-reforma que, a esta altura, é bastante popular. Um discurso mais à esquerda também parece uma boa ideia para manter o <a href="PT">PT</a> na briga pela liderança da <a href="esquerda brasileira">esquerda brasileira</a>, atualmente em disputa. A virada à esquerda de <a href="Lula">Lula</a> faz sentido estrategicamente, e é o que eu faria no lugar dele, se achasse que não poderia concorrer.

O problema é o seguinte: e se puder concorrer? E se ganhar?

Aí o discurso atual será um problema. Vai ser muito difícil governar repetindo lemas recentes da esquerda como "não há deficit na Previdência". As contas públicas precisam ser ajustadas, a Previdência precisa ser reformada. Há uma recuperação bastante tímida em curso na economia, e ela não pode ser posta em risco. O jogo político brasileiro precisa ser normalizado, o que se conseguirá com mais moderação, não com menos.

Era até de se esperar que a queda da **esquerda**, após treze anos no governo, fosse seguida de um período de declínio no nível de seu discurso. Picaretagens ideológicas que rastejavam ali pelas margens do discurso, sempre protegidas do teste da prática por sua inviabilidade política, ganharam espaço na conversa. Também há mais moderados do que radicais entre os petistas acusados de <u>corrupção</u>, o que favorece a retórica bastante sectária dos últimos documentos do partido. Uma certa crise de identidade era previsível.

Mas o <u>impeachment</u> foi uma operação tão desastrada que há uma possibilidade real da esquerda vencer agora, logo quando está começando a gostar de ser oposição. Se o plano for ganhar, é hora de interromper a terapia de grupo e voltar a pensar como governo.

"É preciso adotar um discurso sobre economia que reúna o companheiro lé com o companheiro cré. O outro lado foi burro o suficiente para levar o MBL a sério; nós não devemos fazer o mesmo com nossos próprios MBLs"

Tweel

Ninguém precisa pedir desculpas por ter defendido o mandato de **Dilma**, ou por ter feito oposição a **Temer** — eu não peço. Mas é preciso adotar um discurso sobre economia que reúna o companheiro lé com o companheiro cré. O outro lado foi burro o suficiente para levar o <u>MBL</u> a sério; nós não devemos fazer o mesmo com nossos próprios **MBLs**.

**Lula** governou o **Brasil** por oito anos como moderado, e governou bem. Tem 35% das intenções de voto porque os pobres viveram muito melhor durante seu governo sem que o sistema passasse por maiores turbulências. Fora da bolha do comentariado, ninguém acredita que esteja à mesma distância do centro que Jair Bolsonaro.

Mas o discurso atual da esquerda não dá a <u>Lula</u> a menor chance de fazer um bom governo. Se a esquerda preferir perder a mudar esse discurso, eu sugiro que lance um candidato que não tenha 35% das intenções de voto.

Pela primeira vez na vida, não devo votar em **Lula**, ao menos no primeiro turno. Mas isso não será por achá-lo radical. É porque não acho correto apoiar um presidente que quer acabar com a **Lava Jato** só porque ele implementaria as políticas públicas de minha preferência. Isso é coisa de quem apoiou o **impeachment**.

Não fosse por isso, votaria em um **Lula** moderado sem piscar. É uma pena que uma alternativa assim ainda não tenha se apresentado ao eleitorado para 2018.

#### Leia mais

- A jararaca vai para o pau
- <u>Lula quer fazer nova carta aos brasileiros</u>
- <u>O perdão estratégico de Lula aos golpistas</u>
- A tragédia do Brasil hoje: só Lula e o neopentecostalismo falam à grande massa dos pobres. Entrevista especial com Adriano Pilatti
- Carta ácida de Palocci testa, mais uma vez, capital político de Lula e do PT
- PT estuda boicotar eleições de 2018 se Lula não puder ser candidato
- <u>"Palocci compromete credibilidade de Lula, mas há que ter cautela", diz</u> <u>Frei Betto</u>
  - Mar de gente como escudo para campanha de Lula, alvo de nova denúncia
  - Caravanas de Lula e de Getúlio Vargas: semelhanças e diferenças 67 depois
  - <u>Ao lado de Lampião e Padre Cícero, Lula é figura mais presente em cordéis, diz autor</u>
    - As caravanas, de Chico e Lula
    - Moro condena Lula, a disputa pela agenda pré-2018 e o múltiplo conflito
      - Argumento de Lula em defesa de Temer é falso
        - Podem as urnas absolver Lula?
      - Os governos do PT reduziram ou não a desigualdade?
      - Para ter futuro, PT precisa resolver o passado, diz estudioso

12. Rio Grande do Norte saiu da fase da crise para entrar no caos.

https://jornalggn.com.br/noticia/meirelles-faz-dos-estados-uma-boiada-rumo-ao-matadouro-por-j-carlos-de-assis

Outros Estados se seguirão. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, entre os grandes, estão na mesma trilha de total desmantelamento de suas funções de governo.

Mesmo São Paulo, o mais rico de todos, está cancelando ou adiando pagamentos de professores universitários por falta de orçamento.

Breve toda a República sucumbirá, se ainda já não sucumbiu, à destruição de seus sistemas de saúde, de educação e de segurança pública, entre outros.

São muitos os culpados por essa situação, inclusive a depressão econômica.

No plano imediato, porém, há dois deles, verdadeiros açougueiros dos cidadãos brasileiros: Michel Temer, porque é basicamente um ignorante que não consegue avaliar a extensão dessa crise, e Henrique Meirelles, que faz questão de fomentar a crise a fim de facilitar os objetivos neoliberais de destruição do Estado, de privatização e de facilitação de transformação dos espaços públicos em espaços abertos à rapina do setor privado, como a água da Cedae.

O primeiro passo para o aniquilamento financeiro dos Estados e o progressivo estrangulamento da Federação, ainda no Governo FHC, foi a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Saudada pelos neoliberais como o caminho para forçar a probidade dos Estados, não passou de um meio de estrangulamento dos serviços públicos estaduais e de sua capacidade de endividamento.

Enquanto isso uma legislação paralela, a Lei Kandir, reduzia as receitas estaduais com isenção de impostos sobre exportação de commodities.

Mas esse não foi o ponto máximo de aniquilamento das finanças estaduais.

Em 1997, sob pressão do FMI, e determinado a fazer superávit primário a qualquer custo, o Governo federal obrigou os governos estaduais a privatizarem seus bancos comerciais para facilitar a unificação das contas públicas.

Como a maioria desses bancos rolavam dívidas dos Estados junto a bancos privados, o Governo não pensou duas vezes: consolidou essas dívidas e pagou pelo valor de face os títulos que estavam sendo rolados, usando para isso títulos da dívida pública federal.

Um não especialista vê isso com naturalidade.

Afinal, se o Estado rolava suas dívidas junto aos bancos comerciais privados nada mais natural do que contar com a bondade do Governo federal para pagar a conta à vista recebendo a prazo a contrapartida dos pagamentos dos Estados.

Entretanto, há nisso algo de estranho do ponto de vista federativo.

Os títulos públicos que a União usou para antecipar o pagamento da dívida aos bancos privados não representavam dinheiro do Governo federal, mas dos próprios Estados e municípios.

Note-se que a Constituição define a Federação como união indissolúvel dos Estados e Municípios.

Não diz que a Federação é a União mais Estados mais Municípios.

Significa que, quando a União emite dívida, ela o faz em nome de Estados e Municípios.

Em conseqüência, ao pagar de uma vez a dívida consolidada dos Estados, o Governo federal efetivamente quitou essa dívida com passivo dos Estados (e municípios maiores), e não há nenhum sentido econômico ela cobrar a dívida novamente, criando um novo passivo, aos mesmos Estados.

Em face disso, temos uma situação na qual o Governo federal simplesmente está roubando recursos dos Estados para que eles paguem uma dívida que jamais teria existido.

Em termos quantitativos, tomando como base valores reais do fim do ano passado, a dívida consolidada se levava a R\$ 111 bilhões em 1997.

Foram pagos pelos Estados até fins de 2016 nada menos que R\$ 277 bilhões, por força de incidência de juros estratosféricos.

E restam a pagar nada menos que R\$ 493 bilhões. Isso, naturalmente, é impagável.

É a própria destruição da Federação nos termos exigidos por Meirelles.

Foi se valendo dessa situação que o Ministro da Fazenda decidiu de forma oportunista forçar os Estados a promover um programa de privatização em larga escala em nível estadual. O caso mais paradigmático é o do Rio de Janeiro.

Aproveitando-se de um governo estadual fraco e altamente endividado, inclusive por conta da dívida com a União, ele lhe impôs a venda da Cedae, sem qualquer consideração com as prioridades da sociedade fluminense e com a necessidade de defesa pública de uma área vital para o bem-estar da população.

O mais grave não é isso. A venda da Cedae cobre uma parte ínfima das necessidades financeiras do Estado.

O acordo assinado prevê três anos de moratória relativa ao resto da infame dívida a pagar, porém sem garantia de que, ao fim desse tempo, as finanças do Estado estejam recuperadas. Isso acontecerá com todos os Estados.

É um processo perverso de privatização que não tem qualquer perspectiva a não ser a queima de ativos.

Contra isso, só existe um remédio: juntar os Estados mais atingidos e promover no Congresso uma sublevação contra a Federação.

Sem isso, todo o país tende a virar um Rio Grande do Norte.

### 13Fake news ou fake ideas?

https://www.cartacapital.com.br/revista/983/fake-news-ou-fake-ideas

por Luiz Gonzaga Belluzzo - 31/12/2017

A revolução neoliberal entronizou um novo tipo de engodo político, a mentira especializada

A revista Piauí publicou em sua edição de dezembro um artigo instigante do sociólogo e economista alemão Wolfgang Streeck.

Instigante para os mortais que ainda conseguem preservar intactos seus neurônios diante dos sucessivos ataques empreendidos pelos especialistas contemporâneos em fake ideas.

No artigo intitulado "O retorno do recalcado", Streeck trata das origens e dos desdobramentos da agenda neoliberal:

"A guinada neoliberal ocorreu sob o signo de uma deusa chamada TINA – There Is No Alternative (Não Há Alternativa).

Sua longa linhagem de sacerdotes e sacerdotisas vai de Margaret Thatcher a Angela Merkel, passando por Tony Blair.

Quem desejasse servir a essa deusa, sob o cântico solene dos economistas de todos os países, precisava reconhecer o avanço do capital mundo afora, escapando de seus grilhões locais, como uma necessidade ditada pelas leis da natureza e pelo bem comum.

Precisava também se empenhar ativamente na desmontagem dos obstáculos a lhe atravancarem o caminho.

Práticas típicas dos não convertidos à deusa TINA, como o controle da circulação do capital e benefícios do Estado, deveriam ser perseguidas e exterminadas;

ninguém mais deveria ter o direito de se furtar à "concorrência global" e de se acomodar confortavelmente em qualquer tipo de rede nacional.

tratados de livre-comércio deveriam abrir os mercados e resguardá-los de toda e qualquer intervenção estatal;

uma "governança global" haveria de substituir os governos nacionais;

as antigas medidas de proteção contra uma excessiva mercantilização da vida dariam lugar, agora, à capacitação para o mercado;

ao Estado de Bem-Estar Social caberia ceder terreno ao Estado competitivo de uma nova era de racionalização capitalista.

Toneladas de tinta foram e continuam sendo derramadas sobre outras tantas de papel para exaltar a tal da globalização,

a maior integração das economias,

os incontroláveis processos de automação e informatização,

a terceirização e a redução do número de assalariados,

o fim do trabalho e o poder disciplinador dos mercados financeiros.

Nos países desenvolvidos, a maioria que sobrevive na base da pirâmide distributiva está submetida às angústias da insegurança sem esperança.

Além do desemprego crônico e endêmico, os que continuam empregados assistem ao encolhimento das oportunidades de um emprego estável e bem remunerado.

Não bastasse, estão sob constante ameaça de definhamento as instituições do Estado do Bem-Estar Social que, ao longo das últimas décadas, vinham assegurando, nos países desenvolvidos, direitos sociais e econômicos aos grupos mais frágeis da sociedade.

Tal sensação de insegurança é o resultado da invasão, em todas as esferas da vida, das normas da mercantilização e da concorrência, como critérios dominantes da integração e do reconhecimento social.

Nos países onde os sistemas de proteção contra os frequentes "acidentes" ou falhas do mercado são parciais ou estão em franca regressão, a insegurança assume formas ameaçadoras para o convívio social.

A expansão da informalidade e da precarização das relações de trabalho e a desagregação familiar que as acompanha tendem a avançar para a criminalidade eventual e, depois, para o crime organizado.

Os subsistemas socioeconômicos que vivem da atividade criminosa ou ilegal passam a ocupar o espaço deixado pelo desaparecimento das oportunidades de vida antes oferecidas pela economia "oficial".

Diz Streek que a revolução neoliberal e, atrelada a ela, a transição rumo à "pósdemocracia" entronizaram um novo tipo de engodo político: a mentira especializada.

"Sua estreia deu-se com a Curva de Laffer, que comprovaria cientificamente que reduções de impostos conduziriam a uma arrecadação tributária maior.

Em seguida, especialistas em finanças, como os ex-presidentes do Fed (o banco central americano) Ben Bernanke e Alan Greenspan, e o ex-secretário do

Tesouro Larry Summers, concordavam que medidas de segurança tomadas por investidores racionais, em interesse próprio e por sua própria conta, bastariam para estabilizar mercados financeiros cada vez mais 'livres' e globais...

As autoridades estatais não precisavam atuar contra a formação de bolhas, até porque já era possível anular sem dor os efeitos de uma eventual reversão de expectativas."

A repetição desses motes parece tão sinistra quanto o choro das carpideiras, pelo menos para a grande maioria dos emergentes, países como o Brasil que pretendem ingressar no clube dos ricos mimetizando suas caricaturas e menosprezando suas práticas históricas.

Os acontecimentos recentes mostram: apesar da retórica dos especialistas em fake ideas, o almejado acesso ao título de sócio do clube dos desenvolvidos está prestes a receber bola preta.

Enquanto a China se senta à mesa dos bacanas, nós catamos as migalhas que espirram na tapeçaria da globalização.

# DOSSIÊ PREVIDENCIA -

# **AS MENTIRAS**

## Coletânea -



Como reconhecer um rosto falso num falso coração ?(G.Rosa, em Sagarana)

O Governo mente. Mente tanto e tão completamente que pensa dizer a verdade quando repete a mentira impune-mente. Com isso, Temer e sua equipe econômica dos sonhos de uma noite de verão nunca terão o repouso de rede branca sob os embalos de uma tarde de domingo em Itapuã, reservado aos justos.

### Aposentadoria média



### Benedito Tadeu César compartilhou a publicação de Christian Edward Cyril Lynch.

17 de dezembro às 17:32 · Porto Alegre, Rio Grande do Sul ·

Christian, tem razão na análise, mas temos que reconhecer que a mudança da capital para o Planalto Central se, por um lado, a isolou do povo e das pressões populares, por outro, possibilitou a ocupação e o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste. Claro que isto se fez à custa da vegetação do Cerrado e do extermínio dos indígenas, e isto é péssimo, mas é também uma outra questão que vai além do que se está comentando aqui.





#### Christian Edward Cyril Lynch adicionou 2 novas fotos.

17 de dezembro às 14:58 ·

#### MANIFESTAÇÕES CONTRA A REFORMA TRABALHISTA EM BUENOS AIRES E EM BRASÍLIA

As diferenças abissais de presença popular nos atos não é mostra de uma maior passividade ou conformismo do Brasileiro em relação ao argentino. Tem a ver com algo muito mais simples e prosaico: O LUGAR ONDE ESTÁ SITUADO O CONGRESSO NACIONAL. Na Argentina as oligarquias não conseguiram transferir a capital de Buenos Aires para Viedma, projeto antigo que visa a subtrair o funcionamento dos poderes políticos da pressão popular. No Brasil, a mudança da capital do Rio para Brasília foi conseguida a toque de caixa na esteira das manifestações populares decorrentes do suicídio de Vargas, quando a democracia estava se tornando realidade. Não fosse JK, a ditadura teria no Rio sido mais cruel, mas mais curta. Com a dificuldade de mobilização decuplicada em relação ao lugar onde onde se situava o governo federal, os processos oligárquicos ganharam grande sobrevida entre nós também na Nova República. Tudo depende de organizar "caravanas" caríssimas de trabalhadores e estudantes, que tem de atravessar desertos até chegar em Brasília, à maneira dos hebreus do Antigo Testamento.

Conforme demonstrado por vários cientistas políticos estrangeiros, o LUGAR onde está a capital interfere na qualidade da política. Isolada no meio do país, e isolados os poderes dentro da própria cidade, Brasília trouxe mais estabilidade política, mas também elevou todos os custos e prazos para a democratização. Não há ninguém na esplanada dos ministérios que não seja funcionário público, político ou lobista. Não há comerciantes, operários, estudantes, donas de casa, bancários, etc. A nova capital tem muito menos população que o Rio ou São Paulo; os bairros mais próximos e ricos têm menos gente que Copacabana ou Higienópolis; à população pobre mais próxima mora a 15 km de distância. A densidade demográfica do DF é tão baixa que só perde para Palmas e Macapá. A maior cidade "normal" perto de Brasília, com sociedade civil diversificada, indústria, etc (BH) fica a 500 km de distância do Congresso Nacional. Em termos de ação coletiva, não tem internet que substitua o famoso "bafo no cangote".

### Privilégios...?

### https://youtu.be/3o\_Ini5un48







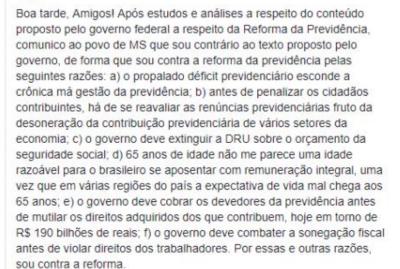
Fábio Trad

22 de dezembro às 16:19 · 🚱

Boa tarde, Amigos! Após estudos e análises a respeito do conteúdo proposto pelo governo federal a respeito da Reforma da Previdência, comunico ao povo de MS que sou contrário ao texto proposto pelo governo, de forma que sou contra a reforma da previdência pelas seguintes razões: a) o propalado déficit previdenciário esconde a crônica má gestão da previdência; b) antes de penalizar os cidadãos contribuintes, há de se reavallar as renúncias previdenciárias fruto da desoneração da contribuição previdenciária de vários setores da economia; c) o governo deve extinguir a DRU sobre o orçamento da seguridade social; d) 65 anos de idade não me parece uma idade razoável para o brasileiro se aposentar com remuneração integral, uma vez que em várias regiões do país a expectativa de vida mal chega aos 65 anos; e) o governo deve cobrar os devedores da previdência antes de mutilar os direitos adquiridos dos que contribuem, hoje em torno de R\$ 190 bilhões de reais; f) o governo deve combater a sonegação fiscal antes de violar direitos dos trabalhadores. Por essas e outras razões, sou contra a reforma.







### ENTENDA A REFORMA DO TEMER

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO
MEXE COM:
O JUDICIÁRIO
OS DEPUTADOS
OS SENADORES
OS MINISTROS
OS MILITARES

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA MEXE COM:

OS TRABALHADORES RURAIS OS SERVIDORES PÚBLICOS OS SEGURADOS DO INSS

RESUMINDO: OS VERDADEIROS PRIVILEGIADOS ESTARÃO DE FORA ENTENDERAM?

### **Victor Fernando Guimaraes**

11 de dezembro às 11:35

### Fim dos privilégios?

https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fm.congressoemfoco.uol.com.br/w2Fnoticias%2Fgoverno-defende-no-stf-aposentadoria-especial-paradeputados-e-ex-deputados%2F&h=ATMZ3-nOAe1GLGaoanrB9A2mWeBU5E3ibVUeQcnVQQ6G59V8jZUpoc7VqCP8r6Z7D3AGmxpRKPB9TCS8t1d6F8vjlB1EjmZPIHMos0QR71EVwKPalATBE\_Kb0jz8WJx78N1PDXVyE29f7lYBJWlaL\_fAvvOLUEa4Foq4Fh7cvj\_k0r6FrfTV7hq5QL\_OFKWe4gNvuCCO4uTjX9Jfwmu\_MjHC4Zd8TZpaGhBjLinMUwckjTZVymUQjR9AsoxHteirlTav8RQEfeWUAPxASYvLNGlhiXMCuNpstvtVtQaEQ





A reforma atingirá somente servidores marajás

### NA VERDADE...

Os maiores prejudicados serão os trabalhadores da iniciativa privada. O Governo esconde que a maior parte da economia pretendida de R\$ 476 bilhões virá das alterações do regime geral.





A reforma não #MENTIRA 2 atingirá direitos dos trabalhadores

# **NA VERDADE...**

Haverá endurecimento dos requisitos para aposentadoria, redução do seu valor e diminuição dos benefícios. Para o trabalhador se aposentar recebendo 100% do salário de benefício, terá que contribuir por 40 anos. Quem se aposentar com o tempo mínimo de contribuição (15 anos), receberá só 60% do salário de benefício.





# #MENTIRA 3

A reforma iguala a aposentadoria dos servidores públicos à dos demais trabalhadores

## NA VERDADE...

A equiparação já foi realizada há anos. Ninguém que entrou no serviço público federal após 2013 terá aposentadoria acima do teto do INSS sem contribuir para planos de Previdência complementar.





#MENTIRA 4

Sem a reforma o país vai quebrar

### NA VERDADE

O Ministério da Fazenda revelou que o Regime Geral de Previdência Social deixou de arrecadar R\$57,7 bilhões com isenções e renuncias fiscais no ano passado. Em 10 anos, essas renuncias superarão a economia pretendida com a reforma no mesmo período.





Não há alternativa à #MENTIRA 5 reforma para evitar o rombo nos cofres da Previdência

### NA VERDADE.

O governo esconde que deixa de cobrar R\$ 427,73 bilhões dos grandes devedores da Previdência e que distribui benefícios tributários para grupos econômicos privilegiados.



\*Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)



# #MENTIRA 6

A reforma trata todos igualmente

### NA VERDADE...

Optou-se por deixar completamente fora do debate a aposentadoria dos militares, de longe a mais desequilibrada. Os mais pobres, por terem expectativa de vida menor, serão mais prejudicados que os demais com o aumento do tempo de contribuição.





**#MENTIRA 7** 

Servidores públicos se aposentam cedo

### NA VERDADE...

Desde 1998, servidores têm que ter idade mínima para se aposentar (60 anos para homens e 55 para mulheres). Apesar de ser 5 anos menor que a exigida no regime geral, o tempo de contribuição dos servidores é muito maior: 35 anos (homens) e 30 (mulheres). No regime geral, a contribuição é de 15 anos.





# #MENTIRA 8

Os servidores públicos contribuem pouco

# NA VERDADE...

Todos os servidores públicos que ingressaram antes de 2013 contribuem com 11% do total de sua remuneração e continuam contribuindo depois da aposentadoria. A contribuição máxima do setor privado é de R\$ 608,44, independentemente do valor do salário.





# #MENTIRA 9

### Haverá regras de transição

# NA VERDADE...

No serviço público, aqueles que trabalharam por anos e que já estão perto de se aposentar sofrerão imediatamente as consequências da reforma, não havendo tempo para realizarem novo planejamento de suas vidas.





**#MENTIRA 10** 

Sem reforma não haverá dinheiro para a saúde ou educação

# **NA VERDADE...**

Por meio da MP 795/17, o governo abriu mão, até 2040, de R\$ 980 bilhões em favor das petrolíferas, valor maior que o dobro dos R\$ 476 bilhões que o governo pretende economizar com a reforma da Previdência.







Palestra CONAFE

https://youtu.be/EYDwdzMrKEQ

A GRANDE FRAUDE

https://www.youtube.com/watch?v=xwpZ1B0cvCw

### NÃO MEXAM NA SEGURIDADE SOCIAL

Amir Khair (13/12/17)

É fundamental discutir com seriedade e espírito crítico a questão fiscal da Previdência Social. Dia 14/12 começa o processo da primeira votação na Câmara, previsto de encerrar dia 19.

A tese do governo, todos sabemos qual é: "ela é deficitária e vai quebrar". O argumento é a evolução demográfica que irá ocorrer com aumento substancial

da população idosa e redução da relação entre população em idade laboral e população idosa dos atuais 5,6 para 1,7 em 2060.

#### SEGURIDADE SOCIAL

Vamos discutir à luz da Constituição essa questão. Para isso os artigos 194 e 195 tratam da Seguridade Social, onde estão inseridas a Previdência Social, Saúde e Assistência Social, à semelhança do modelo europeu tripartite no qual a Seguridade Social é financiada pelos trabalhadores, empresas e governo.

No artigo 195 estão definidas as fontes de financiamento da Seguridade Social: trabalhadores (INSS descontado no holerite); empresas (quota patronal de 20% sobre o total da folha de pagamento); e governo (PIS, PASEP, COFINS, CSLL, IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO e LOTERIAS).

Como essas receitas do governo suplantam em muito as despesas com a Saúde e Assistência Social, a diferença contribui para a Previdência Social. O governo ao isolar a Previdência Social da Seguridade Social mostra má fé e ignora a Constituição.

Historicamente, as contas da Seguridade Social sempre foram superavitárias até 2015. Em valores reais (excluída a inflação) em 2016 teve déficit de R\$ 10 bilhões e nos últimos doze meses encerrados em setembro o déficit foi de R\$ 42 bilhões.

Sempre em valores reais de setembro, as despesas que vinham crescendo a um ritmo de R\$ 40 bilhões por ano entre 2009 e 2014, foram reduzidas para a média de R\$ 18 bilhões por ano a partir de 2015. Assim, os déficits são explicados principalmente pela perda de arrecadação devido à crise recessiva. Em valores reais essa perda atingiu R\$ 493 bilhões! nos últimos três anos. Caso isso não tivesse ocorrido a Seguridade Social teria dado superávits de R\$ 185 bilhões em 2015, R\$ 172 bilhões em 2016 e R\$ 185 bilhões nos últimos doze meses encerrados em setembro. Ver gráfico anexo.

### PREMISSAS PARA PROJEÇÕES

É fundamental apresentar com clareza as premissas que são adotadas para as projeções, o que o governo não faz. São as seguintes para 2018 a 2060:

- \* Despesas com benefícios R\$ 22,4 mil por ano para a população com idade superior a 60 anos. É a média ocorrida desde 2011 com pequenas oscilações;
- \* Despesas com Saúde e Assistência social R\$ 1.187 por ano para a população total do país. É a média ocorrida desde 2013 com pequenas oscilações;
- \* Receitas de contribuições 5,73% do PIB, média estável desde 2011;
- \* Receitas do governo 5,83% do PIB, média estável desde 2011; e
- \* Crescimentos econômicos anuais sob três alternativas: 2,0%, 2,5% e 3,0%.

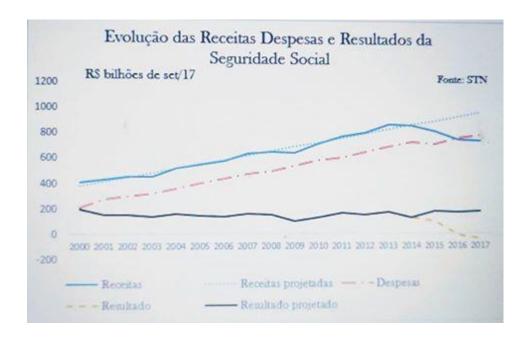
### RESULTADOS DAS PROJEÇÕES

Em todas as alternativas de crescimento econômico ocorre um déficit crescente até um certo ano, quando atinge o pior resultado, passando depois a melhorar. Os resultados em relação ao PIB foram:

- \* Para PIB crescendo 2,0% ao ano, o pior resultado foi 2,2% em 2044. Em 2060 seria de déficit de 0.4%:
- \* Para PIB crescendo 2,5% ao ano, o pior resultado foi 1,1% em 2029. Em 2060 seria de superávit de 1,9% e:
- \* Para PIB crescendo 3,0% ao ano, o pior resultado foi 0,5% em 2024. Em 2060 seria de superávit de 3,7%.

### CONCLUSÃO

A Seguridade Social é fiscalmente viável, mesmo para crescimentos econômicos modestos de 2,0% ao ano. A pior situação iria ocorrer em 2044, com déficit de 2,2% do PIB. As previsões alarmistas do governo são falsas e irresponsáveis.



### **ARGUMENTOS**

### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**



Acesse e Leia também:

Coletânea: Paulo Timm org.

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/170315055358REFORMA\_DA\_PREVIDENCIA\_Coletanea-Atual\_.pdf

Auditoria Divida Cidadâ: <a href="http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2017/03/13/cartilha-fala-sobre-direitos-previdenciarios-assistenciais-e-suas-fontes-de-financiamento/#.WNvMgg\_53hY.facebook">http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2017/03/13/cartilha-fala-sobre-direitos-previdenciarios-assistenciais-e-suas-fontes-de-financiamento/#.WNvMgg\_53hY.facebook</a> ~

Após as contrarreformas materializadas nas Emendas Constitucionais n. 20/1998 do governo de Fernando Henrique Cardoso e da 41/2003 do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e das várias regulamentações no campo da previdência no governo de Dilma Rousseff, pode-se afirmar: as contrarreformas foram dirigidas, respectiva e prioritariamente, nos diferentes governos, ao RGPS sob FHC, ao RPPS sob Lula e por regulamentações infraconstitucionais contra ambos os regimes sob Dilma Rousseff; no, governo de Michel Temer parece haver a disposição de aprofundar a retirada de direitos e dificultar ainda mais o seu acesso pelos trabalhadores que estão nos dois regimes. Dito de modo diverso, o governo atual pretende sintetizar em uma mesma contrarreforma a destruição dos direitos previdenciários de todos os trabalhadores e de uma só vez. – (Sara Granemann, Contrarreforma da previdência: essencial para quem?- 15 de novembro de 2016) http://blogjunho.com.br/contrarreforma-da-previdencia-essencial-para-quem/

"A famigerada Reforma (2003), que levou à expulsão de Heloisa Helena, Luciana Genro, Babá e João Fontes, os radicais do PT, foi comprada com o Mensalão. Com a condenação de Dirceu, Genoíno e outros da quadrilha do PT, o STF colocou o debate da compra da Reforma da Previdência com o dinheiro do Mensalão. Nessa esteira, um juiz da primeira instância de MG, ordenou que fosse paga a pensão integral à viúva de servidor. De verdade, é só a pressão do povo que derrubará a Reforma da Previdência, pois ela atende aos maiores interesses da classe dominante no Brasil, os banqueiros".

Luciana Genro -2012

Diferenças para militares e políticos

O objetivo da proposta é igualar as regras previdenciárias para todos os trabalhadores, mas algumas exceções estão previstas no texto enviado pelo governo em dezembro.

Correio Braziliense - 28/03/2017

"Os números representam qualidades, os algarismos quantidades. Os numeros operam no plano espiritual, enquanto os algarismos servem para medir as coisas no plano material."

**Pitágoras** 

# )Apud Jorge Saes in Históricos sobre a Cabala e a prática do uso de segredos.)

\*

Tudo indica que que a Reforma da Previdência gorou. Até Temer já se deu conta. Mas por que? Ora, porque ela não é convincente. Inúmeros especialistas, órgãos técnicos do Congresso Nacional, de Associações Profissionais, além de Sindicatos e até da Justiça colocaram em cheque a argumentação do Governo:

Justiça determina que governo Temer comprove déficit na Previdência Social

União terá que provar, com documentos, que sistema previdenciário possui rombo de R\$ 140 bilhões - Rede Brasil

Atual- 21 de março de 2017

- <a href="http://www.revistaforum.com.br/2017/03/21/justica-determina-que-governo-temer-comprove-deficit-na-previdencia-social/">http://www.revistaforum.com.br/2017/03/21/justica-determina-que-governo-temer-comprove-deficit-na-previdencia-social/</a>

Em tese de doutorado, pesquisadora denuncia a farsa da crise da Previdência Social no Brasil forjada pelo governo com apoio da imprensa

http://www.adunicentro.org.br/noticias/ler/1676/em-tese-de-doutorado-pesquisadora-denuncia-a-farsa-da-crise-da-previdencia-social-no-brasil-forjada-pelo-governo-com-apoio-da-imprensa

Por que o poder econômico odeia a Previdência social?

Eduardo Fagnani | Revista Brasileiros - JUNHO 16, 2015 /

http://plataformapoliticasocial.com.br/por-que-o-poder-economico-odeia-a-previdencia-social/

# Déficit da Previdência é uma 'farsa' com objetivo de retirar direitos, afirmam especialistas

Por Pedro Rafael Vilela\*,

http://www.brasildefato.com.br/node/34124#.VsMV35MIMpM.facebook 12/02/2016

Ditadura sobrevive sobre aposentados. Reforma da Previdência é anti-Vargas e inconstitucional.

Cesar Fonseca em 20/02/2016

http://independenciasulamericana.com.br/2016/02/ditadurasobrevive-sobre-aposentados-reforma-da-previdencia-e-anti-varg as-e-inconstitucional/

# Reforma da Previdência é uma proposta de aprofundamento da desigualdade

 http://www.cartacapital.com.br/economia/a-reforma-daprevidencia-de-temer-aprofunda-a-desigualdade

O que não te contaram sobre a Reforma da Previdência.

https://trendr.com.br/o-que-n%C3%A3o-te-contaram-sobre-a-reforma-da-previd%C3%AAncia-18ba4d34c23a#.c2zlq6wqa

Eduardo Fagnani: "O 'déficit' da Previdência é uma pós-verdade"

https://www.cartacapital.com.br/politica/eduardo-fagnani-o-deficit-da-previdencia-e-uma-pos-verdade

Marcelo L. Perrucci é Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União e Presidente do Conselho Fiscal da FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo)

# <u>Sergio Pinto Martins</u>, 15 de dezembro de 2016 - É contraditória a afirmação de que há déficit na previdência

http://www.conjur.com.br/2016-dez-15/sergio-martins-contraditoriaafirmacao-deficitprevidencia?utm source=dlvr.it&utm medium=facebook

Auditores fiscais publicam cartilha da Previdência que contrapõe discurso de déficit

https://www.brasildefato.com.br/2016/08/23/auditores-fiscais-publicam-cartilha-da-previdenciaque-contrapoe-discurso-de-deficit/

Requião fala em vídeo sobre a farsa do déficit da previdência que não existe

https://www.facebook.com/robertorequiao/videos/154460797556454

Henrique Júdice - 10/02/2017 . Miséria, morte e roubo

http://correiocidadania.com.br/2-uncategorised/12335-miseria-morte-e-roubo

Igreja Católica confronta a "reforma" da Previdência – 16.03.2016 http://outraspalavras.net/maurolopes/

Jogo de interesses por trás da Reforma da Previdência

http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/03/jogo-de-interesses-portras-da-previdencia/

Movimentos sociais denunciam contradições e conveniências ocultas na reforma previdenciária proposta por Termer e que começa a perder apoio no Congresso - Por Gilson Camargo

### GUERRA CIVIL ACABA DE SER DECLARADA NO BRASIL - OAB SE POSICIONA A FAVOR DO POVO

https://www.facebook.com/acaocritica?fref=ts

# Xadrez da Previdência e a quadrilha que assumiu o poder O XADREZ DO GOLPE HTTP://JORNALGGN.COM.BR/NOTICIA/XADREZ-DA-PREVIDENCIA-EA-QUADRILHA-QUE-ASSUMIU-O-PODER

Ivanisa T. Martins -Seguridade Social no Brasil: processo

interrompido - Leia a íntegra no blog: <a href="https://goo.gl/KzCJP5">https://goo.gl/KzCJP5</a>

### Mexida autoritária na Previdência não é reforma e nada resolve

03/12/2017 JANIO DE FREITAS

O governo que corta gastos essenciais está liberando mais R\$100 milhões para propaganda.

Os meios de comunicação beneficiados agradecem, cada qual à sua maneira. Mas a campanha que o governo já despeja na população é tão pouco séria quanto a sua sobriedade de gastos. É propaganda enganosa. Até mesmo difamatória, como a Justiça já reconheceu e proibiu a linha de mensagens que deixa mal o funcionalismo.

A finalidade alegada da campanha é conquistar a opinião pública para a "reforma" da Previdência. Ou, com menos hipocrisia, lançar o terrorismo verbal contra os que se opõem à "reforma" tal como proposta pelo governo Temer. Há numerosos oponentes, inclusive, na tropa do governo no Congresso.

E não só por causa da possível reação eleitoral no ano que vem. É que não basta reconhecer a necessidade de reformar a Previdência, produto da ruinosa fusão dos institutos previdenciários na ditadura. A mexida autoritária e não menos obtusa proposta pelo governo Temer promete solução, não é reforma e nada resolve, nem parcialmente.

Para atrair apoios, só mesmo fazendo compras no Congresso. Para obter aceitação pública, só mesmo recorrendo a falsidades.

Henrique Meirelles lançou e reitera a maior parte desses argumentos, repetidos por Temer, Rodrigo Maia, Moreira Franco, e usados na propaganda já iniciada.

Coisas assim: a reforma é indispensável para garantir que amanhã os salários e as aposentadorias possam ser pagos. Ou: a reforma é que dará condições ao crescimento sustentável. Ainda: sem reforma, os jovens hoje abaixo de 25 anos terão de pagar R\$ 9 trilhões para custear a Previdência no futuro. Daqui a 75 anos – e por aí vai.

Nada disso tem sequer a mais simples conexão com a realidade do país, em particular a da Previdência e, em geral, a dos brasileiros de menos ou mais de 25 anos.

Estática é a cabeça dos tecnocratas de tais formulações.

Não a realidade. E não há o que a imobilize. Se o Brasil alcança crescimento econômico forte, o número de empregos já terá crescido, com propensão de crescer mais.

Nessas condições, a arrecadação para a Previdência e para o Tesouro não exigirá mais do que fiscalização menos corrupta para crescer em ritmo exponencial.

Já passamos por fases assim. Em sua possível repetição, de todas as atuais hipóteses trágicas não se aproveitará o suficiente nem para uma gargalhada.

Rir, pode-se rir logo, graças aos mesmos tecnocratas.

Como forma de cortar mais gastos, o governo imaginou um Programa de Demissão Voluntária que, na pior hipótese, levaria 5.000 dos 630 mil funcionários ativos a se demitirem por acordo. Só nessa pior hipótese, o governo contava

poupar R\$ 1 bilhão. Findo o prazo, eis o resultado do plano e da previsão: 76 adesões.

As previsões para a Previdência têm o mesmo nível de seriedade. Refletido também na propaganda de aspirante a candidato a presidente, posta nas redes por Henrique Meirelles.

Com gráfico de subidas alpinas, linhas quase verticais, o ministro exibe o imaginado crescimento do emprego com sua política econômica.

A mesma que só cresceu 0,1% no terceiro trimestre, pior apenas do que o tumultuoso México em todas as Américas.

Ao menos gentil, a informação de Meirelles poupa o leitor de saber que três em cada quatro daqueles novos empregados não é empregado de coisa alguma.

É alguém que, na verdade, à falta de emprego, faz trabalhos precários, sem carteira assinada, sem Previdência Social, sem segurança e sem outros direitos.

Fake news? É no Brasil mesmo. Onde a palavra mentira é tão presente quanto a própria. Fake news é fake news de americano.

http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreitas/2017/12/1940202-mexida-autoritaria-na-previdencia-nao-e-reforma-e-nada-resolve.shtml

### O FIM DA REFORMA

Paulo Timm. Novembro 2017

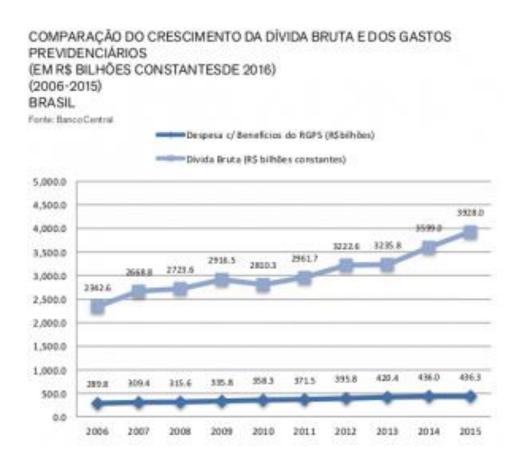
O fim da Reforma da Previdência, a meu juízo, portanto, nada tem a ver com proximidade das eleições, mas com sua inconsistência. Aliás, se a dita Reforma, como preconiza o Governo, corta privilégios, em benefício dos mais pobres e vulneráveis, os ilustres deputados e senadores a apoiariam justamente para ter benefícios eleitorais ano que vem. Pior, o Governo mente e mente tão completamente que acaba se convencendo que diz a verdade, quando diz que os gastos previdenciários estão comprometendo o equilíbrio fiscal do Governo. Veja-se, como até 2015, quando a economia recém megulhava na recessão que, essa sim, contraiu a Renda, o Emprego e a Arrecadação Federa, evidenciando que "O resultado previdenciário depende muito das condições econômicas, mas

o debate está sendo feito a partir de modelos que levam em conta quase que exclusivamente elementos populacionais", como afirmou em audiência na Câmara dos Deputados o Economista, PhD pela New Scholl S.R. – NY, Claudio Putty:



Claudio Puty, durante audiência pública na Comissão da Reforma Política (Alex Ferreira/CDeputados)

Em outro artigo do livro A Previdência Social em 2060, os autores apresentam um modelo teórico proposto por John Eatwell, atual diretor da Queens' College, da Universidade de Cambridge (Inglaterra). O economista britânico sugere que o envelhecimento da população e a consequente crise da Previdência Social podem ser contornados por três diferentes políticas: incrementos na produtividade do trabalho, aumento da poupança e dos impostos (das receitas), e crescimento do emprego formal, com aumento do número de contribuintes.



Fonte\_ http://previdenciabrasil.info/pec-287-como-o-governo-faz-conta-para-transformar-superavit-em-deficit/

Mas não é o caso. Nem vou falar , aqui neste artigo, de dois outros grandes problemas articulados à perda de receitas para a Previdência, além da recessão: (1) sonegação/dívida previdenciária e (2) renúncia fiscal previdenciária, que só em 2016, mercê dos programas de estímulo às exportações — Lei Kandir - , isenção à entidades filantrópicas e outras jaboticabas, teria chegado a R\$42bi.

Claro que há problemas e até privilégios no sistema previdenciário. Há um problema entre o sistema público e privado, há um problema, no sistema público entre União, de um lado, e Estados/Municípios e Distrito Federal por outro, há um grave problema conceitual, que é a confusão entre Previdência, Assistência Social e Seguridade Social. Impossível tratar de todos estes problemas aqui. Vejamos algumas questões, começando pela questão das aposentadorias dos servidores públicos.

Um estudo da OCDE bem situa o caso brasileiro, mostrando como gastamos mais que outros países com pensões e aposentadorias no setor público. Algumas conclusões do Dr. Paulo Caliendo, Doutor em Direito Tributário pela PUC/SP, Professor do Corpo Permanente do PPGD PUCRS (Conceito 6):

- i) O Brasil gasta muito mais em aposentadorias de servidores públicos que a média dos países que não-são da OCDE:
- ii) O gasto em aposentadorias de servidores públicos é o maior em percentual das receitas governamentais (creio que sejam principalmente tributárias):
- iii) O Brasil gasta um percentual maior das receitas governamentais (creio que sejam principalmente tributárias):em aposentadorias de servidores públicos que a média dos países que são da OCDE:
- iv) Todos os países da OCDE iniciaram reformas na previdência.

Assim, a carga total da previdência dos servidores públicos tem sido significante e crescente. Ela tem superando em muito a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada. A conclusão é que este é um problema grave a ser atacado. Ver mais em: <a href="https://mpra.ub.uni-muenchen.de/14796/1/MPRA\_paper\_14796.pdf">https://mpra.ub.uni-muenchen.de/14796/1/MPRA\_paper\_14796.pdf</a>.

Palacios, Robert et Whitehouse, Edward. Civil-service pension schemes around the world. World Bank, Axia Economics.

Ricardo Bergamini tem a mesma visão. Ele é um economista liberal e um dos maiores críticos do sistema vigente , para quem, também a questão previdenciária é um dos mais complexos temas no Brasil, pela complexidade do tema, interesses envolvidos e superficialidade das análises, a que eu acrescentaria a confusão conceitual. Eis como pontualiza o assunto, distinguindo aposentadoria dos servidores públicos e aposentadoria dos trabalhadores do setor privado:

#### A imoral e desumana Previdência Social do Brasil

### Ricardo Bergamini

- Em 2016 o Regime Geral de Previdência Social (INSS) destinado aos trabalhadores de segunda classe (empresas privadas) com 100,6 milhões de participantes (**70,1 milhões de contribuintes e 30,5 milhões de beneficiários**) gerou um déficit previdenciário da ordem de R\$ **152,2 bilhões** (déficit per capita por participante de R\$ 1.512,92).
- Em 2016 o Regime Próprio da Previdência Social destinado aos trabalhadores de primeira classe (servidores públicos) União, 26 estados, DF e 2087 municípios mais ricos, com apenas 9,9 milhões de participantes (6,3 milhões de contribuintes e 3,6 milhões de beneficiários) gerou um déficit previdenciário da ordem de R\$ 155,7 bilhões (déficit per capita por participante de R\$ 15.727,27).
- Resumo do resultado previdenciário de 2016 do RPPS (servidores públicos): União (civis e militares) déficit previdenciário de R\$ 77,2 bilhões; governos estaduais déficit previdenciário de R\$ 89,6 bilhões e governos municipais

superávit previdenciário de R\$ 11,1 bilhões. Totalizando déficit previdenciário do RPPS da ordem de R\$ 155,7 bilhões.

Vejamos, primeiro, o caso das aposentadorias do setor público reguladas pela Constituição da República Federativa do Brasil (art. 40) e pela Lei 9.717/1998. que disciplinam a existência de Regime Geral de Previdência desta categoria, denominado RPPS. O diagnóstico elaborado pelo Fórum instituido no Governo Dilma Roussef (Decreto 8.443 de 30 de abril de 2015;2) Portaria 21 de 1º de setembro de 2015) e que apresentou seu relatório em 2016, , identificou um universo de 2.080 regimes, assim contabilizados: 01 da União, 27 de Unidades Federativas e Distrito Federal e 2052 de Municípios, incluídas as capitais. Eis o balanço – 2015 – da aposentadoria e pensões dos servidores da União, em 2015

### Regime Próprio de Previdência Social da União

### Ricardo Bergamini

Vou analisar apenas o regime dos servidores públicos da União, onde existe a maior distorção, e por ser o maior gerador de déficit do sistema.

Todas as premissas utilizadas são com base nos números divulgados pelo governo federal relativo ao ano de 2015.

- (1) Em dezembro 2015 existiam 1.310.715 servidores federais ativos (civis, militares e intergovernamentais\*) que custaram ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 152,2 bilhões.
- (2) Em dezembro 2015 existiam 1.031.375 servidores federais inativos (civis, militares e intergovenamentais\*) que custaram ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 104,2 bilhões.
- (3) Com base nos números acima podemos chegar a duas conclusões de nível primário ou de primeiro grau:
- (3.1) Em dezembro 2015 existia uma relação de 1,27 servidores federais ativos para 1,00 servidores federais inativos. Número obtido dividindo-se 1.310.715 ativos por 1.031.375 inativos. Aí reside a primeira distorção do serviço público federal montado através de várias distorções e privilégios gerados de longa data. Num regime atuarial normal essa relação seria de 5,00.
- (3.2) A segunda conclusão primária ou de primeiro grau é a de que a União necessita de 68,46% do correspondente aos salários dos servidores federais ativos para o pagamento dos servidores federais inativos. Número obtido

dividindo-se os gastos com servidores federais inativos de R\$ 104,2 bilhões pelos gastos com servidores federais ativos de R\$ 152,2 bilhões.

(4) Com base no acima colocado podemos chegar à conclusão, sem masturbação mental ideológica, e de forma incontestável de que a União necessita do correspondente a 68,46% dos gastos com salários dos servidores ativos para pagar os servidores inativos. Como, em média, os servidores federais ativos, inativos e pensionistas contribuem com 11% dos seus salários para o fundo do Regime Próprio de Previdência da União, ficam faltando 57,46% dos gastos correspondentes aos salários dos servidores federais ativos para fechar a conta da orgia pública federal, que são pagos pelo Tesouro Nacional (POVO), quando na verdade a parte patronal (Governo) legal para o fundo do Regime Próprio de Previdência da União seria de apenas 22% dos gastos correspondentes aos salários dos servidores federais ativos, conforme abaixo demonstrado:

### Demonstrativo do RPPS da União - Fonte MF - Base: R\$ Bilhões

Benefícios Pagos aos Servidores Militares (Reserva, Reforma e Pensão).	(31,1)
Benefícios Pagos aos Servidores Civis da União (Aposentadorias e Pensões).	(73, 1)
Total de Benefícios Pagos aos Servidores Inativos da União.	(104,2)
Contribuição Patronal (União).	17,4
Contribuição dos Servidores Civis.	11,8
Contribuição dos Servidores Militares.	2,5
Total de Contribuições Recebidas no RPPS da União.	31,7
Total de Déficit Previdenciário Gerado no RPPS da União.	(72,5)

Como acima demonstrado o governo além da parte patronal legal de R\$ 17,4 bilhões teve que cobrir o déficit previdenciário de R\$ 72,5 bilhões, totalizando gastos de R\$ 89,9 bilhões, ou seja: na realidade o governo participou com 59,06% (legal e déficit) dos gastos com pessoal ativo e os servidores (ativos e inativos e pensionistas) com 9,39% dos salários dos ativos para pagamento dos inativos e pensionistas.

Os servidores públicos, pois, mercê das aposentadorias integrais que os beneficiavam até bem pouco tempo atrás, recebem valores maiores daquele recebidos pelos aposentados do setor privado e não cobrem, com suas contribuições, os gastos da União com eles. O déficit, porém, como resultado aritimético de receitas e despesas correntes, tanto de um, como de outro, mesmo grande, é pouco significativo, diante do valor do PIB. O que não é justo é essas aposentadorias e pensões públicas serem mais elevadas do que as vigentes no setor privado.. Isso deriva, porém, do fato de que o valor médio dos salários dos servidores é maior do que o do setor privado. O futuro deverá, sim, igualar salários e aposentadorias. Esse é o caminho da democracia: Igualdade e Fraternidade. Proponho, a propósito, que isso se equalize, gradualmente, todas

as aposentadorias até chegarmos a um teto de dez salários mínimos pra todo mundo. Mas a atual Reforma não trata disso. Até porque esta disparidade, tanto é resultado de regalias do setor público, parte delas já sendo revisadas e cortadas. No caso dos civis, a aposentadoria integral já não mais existe, ressalvados os casos passados e, no caso dos militares, a destinação das pensões para as filhas solteiras, também foi cortado, sem prejuízo de direitos adquiridos. De outra parte, o próprio Presidente Lula criou, através de E.C. 41/2003, julgada constitucional pelo STF, a título de Reforma da Previdência, uma Taxa Previdenciária sobre as aposentadorias e pensões dos servidores, no valor de 11%, cobrado sobre o valor destes benefícios superiores ao teto das aposentadorias do INSS. Como sobre estes benefícios, que em média excedem o limite de isenção do Imposto de Renda, eles são onerados, nos contracheques, com um desconto, em média, destes 11%, que, pela Reforma Temer deverão se elevar para 14%, acrescidos do Imposto de Renda retido na fonte, que chega a 27,5%, eles serão subtraídos, em 38,5%.

Mas há aí uma questão que todos devem saber: A distância entre os maiores e menores salários no setor público é imensa, mercê dos privilégios do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público.

## RADAR BRASIL

DEFICIT	PREVIDENCIÁRIO						
ARRECADAÇÃO							
CÂMARA	R\$ 460 milhões						
SENADO	R\$ 258 milhões						
Total	R\$ 718 milhões						
	DESPESAS						
CÂMARA	R\$ 1.420 milhão						
SENADO	R\$ 1.680 milhão						
Total	R\$ 3.100 milhões						
	Fonte: Câmara e Senado						

A matemática é elementar: Câmara e Senado arrecadam R\$ 718 milhões de seus contribuintes e pagam R\$ 3,1 bilhões em benefícios anualmente. O resultado, segundo reportagem do <u>Congresso em Foco</u>, é um déficit anual de R\$ 2,4 bilhões nas contas da previdência dos servidores do Congresso – e quem cobre esse rombo, de 77%, são os contribuintes.

As generosas aposentadorias dos servidores do Congresso chegam a ultrapassar o teto remuneratório do serviço público, que é de R\$ 33,7 mil. As regras são consideravelmente mais generosas do que as previstas para os segurados do INSS: a aposentadoria dos servidores do Congresso é uma soma de salários, gratificações e vantagens pessoais.

# Claudia Vallim – A verdadeira crise da Previdência está no Congresso. E quem paga o rombo é o cidadão

http://www.claudiawallin.com.br/2017/02/26/a-verdadeira-crise-da-previdencia-esta-no-congresso-e-quem-paga-o-rombo-e-o-cidadao/

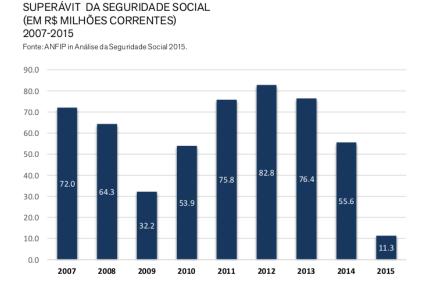
Isso se reflete, claro, no valor médio das aposentadorias do setor público, tornando-o superior ao do setor privado. Veja o que se ganha, no Brasil, um parlamentar, que é maior do que na Alemanha ou Japão, segundo a Revista insuspeita "The Economist": <a href="http://abr.ai/15zWYn9.">http://abr.ai/15zWYn9.</a>

O ideal, seria, pois, para efeitos de comparação dos salários dos trabalhadores de um e outro setor, expurgar, nas tabelas comparativas, os segmentos privilegiados do setor público. Sobre estes privilegiados, sim, administrar mecanismo de controle de benefícios e salários para que, no médio e longo prazos haja maior equanimidade entre todos os trabalhadores. Penalizando os servidores, na média, alegando que são mais bem remunerados que o setor privado, o Governo estará penalizando mais, com o aumento da Taxa de Previdência, justamente os que ganham menos. Isso o Governo não explica.

### Outros pontos importantes:

Junta-se aos gastos de Previdência, gastos que não se referem à previdência propriamente dita, como contrapartida a trabalhadores que ficaram, por tempo de serviço, ou incapacidade para o trabalho, improdutivos, mas que prestaram serviços no passado, tendo, com isso, pago regiamente as contribuições previdenciárias. A Previdência pública, aliás, não ampara apenas os idosos, mas todos aqueles que, por alguma razão, deixaram de trabalhar. Vejamos o caso, por exemplo, do FUNRURAL, que, sendo um gasto socialmente justo, não deveria jamais recair sobre os ombros de trabalhadores, mas da sociedade em geral. Trata-se de uma proteção social a trabalhadores que não contribuiram no passado e devem ser amparados, mas não sob a rubrica da Previdência, mas da Assistência Social, tal como todos os outros benefícios desta rubrica, amparados pela Lei Orgânica da Assistência Social, estes em número superior a 30 milhões de brasileiros vulneráveis. Aliás, é certo que a Assistência Social integre o conceito de Seguridade Social, mas jamais o Orçamento da Previdência Social. O Governo mistura os dois conceitos a seu bel prazer para confundir e desvia fontes de financiamento da Seguridade Social para evidenciar um déficit que não existe, como assinala Ivanisa T. Martins, ex assessora do Governo Lula, em seu FB em 4 jan 2017 : "Os recursos da seguridade social estão sendo usados para cobrir rombos orçamentários, desde a Emenda Constitucional 47 de 2005 que alterou as alíquotas com a finalidade de desonerar as contribuições das empresas. Foi esta Emenda que prejudicou o financiamento das aposentadorias e dos benefícios sociais em geral. Cabe apresentar Emenda Constitucional que recupere as contribuições sociais como base de financiamento específico e exclusivo dos benefícios sociais". Nesta mesma ocasião, aliás, o então Presidente Lula extinguiu a Fiscalização do Ministério da Previdência a favor da Fazenda...

Os conceitos de Assistência Social, Seguridade e Previdência são similares, mas a Seguridade é muito mais abrangente, daí porque ter a Constituição de 1988 ter prevista outras fontes para seu adequado financiamento, aliás potencialmente superavitário não fossem os cortes feitos.



Fonte: http://previdenciabrasil.info/pec-287-como-o-governo-faz-conta-para-transformar-superavit-em-deficit/

Eis outro quadro demonstrativo de sua composição, prévia advertência da economista Maria Lucia Fatorelli:

Que vergonha! Como é possível as próprias autoridades desrespeitarem a Constituição Federal? A Previdência Social está inserida na Seguridade Social (art. 194 da CF) e é financiada por todas as contribuições de que trata o art. 195 da CF. O secretário Marcelo

( https://www.facebook.com/PrevidenciaOficial/videos/18322522037 09401/)

considera somente as receitas do INSS, omitindo as demais contribuições: COFINS, CSLL etc. É evidente que o falacioso "déficit" é apurado devido a essa flagrante distorção. A conta a ser feita é a da Seguridade Social como um todo, como determina a CF.

SEGURIDADE SOCIAL - 2017



O GOVERNO FALA EM "ROMBO" NA PREVIDÊNCIA.

> QUER SABER A VERDADE?

## SEGURIDADE SOCIAL



**ESTES O** 

NÃO COLOCA

GOVERNO

NA CONTA

## **DESPESAS**

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

R\$ 436 BI

BENERCIOS ASSISTÊNCIAIS

R\$ 41.8 BI

BOLSA FAMÍLIA E OUTROS

R\$ 26.9 BI

R\$ 102,2 BI

BENEFICIOS FAT

R\$ 48,2 BI

**OUTRAS DESPESAS** 

R\$ 27,9 BI

SOMA DAS DESPESAS: R\$-683 BILHÕES

### RECEITAS 7



CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

R\$ 352,6 BI

R\$ 200,9 BI

R\$ 59,7 BI

PIS/PASEP

R\$ 53 BI

ENTIDADES DA SEGURIDADE

R\$ 20 BI

**OUTRAS CONTRIBUIÇÕES** 

R\$ 7,8 BI



SOMA DAS RECEITAS: R\$ +694 BILHÕES

SALDO: R\$+11 BILHÕES

Outro ponto: os militares.

Este é o segmento, em termos relativos, mais deficitário na Previdência, mas nada está sendo proposto na Reforma do Governo, sobre suas aposentadorias. Ricardo Bergamini, cáustico, coloca a questão:

#### Gastos com Pessoal Militar das Forças Armadas – Fonte: MP

Base: Ano de 2016

Itens	Quantitativo	R\$ Bilhões	%
Ativos	364.022	21,0	36,65
Reserva e Reforma	154.600	19,2	33,51
Pensionistas	144.410	17,1	29,84
Total Pessoal Militar	663.032	57,3	100,00

O quadro demonstrativo acima demonstra de forma clara e indiscutível a distorção causada pela pensão das filhas de militares nas contas nacionais, gerando uma aberração econômica onde se gasta 36,65% com pessoal ativo e 63,35% com pessoal inativo (reserva, reforma e pensões).

Essa anomalia econômica foi encerrada em 2001, mas em função do maldito direito adquirido existente para os trabalhadores de primeira classe (servidores públicos) seus efeitos financeiros somente ocorrerão em torno do ano de 2036.

Arquivos oficiais do governo estão disponíveis aos leitores.

ricardobergamini @ricardobergamini.com.br

Na verdade, rigorosamente, o gasto militar, seja com investimentos, custeio, salários, aposentadorias e pensões etc., nem deveria ser tratado no âmbito da crise fiscal ou da Previdência. Trata-se de um assunto de âmbito nacional sobre quanto se deseja gastar com defesa, aí alocando os recursos que se considerem necessários. Antigamente, aliás, era feito assim, até que um dia, no regime militar, alguém encontrou um meio de aumentar a disponibilidade para investimentos e custeio militares deslocando os gastos de aposentadoria e pensão dos militares para o orçamento da previdência. Oressa! Como dizia o Fenômeno: Incluam os militares fora dessa lista...

Finalmente, agora, o Governo, vendo o caso perdido, desdobra-se, para conseguir , pelo menos, a elevação da idade para a aposentadoria. Outra maldade. Se é verdade que a idade média do brasileiro está se elevando, como em outros países desenvolvidos, aqui, a grande massa de trabalhadores, que ganha até um salário mínimo, cerca de 100 milhões , mora na periferia das grandes cidades, vive mal, sujeitos à elevados níveis de violência, vive 20 anos a menos que a média nacional. Veja-se isso, à luz da Reforma de Temer:

100	da Previdência
Em que ano vo	ocê irá se aposentar?
Company a traballant	ldada assa sasasatadada
Começou a trabalhar	Idade para aposentadoria
16 anos	65 anos
17 anos	66 anos
18 anos	67 anos
19 anos	68 anos
20 anos	69 anos
21 anos	70 anos
22 anos	71 anos
23 anos	72 anos
24 anos	73 anos
25 anos	74 anos
26 anos	75 anos
27 anos	76 anos
28 anos	77 anos
29 anos	78 anos
30 anos	79 anos
31 anos	80 anos
#comp	partilhe
	doriainss.net

## Quem paga o pato?

2/3 dos 27 milhões de desempregados são negros. O salário médio do negro é 55% o salário médio brasileiro

O que os governistas não entendem é que o Brasil, ao contrário dos citados países desenvolvidas, arrasta consigo a chaga da escravidão e da concentração da propriedade e rendas. Somos um país desigual, no qual as médias enganam e exigem critérios de implantação de políticas públicas segmentados, por região, por cor, por gênero, por local de moradia etc. Basta ver: Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre o da Estudo da Oxfam, que revela que os 5% mais ricos detêm mesma fatia de renda que outros 95% e que mulheresganharão como homens só em 2047, e os negros como os brancos em 2089- https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531\_079176.html?id\_externo\_rsoc=FB\_CC\_-

Veja-se, como consequência disto, a expectativa de vida com qualidade dos brasileiros:



Figura 3. Fonte: OMS/ONU. Elaborado por Marcelo L. Perrucci é

Outra economista, Ceci Juruá, destaca:

Em sintese creio que se pode afirmar que 70% da população brasileira em idade de trabalhar (20 a 60 anos) possui rendimentos inferiores a R\$ 40 mil anuais. Montante equivalente a 13 mil dólares, ou US\$ 1 MIL mensais (contando-se 12 meses mais o 13o. salário ou abono anual). Este valor equivale aproximadamente ao salário minimo de países europeus ou norte americanos, para os quais exportamos nossas commodities a preços subsidiados ou com múltiplas isenções tributárias, a exemplo das deduções permitidas pela Lei KANDIR.

Acrescento que com os dados atuais, pode-se dizer que para cada pessoa com mais de 60 anos, apta a uma aposentadoria "proxima" (11 milhões de pessoas), há 97 milhões em idade de trabalhar (20 a 60 anos). Logo a relação entre

## POPULAÇÃO APTA A PARTICIPAR DO MERCADO DE TRABALHO / POPULAÇÃO EM IDADE DE SE APOSENTAR

é altissima, cerca de 9, NOVE! Relação bastante distante daquela apresentada por técnicos do Governo quando se trata de debater a reforma da previdencia social; Alguém acredita que no espaço de 20 anos esta relação sera alterada substancialmente? Analisem os últimos 20 anos.

Quem não se sabe fazer estas contas, diz um velho provérbio indiano, não se deveria nem ir ao mercado, nem à guerra, muito menos ascender ao Governo.

Em tempo, quem disse que a Previdência deve ser autofinanciada? No mundo inteiro ela é subsidiada pelo Estado e todo lugar onde isso se rompeu, deixou os aposentados e pensionistas na corda bamba, como foi o caso do Chile. Só ver o quadro abaixo.

## Ivanisa Teitelroit Martins

,

Extra Classe – Este debate está presente em todo o mundo, com a maior longevidade da população. Que modelo parece mais equilibrado?

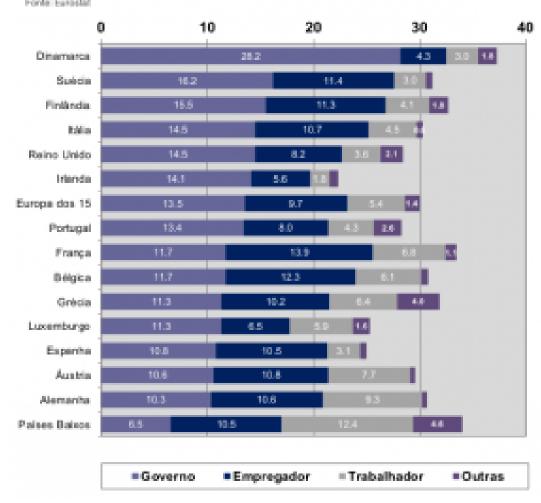
Ominami – Não há um modelo standard para o mundo. Mas há princípios a manter que são os da seguridade social. Não é admissível que um pobre, sem educação, seja condenado a pobreza extrema guando envelhece. Isso não é seguridade e não pode ser tolerado. É preciso um princípio de solidariedade, como funciona a sociedade, onde os ricos ajudam os pobres, os saudáveis ajudam os doentes e os jovens ajudam os velhos. Defendo um sistema único, homogeneizado, entendendo que nem todos os trabalhos são iguais e há ofícios diferentes que devem ser levados em conta pelo nível de esforço e exigência – não há como comparar os que trabalham em minas ou nos escritórios. É preciso estabelecer diferenças justas, não privilégios. E tem que haver prêmio para o esforço individual, e não repartir igualmente 100% porque pode haver gente que não queira trabalhar e se beneficiar indevidamente. Isto gera justas resistências em quem paga. Acho que um sistema misto pode ser uma solução. Dos que conheço, acho interessante a Escandinávia: há capitalização individual, solidariedade. fundos há е administrados que competem entre si. Na Suécia também há sistema misto, com capitalização individual e o Estado centraliza todas as cotizações e distribui as administradoras para ver quem melhor rentabiliza o fundo

Por último, uma consideração teórica, que os peritos contadores neoliberais odeiam e que, no passado, já enterrou um tal de Malthus: o progresso técnico. Malthus, no sec. XIX, dizia que o mundo iria morrer de fome porque a população exponencialmente enquanto a produção de alimentos cresce aritmeticamente. Quebrou a cara. Graças às inovações tecnológicas no campo, há comida de sobre no mundo, embora a fome subsista não por falta de produtos, mas por insuficiência de renda em várias partes do mundo. Só ver o Mapa da Fome. Na questão do envelhecimento da população, também é comum ouvir-se dizer que cada vez manos jovens terão que sobrecarregar seus ombros com um número cada vez maiores de velhos improdutivos. Falso! Na verdade, o trabalho das gerações anteriores está cristalizado na forma da capital social disponível às novas gerações, assegurando-lhes um nível cada vez maior de produtividade e renda, A questão central do futuro da economia, portante, é a inovação e crescimento do PIB, com o que todos se beneficiarão, inclusive os velhos desempregados, dispensados pela robótica http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Tim m/170319064716EMPREGO\_E\_INOVACAO.pdf - , desde que o "detestável" Estado cumpra com suas funções sociais de redistribuição. Este fenômeno foi muito bem descrito por um russo de nome estranho: Tugan Branovski . Outra economista, Sara Granemann, citade na epígrafe, reitera o que digo: Do aumento da produtividade do trabalho, em muito superior ao aumento da expectativa de vida, não há sequer uma "lembrança" da parte dos Grupos Técnicos, capitais e governos de que a produtividade é um dos componentes da equação relativa à contribuição do trabalho.

E é por isso que vários países europeus, cujos Governos já financiam a Previdência, estão discutindo a implantação de uma Renda Mínima na sociedade.

FONTES DE RECEITA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-15) (EM % DO PIB) 2012





Fonte: http://previdenciabrasil.info/pec-287-como-o-governo-faz-conta-para-transformar-superavit-em-deficit/

O grande problema, portanto, do futuro nem será o Orçamento da Previdência, condenado pela própria tendência ao fim da era do emprego, mas o Orçamento de Assistência Social, com uma Lei de Orgânica de Assistência Social -LOAS-, ampla e abrangente, financiada, não por contribuições, mas pelos impostos pagos pelo conjunto da sociedade. Ou seja, o processo civilizatório exigirá cada vez mais intervenção do Estado, oxalá democrático, e não menos, como pretendem os neoliberais. Veja a catástrofe da Previdência privada no Chile, para a qual os neliberais tentam nos empurrar:

#### O fracasso do sistema chileno de previdência

#### Stela Pastore

 http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/01/o-fracasso-dosistema-chileno-de-previdencia/ Portanto, atenção! Talvez, oportunamente, seja necessário tratar da Previdência com mais cuidado, jamais com mentiras, tal como faz o Governo atual, mas isso deverá ser feito por um Governo com maior legitimidade, muita discussão na sociedade e grande transparência nas contas públicas. Aí o Congresso Nacional que a apreciar, não temerá a vingança das urnas, nem precisará se vender por cargos em troca de seus votos. Como conclui Sara German:

Uma última anotação (da Contra Reforma da Previdência): a necessidade dos capitais no atinente à previdência, tem sido no Brasil de, ao menos duas ordens, simultâneas e não excludentes entre si: diminuir a previdência social, pública, para assim aumentar o espaço da mal denominada "previdência complementar", uma não-previdência que na verdade é um mecanismo do mercado de capitais; e, disponibilizar as somas providenciarias sob o controle do Estado como recursos para remunerar os proprietários dos títulos públicos.

#### Conclusão:

Não existe MODERNIDADE TÉCNICA, isenta de interesses sociais, porque não existe Verdade científica aplicada ao Homem e á Sociedade. A sociedade é sempre segmentada em classes, níveis de renda, prestígio, acesso ao poder etc e cada um destes grupos expressa sua respectiva visão. Nosso guia, neste contexto inevitavelmente conflitivo é e será sempre ÉTICO, o que não quer dizer que não se tenha que fazer contas e cunhar conceitos e teses, Mas o caminho para os dilemas sócio-econômicos, inclusive na PREVIDENCIA, cuja Reforma está sendo analisada no Congresso Nacional é, por exemplo:

## ÈTICA - o compromisso moral com as gerações passadas

CONCEITUAL - a previdência como retribuição ao capital social agregado pelas gerações anteriores, no qual se separe bem PREVIDENCIA, como restribuição aos trabalhadores produtivos e ASSISTENCIA SOCIAL, como apoio a trabalhadores improdutivos, e GARANTIAS A SETORES ESTRATÉGICOS, como forças armadas e de segurança, como responsabilidade, não dos , mas da NAÇÃO como um todo.

TÉCNICA - NÚMEROS E CÁLCULOS, no limite da contribuição de cada segmento, inevitável numa sociedade heterogênea como a nossa. onde a idade da classe média alta é de 80 anos, a média 74 e das populações vulneráveis é de 54 anos (negros, moradores de periferias).

#### **ANEXOS**

## 1.PREVIDENCIA SETOR PUBLICO – Resposta à propaganda do Governo Reforma afetará servidores

https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.correiobraziliense.com.br%2Fapp %2Fnoticia%2Feconomia%2F2017%2F08%2F16%2Finternas\_economia%2C618040%2Faj uste-fiscal-afetara-diretamente-a-vida-dos-servidores-

<u>publicos.shtml&h=ATMmVqqMX8k8nys4HX9OBxPPNC3eOIBfFgZKm01E8PIZTobZDCzJg</u> Z97iY0eVFAvI6dal6BP--

oUUVY3wZDAHgBl3o6\_2gLYE8U6v\_WfzK6LPMk1nnNclZ4Wvv1rvldo85y2UahA0lv-LI\_0jndqPlplgcML7K\_61f9bwJxBfuDedWffM\_HNDV179eX7YENi41RzrnpctPPSN8HGUaFk YarOpmLtpWx9hEEeWl3x7jsAQBvbyNN\_DJF2ezKUUBJQimNFVMCdvN2Q21fzqQb0KLzJ ax0hlrWTfp4

#### **SERVIDORES GANHAM MUITO?**

https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fstoria.me%2F%40m.juliboni%2Ffuncio narios-publicos-realmente-ganham-

1whsxf&h=ATOoQKGLRxC8RXMkar3KZVqQbUCmy\_CUMkqFA3onyIMG6D-QwVh5uJyBXyn5GIUwxqyo-

qifnYLu0iKHu5EzHXzxXMI5i0Gi2xNKcstXQF1EXwyALEDql3KklQLb4KlvhK4DIYUCNnMR
ZnFACGOWeii5POAWpiD wOXi-gh-

aRLctdpuUUpkf7QjDczH2KB11PltfGOZSFT6KfWlRr2lXZCkKpN3qbtFRVmd4z9nm4NgTN3
-hti1MmDjXohcxYMHnfnqlY387qSi0tNv259adcWlytZKQiQC Eth5rvKOK6lyM

\*

Fonte insuspeita, de um crítico mordaz do sistema atual - <u>www.ricardobergamini.com.br</u> Ricardo Bergamini

"Vou analisar apenas o regime dos servidores públicos da União, onde existe a maior distorção, e por ser o maior gerador de déficit do sistema.

Todas as premissas utilizadas são com base nos números divulgados pelo governo federal relativo ao ano de 2015.

- (1) Em dezembro 2015 existiam 1.310.715 servidores federais ativos (civis, militares e intergovernamentais\*) que custaram ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 152,2 bilhões.
- (2) Em dezembro 2015 existiam 1.031.375 servidores federais inativos (civis, militares e intergovenamentais\*) que custaram ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 104,2 bilhões.
- (3) Com base nos números acima podemos chegar a duas conclusões de nível primário ou de primeiro grau:
- (3.1) Em dezembro 2015 existia uma relação de 1,27 servidores federais ativos para 1,00 servidores federais inativos. Número obtido dividindo-se 1.310.715 ativos por 1.031.375

inativos. Aí reside a primeira distorção do serviço público federal montado através de várias distorções e privilégios gerados de longa data. Num regime atuarial normal essa relação seria de 5.00.

- (3.2) A segunda conclusão primária ou de primeiro grau é a de que a União necessita de 68,46% do correspondente aos salários dos servidores federais ativos para o pagamento dos servidores federais inativos. Número obtido dividindo-se os gastos com servidores federais inativos de R\$ 104,2 bilhões pelos gastos com servidores federais ativos de R\$ 152,2 bilhões.
- (4) Com base no acima colocado podemos chegar à conclusão, sem masturbação mental ideológica, e de forma incontestável de que a União necessita do correspondente a 68,46% dos gastos com salários dos servidores ativos para pagar os servidores inativos. Como, em média, os servidores federais ativos, inativos e pensionistas contribuem com 11% dos seus salários para o fundo do Regime Próprio de Previdência da União, ficam faltando 57,46% dos gastos correspondentes aos salários dos servidores federais ativos para fechar a conta da orgia pública federal, que são pagos pelo Tesouro Nacional (POVO), quando na verdade a parte patronal (Governo) legal para o fundo do Regime Próprio de Previdência da União seria de apenas 22% dos gastos correspondentes aos salários dos servidores federais ativos, conforme abaixo demonstrado:

Demonstrativo do RPPS da União - Fonte MF - Base: R\$ Bilhões

Demonstrativo do RPPS da União - Fonte MF - Base: R\$ Bilhões

Benefícios Pagos aos Servidores Militares (Reserva, Reforma e Pensão).	(31,1)
Benefícios Pagos aos Servidores Civis da União (Aposentadorias e Pensões).	(73, 1)
Total de Benefícios Pagos aos Servidores Inativos da União.	(104,2)
Contribuição Patronal (União).	17,4
Contribuição dos Servidores Civis.	11,8
Contribuição dos Servidores Militares.	2,5
Total de Contribuições Recebidas no RPPS da União.	31,7
Total de Déficit Previdenciário Gerado no RPPS da União.	(72,5)

Como acima demonstrado o governo além da parte patronal legal de R\$ 17,4 bilhões teve que cobrir o déficit previdenciário de R\$ 72,5 bilhões, totalizando gastos de R\$ 89,9 bilhões, ou seja: na realidade o governo participou com 59,06% (legal e déficit) dos gastos com pessoal ativo e os servidores (ativos e inativos e pensionistas) com 9,39% dos salários dos ativos para pagamento dos inativos e pensionistas."

## Observações PAULO TIMM:

- 1. O sistema atual privilegia, sim, os servidores públicos mais antigos que se aposentaram e que ainda se aposentarão, nos próximos 20 anos com salarios integrais. Este regime, porém, já caiu para os que entraram mais recentemente. Daqui a 30 anos, máxime, o sistema estará estabilizado. O Governo não explica isso e cria um clima de rejeição da cidadania contra o Estado e a burocracia estatal.
- 2. Dentre eles são particularmente beneficiados os servidores que recebem, na ativa, salários muito altos, especialmente os dos Poderes Judiciário e Legislativo. A previdência dos militares também deve ser observada com cuidado, mas a questão da pensão das filhas solteiras já caiu em 2001.

## Gastos com Pessoal Militar das Forças Armadas - Fonte: MP

Base: Ano de 2016 Fonte: Ricardo Bergamini

Itens	Quantitativo	R\$ Bilhões	%
Ativos	364.022	21,0	36,65
Reserva e Reforma	154.600	19,2	33,51
Pensionistas	144.410	17,1	29,84
Total Pessoal Militar	663.032	57,3	100,00

- 3. A proclamada REFORMA DA PREVIDENCIA que pretende cortar privilégios deveria, primeiro, cortar os excessos salariais destas categorias privilegiadas, fixando, sobre eles, eventualmente, TAXAS PREVIDENCIÁRIAS progressivas depois de aposentados. Hoje, esta taxa é linear, de 11%, sobre os valores acima do teto da Previdencia Privada e deverá passar para 13%.
- 4. Muito embora o salario médio dos funcionários públicos, no Brasil, seja mais alto do que o equivalente do setor privado, para que se faça uma justa comparação dever-se-ia retirar do bolo salarial dos servidores a parte dos salários e benefícios de excelência do Legislativo e Judiciário. Ninguém fez esta conta, mas, se fizer, vai ver que a média dos dois setores ficaria muito próxima. Isto porque a mediana dos dois, ou seja, a média das maiores ocorrências não deve diferir muito.
- 5. Finalmente, se esta média ainda mostrar uma vantagem dos salarios de servidores acima dos salarios privados, não seria o caso de se perguntar que a origem disso são os salarios de fome do setor privado, no qual 100 milhões de brasileiros ganham até 1 salario minimo?
- 6. Pelos dados acima, verifica-se que não é verdade que o GOVERNO gasta 4% do PIB com a Previdencia dos Servidores, ou um equivalente a 250 bilhões de reais. Importa, neste conceito, a propósito, identificar com precisão o déficit e não o gasto.
- 7. É justo criar um sistema de paridade entre previdência dos sistemas público e privado, mas isso deve ser feito, primeiro, com grande transparência e diálogo com a sociedade e, segundo, com respeito à direitos adquiridos, o que, lamentavelmente nunca ocorre com Governos podres.
  - 8. O custo do Estado no Brasil, enfim, e o número e remuneração de seus servidores de base, exceto os do Legislativo e Judiciário, com reflexos no

# elevado custo de um e outro destes poderes, é relativamente baixo e compatível com outros países com igual nível de desenvolvimento.



Gráfico 1. Despesa do Poder Judiciário como (%) percentual do Produto Interno Bruto, países selecionados

Fontes: CNJ 2014; European Commission for the Efficiency of Justice (CEPEJ) 2014, 32; Centro de Estudios de Justicia de las Américas (CEJA) 2007; National Center for State Courts (NCSC) 2012; Supreme Court of the United States (SCOTUS) 2012.

#### PODER LEGISLATIVO -RADAR BRASIL

No Brasil, há 706 cidades que gastam mais com vereadores do que arrecadam em impostos.

Diante disso, faz sentido manter a mesma estrutura em todas as cidades, mesmo guando para delas não tenham dinheiro pagar por Faz sentido os cidadãos trabalharem para que o Estado banque a si próprio? Por outro lado, e se municípios que não arrecadam o suficiente para se manterem se tornassem distritos OU vilareios? E se eles fossem gerenciados por estruturas mais enxutas, como conselhos administrativos?

O que ocorre no Brasil é que o poder público em suas diferentes esferas é inchado, ineficiente e extremamente caro para os contribuintes, no entanto a triste realidade não irá mudar enquanto a população (especialmente os mais pobres) não se mobilizarem e cobrarem dos atuais governantes e dos futuros candidatos a cargos eletivos um compromisso sério com o corte de despesas administrativas supérfluas e principalmente dos milhares de "cabides de empregos" espalhados Brasil afora os quais drenam os escassos recursos da sociedade.

https://www.facebook.com/JoaoAmoedoNOVO/photos/a.354079238363580.10 73741828.353551475083023/372179163220254/?type=3

DEFICIT PREVIDENCIÁRIO							
ARRECADAÇÃO							
CÂMARA	R\$ 460 milhões						
SENADO	R\$ 258 milhões						
Total	R\$ 718 milhões						
	DESPESAS						
CÂMARA	R\$ 1.420 milhão						
SENADO	R\$ 1.680 milhão						
Total	R\$ 3.100 milhões						
	Fonte: Câmara e Senado						

https://www.facebook.com/JoaoAmoedoNOVO/photos/a.354079238363580.10 73741828.353551475083023/372179163220254/?type=3

https://www.facebook.com/JoaoAmoedoNOVO/photos/a.354079238363580.1073741828.353 551475083023/372179163220254/?type=3

#### 9. BARNABÉS X MARAJÁS

Diz o Governo que a Reforma da Previdência, regada com lautos jantares entre Governo e parlamentares em Brasília, às nossas custas, vai acabar com as aposentadorias privilegiadas.

Estou de acordo com uma unificação das previdências pública e privada, o que deveria ser feito através de um governo em princípio de mandato, com alto grau de legitimidade e elevada capacidade de diáologo, não com o centrão parlamentar, mas com a sociedade organizada. Diálogo cercado de garantias de direitos adquiridos e atenção aos setores mais vulneráveis da sociedade. Portanto, isso não é tarefa para o agonizante Governo Temer.

Nesta unificação proponho que o teto da aposentadoria suba dos atuais cinco mil reais para R\$ 10 mil. Teto, não piso.

Para que isso seja possível é absolutamente necessário esclarecer não só as contas que envolvem toda a SEGURIDADE SOCIAL no Brasil, como, especialmente, as contas referidas às APOSENTADORIAS. Para tanto, é mister conceituar o que é APOSENTADORIA. Ela não é INVESTIMENTO, nem ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ela é a garantia social a um trabalhador produtivo, cuja capacidade de trabalho capitula diante de um incidente ao longo da vida, ou da idade. É também o reconhecimento generacional do contributo de gerações passadas para o aumento da produtividade no sistema econômico ao longo do tempo. Vale dizer, o último salário pago é sempre eticamente devedor ao trabalho cristalizado pelos trabalhadores ancestrais. Esse efeito redistributivo será sempre uma responsabilidade do Estado Republicano, que tanto assegura transferências de renda de regiões territoriais mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, como de segmentos sociais de maior renda para os de menor renda. Ou seja, as contas da previdência não têm , jamais, que bater entre receita e despesa, mas bater, sim, com os imperativos eticos de uma sociedade em busca da igualdade. Assim ocorre no mundo civilizado da Sociedade de Bem Estar. O Estado sempre complementa os eventuais déficits da previdência.

Mas para que tudo isso aconteça, primeiro o Governo tem que tratar de uma verdadeira REFORMA DO ESTADO de forma a eliminar os privilégios dos Poderes Legislativo e Judiciário. Tem cabimento , além dos altíssimos salários de juízes e promotores, estes auxílios financeiros para moradia, livros, creche etc? Se queremos uma unificação das previdências, devemos diminuir as distâncias salariais na ativa. Não confundir o pobre barnabé, que ganha mal e atende o público com o marajá herdeiro do bacharelismo oligárquico.

...

#### 10. Matematizando

E por falar em matemática, que é o forte dos economistas neoliberais, é bom lembrar que 2 + 2 tanto pode ser 4 quanto 22...., lembrando também que a média é um número abstrato, que nunca se verifica na realidade, tipo renda média, esperança média de vida, tempo médio gasto para chegar ao trabalho ou para ser atendido por um médico, número de anos de estudo.

E por aí vai. Isso porque se fala muito que o brasileiro vive cada vez mais. Eu, por exemplo, já estou com 73. Talvez chegue ao 78 ou, com sorte, aos 80. Mas jamais chegaria a tanto se fosse pobre, negro e vivesse na periferia das grandes metrópoles brasileiras. Se sobrevivesse aos 25 anos, viveria, no máximo até os 55. Oded Grajeb, um dos poucos empresários decentes deste país passa o dia repetindo isso nas redes. Ninguém o escuta. Preferem ler em inglês. Ou chamar diligentes especialistas estrangeiros do BANCO MUNDIAL para nos explicarem o que temos que fazer...

Como dizia Drumond: Eeiiita mundo besta!!!!

## 2.A carta da OAB

"As entidades abaixo nominadas, reunidas no Conselho Federal da OAB em 31 de janeiro de 2017, manifestam preocupação com relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contem inúmeros abusos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e "déficit", que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente

são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, antes de pressionar pela aprovação da PEC 287/2016, utilizando-se de onerosa campanha de mídia para levar informações questionáveis à população, exigimos que o Governo Federal divulgue com ampla transparência as receitas da Seguridade Social, computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.

Dentre os abusos previstos na PEC 287/2016 destacamos os seguintes:

- 1) Exigência de idade mínima para aposentadoria **a partir dos 65** (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
- 2) **49** (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso a posentadoria integral;
- 3) Redução do **valor geral das aposentadorias**;
- 4) Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
- 5) Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor **abaixo de um salário mínimo**:
- 6) Exclui as regras de **transição vigentes**;
- 7) Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte;
- 8) Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) **para** 70 anos de idade;
- 9) Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;

## 10) Fim da aposentadoria dos professores.

Além disso, a reforma da previdência prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016 no Congresso Nacional até que se discuta democraticamente com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social.

É necessário garantir a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais." <a href="http://noticiaeverdadepontocom.blogspot.com.br/2017/03/a-guerra-civil-acaba-de-ser-declarada.html?m=1">http://noticiaeverdadepontocom.blogspot.com.br/2017/03/a-guerra-civil-acaba-de-ser-declarada.html?m=1</a>

Na verdade, o Governo guer o seguinte: que o trabalhador trabalhe pagando o INSS por 49 anos de idade até morrer e que não se aposente JAMAIS. Tudo isto para continuar mantendo os salários milionários dos senhores deputados, senadores, ministros e todas as pencas de "assessores fantasmas"", viagens em jatinhos particulares pagos pelo contribuinte, sítios e triplex comprados com o dinheiro público, contas milionárias nos paraísos fiscais, apartamentos de luxo de frente para o mar, aeroportos particulares próximo a seus sítios, fazendas do porte de "Rei do Gado" no Paraguai, joalherias inteiras de presente a suas esposas, auxílio terno, gasolina, moradia, assistencial, governamental, e todos os demais devaneios que tais políticos desejarem a custa de seus escravos, que pagam mais de 85% de tributação todos os meses. Isto sem contar com a total terceirização do trabalho, outra bomba prestes a estourar em todos os estados brasileiros. Segundo a OAB, o Brasil pode estar prestar a vivenciar uma Guerra Civil precedentes. sem

Ajude a redação da **Online Revista - Notícia e Verdade**, comprando um dos livros escritos pelo nosso Editor Chefe, **Diego Lincoln**, destacando-se a **Saga Kalls** que conta a historia de **Ryan**, um policial carioca que é assassinado pelos seus supostos "irmãos de farda", por não entrar para os seus "esquemas". Salvo por **JB**, um brilhante cientista americano, Ryan se transforma em um "**vampiro**" e volta para se vingar, descobrindo que sua amada **Kettlin**, foi violentada pelos seus executores em sua casa. Cem anos mais tarde, **Ryan** se encontra com seu grande amor, agora no corpo de **Kallena**, e novamente a perde para a "**morte**". Revoltado, ele enfrenta o próprio Deus e cria uma máquina que o possibilita viajar no tempo para desta forma, salvar sua amada. Uma história épica que ainda renderá ótimos filmes no cinema mundial. Para isto, clique na imagem abaixo, **simples assim**!

# CRISE DA PREVIDÊNCIA. OS NÚMEROS DO GOVERNO DESMENTEM O GOVERNO

<u>DÍVIDA PÚBLICA</u>. <u>http://www.complofinanceiro.com.br/web/index.php/divida-publica/item/316-crise-da-previdencia-os-numeros-do-governo-desmentem-o-governo</u>

Por Dercio Garcia Munhoz. Economista, Membro do Corecon-DF. Foi Presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.\*

É surpreendente, para aqueles que participaram ou apenas acompanharam os debates na primeira etapa de pressões articuladas visando alterações na estrutura da previdência social brasileira, nos anos 90, verificar que, agora, monotonamente a história se repete. Na fase atual, além dos textos produzidos intramuros por áreas governamentais, num amplo esquema de propaganda, a discussão vem se intensificando, com a participação de inúmeros personagens que se dizem preocupados apenas em garantir a sobrevivência do sistema, o futuro dos trabalhadores.

Nesse clima alimentado pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento, proliferam pacotes de informações dirigidas, postados em sites do governo ou lastreando discursos oficiais, textos em

revistas de todo o gênero, e uma profusão de entrevistas dos preocupados reformuladores. Um bombardeio intenso que se identifica pela mesma matriz, sempre concluindo que a previdência pública e a previdência do setor público faliram; e que, sem uma reforma profunda da previdência como um todo, nem a previdência pública - o regime geral, nem os governos federal, estaduais e municipais, terão como pagar os inativos. Afirma-se amiúde, sem pudor, que, sem a reforma salvadora os trabalhadores ficarão abandonados, desprovidos da aposentadoria. E mais recentemente surgiram, em lance de impensável ousadia e grave irresponsabilidade, anúncios advertindo que sem as mudanças impostas pelo governo programas tais como a bolsa família e o financiamento estudantil, dentre outros, terão de ser abandonados. Episódio que mais se assemelha a uma repugnante chantagem, voltada para uma população que, sufocada pela intensa difusão da verdade oficial, tem dificuldades em distinguir entre a versão e o fato.

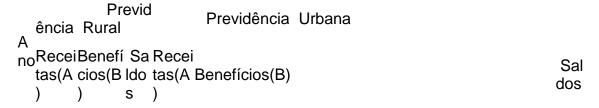
A realidade é que montou-se um quadro desesperador. Sem lastro, porém, porque fundado em falácias. Números fantasmagóricos são criados da noite para o dia, alimentando projeções para dez, vinte ou trinta anos - à livre escolha de cada um. Exatamente como nos anos 90. Há uma recusa sistemática em se examinar fluxos anuais de receitas e despesas da previdência tratando o sistema segmentado como é: a previdência urbana – um clássico sistema de repartição (as contribuições dos trabalhadores ativos de hoje garantem os benefícios aos já retirados); e a previdência rural, fundamentalmente de caráter assistencial. Procura-se passar ao largo do fato básico de que na Constituição de 1988 foram estendidos aos trabalhadores rurais inúmeros benefícios até então restritos à área urbana, e inclusive se elevou para o equivalente ao salário mínimo o piso para os benefícios rurais; criou-se, portanto, encargos menos previdenciários e mais meramente assistências, já que desatrelados de fontes próprias de financiamento.

Como, porém, a nova configuração de benefícios assistenciais a trabalhadores rurais implicaria em aumento de encargos até então suportados pela sempre superavitária previdência pública urbana, e dada a consciência de que os dispêndios com assistência social de modo geral, e da saúde, deveriam ter recursos assegurados, houve um desenho especial. Assim o constituinte criou, sob o guarda-chuva de Seguridade Social, um núcleo reunindo as áreas da saúde, assistência social e previdência social, financiado especialmente pelas receitas do INSS mais o COFINS e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; tendo ficado destacadas as receitas do PIS-PASEP, para financiar o também criado Fundo de Amparo ao Trabalhador, dando suporte ao Seguro Desemprego. É isso que procuram desconhecer aqueles ávidos para consolidar um novo modelo para a previdência, com benefícios limitados ao salário mínimo — iniciado na reforma de 1998. Alguns mencionando jocosamente que qualquer criança comprovaria a existência de déficits na previdência ao perceber que o superávit apontado depende da agregação de receitas de tributos (as contribuições sociais da COFINS e CSLL); outros, extravasando tola presunção, chegam a defender a cassação do diploma de economistas que discordem de suas falácias.

Ocorre que, tratar a questão da previdência examinando seus vários segmentos, profundamente diferenciados, inevitavelmente enfraqueceria o discurso do caos iminente, que áreas oficiais elegeram como mestre-sala para o ardiloso projeto.

Não é demais repetir que no caso da previdência social pública brasileira o segmento urbano conta com elevado nível de receitas próprias, e foi altamente superavitário até 2015; situação apenas revertida em 2016, no bojo de uma crise econômica sem precedentes, com aumento continuado no número de desempregados, enquanto que a impropriamente denominada previdência rural, na qual praticamente inexistem registros e contribuições individuais, as receitas cobrem menos de 10,0% do valor dos benefícios. Entre 2010 e 2015 a previdência urbana acumulou superávits próximos de R\$ 100,0 bilhões – Tabela I – e só em 2016 registrou déficit. Porque, com o aprofundamento da crise, o aumento de receitas foi pequeno – apenas 3,7%, enquanto as despesas publicadas pela Secretaria do Tesouro cresceram em 17,3%, com 11,3% pela correção da inflação; no mesmo período a previdência rural registrou um déficit acumulado da ordem de R\$ 368,7 bilhões, que agregaria outros R\$ 103,4 bilhões negativos de 2016.

Tabela I - Previdências Rural e Urbana – Receitas e Despesas – 2010 a 2016 – R\$ bilhões



Fonte: Min.Fazenda-TN-Resultado do Tesouro, dezembro de 2010 a 2016

Os números são claros. Até 2015 insuficiência crescente de recursos na Previdência Rural, num ritmo explicado pela política de contínua elevação do salário mínimo real (com pressão de custos anulada pela paralela contenção artificial da taxa de câmbio e de outros preços administrados); e superávits elevados e estáveis na Previdência Urbana entre 2010 e 2014 — na qual aumentos reais do salário mínimo impactavam mais fortemente no lado das receitas, pela elevação do salário de contribuição, que em relação às despesas, influenciadas, mas não indexadas plenamente, ao salário mínimo.

Seria extremamente preocupante a evolução recente dos números da previdência social urbana – discrepância entre as taxas de aumento das receitas e das despesas – não fora o fato de as receitas de 2015 – e ainda mais em 2016 - terem sido profundamente afetadas pela conjuntura extremamente desfavorável da economia brasileira, com o recuo no PIB e aumento do desemprego.

Aceito que a previdência urbana vinha apresentando seguidos superávits até a chegada da crise, e que a previdência rural, meramente assistencial, tem recursos garantidos pelo esquema de financiamento da Constituição de 1988, ainda assim poderia permanecer a duvida sobre se o aumento nos dispêndios previdenciários não estaria realmente fora de controle; como alegam autoridades em geral e especialmente os Ministros da Fazenda e Planejamento, e uma infinidade de patativas mobilizadas para difundir perspectivas negras, a fim de motivar o apoio de uma população adrede aterrorizada. É dentro dessa linha de ação, surpreendentemente articulada, **que o Governo e vizinhanças repetidamente vêm proclamando que o explosivo aumento nos encargos com beneficiários previdenciários é responsável pelos déficits do Governo e impedem a superação da crise econômica**. E a conclusão é categórica, na versão oficial: sem reforma da previdência o país não sai da crise. Esse é o discurso que embala uma proposta de reforma que em verdade visa aprofundar o desmantelamento do Regime Único da Previdência Sócia, ao lado de outros objetivos também pouco republicanos, iniciados nos idos dos anos 90.

Pode ser chocante, mas não surpreende, que os dados do próprio Governo, quanto ao impacto dos benefícios previdenciários ao longo do tempo, não só desmentem a tese central turbinada pela teoria do caos, como revelam que os dispêndios com o conjunto da previdência pública vinham revelando até 2014 tendência declinante proporcionalmente ao PIB; exatamente o inverso do que sustentam os porta vozes da nefasta reforma. É o que mostra a Tabela II.

la II – Despesas com Benefícios da Previdência em Relação ao PIB-% - 2006-2015

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
A - Gasto Total com Benefícios / PIB -%	6,9	6,7	6,5	6,8	6,6	6,5	6,6	6,7	6,9	7,4
B - Gasto c/ Benef. Urbanos / PIB-%	5,5	5,5	5,1	5,3	5,1	5,0	5,1	5,2	5,3	5,6
C - Gasto c/Aposent. Urbanas / PIB-%	3,1	2,9	2,9	3,0	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	3,2

Fontes: (I) Min.Fazenda-Relatório de Análise Econômica de Gastos Públicos Federais-2006-15-Pg. 9. (II) e (III) - Cálculos do autor, sob os mesmos critérios. Benefícios Pagos - Fonte: Min.Fazenda-TN-Resultado do Tesouro- Volumes de Dezembro de 2006 a 2015.

Diferentemente do discurso oficial que embasa a campanha pela reforma, de que os gastos com a previdência se tornaram incontroláveis, o que se constata dos dados publicados pelo Ministério da Fazenda (Tabela II, A) é que os **dispêndios totais da previdência com benefícios** – equivalentes a 6,9% do PIB em 2006 - **vinham revelando uma tendência de queda relativa desde então** – só revertida em 2015, diante do recuo de 3,8% no PIB, quando os gastos passaram de 6,9% para 7,4% do montante global da produção final de bens e serviços na economia do país. Os **gastos apenas com benefícios urbanos**, elaborados com base nas mesmas fontes oficiais, mostram que enquanto os dispêndios equivaliam a 5,5%do PIB em 2006 e 2007, **nos anos seguintes os encargos se reduziram para até 5,0% do PIB**, situando-se no nível de 5,3% em 2014. E em 2015, já em plena crise de empregos, o percentual foi de 5,6% - praticamente repetindo 2006 e 2007; e, não fora a recessão, o percentual no ano de 2015 teria sido de 5,4% ainda que a economia estivesse estagnada.

Examinando isoladamente os **gastos com as aposentadorias urbanas** – item que atrai a artilharia dos reformistas e representa apenas 57,0% do valor total gasto com benefícios urbanos – **os indicadores são incontestáveis ao também indicar recuo do peso relativo** (Tabela II, C); 3,1% do PIB em 2006, redução para 2,9% em quase todos os demais anos que se seguiram, e elevação para 3,2% em 2015, paralelamente à queda do PIB (em 3,8%).

Aparentemente desconhecendo tais dados oficiais, autoridade fazendária da área da Previdência, perdida no afã de produzir o imaginário, declara aos jornais que o objetivo da reforma "é estabilizar as despesas previdenciárias em torno de 8% do PIB nas próximas décadas" (Valor Econômico, 27.01.17, p. A2). O que apenas confirma o óbvio ululante de que falava Nelson Rodrigues, de que a reforma é desnecessária porque os gastos presentes, além da tendência de redução relativa, são inferiores ao próprio patamar colocado pelo Governo como meta a ser alcançada com a reforma.

Os números conflitantes, argumentos inconsistentes e a ansiedade do Governo para rápida implantação das mudanças, levam necessariamente a algumas questões: Onde a caótica situação financeira criada pela Previdência Social – argumento que embasa o discurso oficial ? Porque o governo não busca investigar quais os verdadeiros motivos que originaram um movimento articulado pressionando inclusive o próprio Governo, sustentando a falácia da necessidade e urgência das mudanças ?

Se o Governo parasse para avaliar o que realmente está ocorrendo, certamente o Planejamento não teria produzido dados visando convencer a população da inevitabilidade da reforma, com o fez com base em fluxos financeiros do núcleo Seguridade, fazendo incluir o FAT (que em verdade se alimenta com exclusividade do PIS-PASEP); num lance de mera astúcia, já que dado o aumento do desemprego no bojo da crise, e com a criação do programa de garantia de emprego, o FAT vem registrando déficit anual. A intenção do Ministério seria jogar o déficit do FAT no conjunto da seguridade – contrariando a lógica e o desenho constitucional – e assim reforçar o argumento de que COFINS + CSLL não teria recursos para também financiar a previdência (rural). No mesmo sentido, surpreende a ousadia do Planejamento incluindo como encargos do núcleo Seguridade Social as despesas com a folha de inativos da União – um componente das despesas de pessoal a cargo do Tesouro desde a chegada de Cabral; e que tende a permanecer como tal até que se crie um Fundo de Previdência Complementar para os Servidores admitidos antes de 2003; com o qual, garantidos os direitos dos funcionários, o Tesouro passaria a responder pelos encargos da aposentadoria pelo tempo passado, e o Fundo o faria pelo tempo futuro. Na ausência de uma solução realista, a engenhosidade do governo procurando jogar a folha de inativos como encargo dentro do núcleo da Seguridade se revela apenas uma ingênua esperteza.

#### TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO LEVARÁ AO ABANDONO MILHÕES DE TRABALHADORES

É inevitável concluir que os números divulgados na campanha pró reforma visam, portanto, desviar a atenção para que não se perceba que o apontado descontrole da previdência, que estaria quebrando o país, é totalmente improcedente. Argumentos sem sustentação voltados para acuar e imobilizar os trabalhadores, congressistas e outros setores da sociedade. **Uma empreitada que apenas encobre a disputa pelas contribuições sociais que a Constituição de 1998 assegurou para o financiamento da seguridade.** Razão porque toda a movimentação comandada pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento sinaliza no sentido de gerar recursos para o pagamento de juros, no que se concilia com os interesses do chamado mercado financeiro. Pouco importando que as mudanças, profundamente danosas, tenham profundas repercussões políticas e sociais.

Exigir 15 ou 25 anos de contribuição como tempo mínimo para o direito à aposentadoria marginaliza milhões de trabalhadores que, porque egressos da zona rural, ou pela fragilidade no mercado de trabalho urbano, não tiveram forças para trabalhar com carteira assinada, condição para figurar como contribuinte à previdência. Constitui uma aberração, portanto, um verdadeiro escárnio, que uma sociedade cujos governantes não garantem ao cidadão o direito de possuir uma carteira profissional, passe a condicionar a aposentadoria por idade à comprovação de longo tempo de contribuição. É difícil acreditar que tais regras se enquadrem em dispositivos constitucionais. Obrigar alguém a preencher um requisito que o cidadão não possui exatamente pela omissão do Estado, não pode fazer parte das regras que presidam o funcionamento harmônico da sociedade.

A exigência descabida já existente, que se pretende ampliar, já vem elitizando a previdência social brasileira, restringindo o acesso à aposentadoria; e se agravará uma situação que transforma milhões de trabalhadores idosos em párias da sociedade. Os números da Previdência Social revelam que o crescimento no total de aposentadorias urbanas (benefícios concedidos menos benefícios cessados) está praticamente estagnado em torno de 400,0 mil benefícios anuais (Tabela III) – nível alcançado em meados dos anos 90.

				Aumento no	)	
Aposentadorias Aposentadorias Ano Concedidas Cessadas  (A) (B)		No.	Aumento no No. deMédia			
				de Benefícios	Aposentadorias /Triena População com 60-de 69 anos - %(D) "D" (E	
		(7 1)	, ,	(C=A-B)	70(2)	2 (2)
	1992	414,6	137,8	276,8	5,3	
	1995	545,7	149,1	396,6	6,8	5,90
	1998	520,0	161,9	358,1	5,6	
	2004	550,7	213,3	337,4	4,1	
	2007	558,7	261,9	296,8	3,3	3,73
	2010	654,0	293,1	360,9	3,8	
	2013	775,7	327,1	448,6	3,6	
	2014	784,7	330,5	454,2	3,4	3,27
	2015	746,9	343,8	403,1	2,8	

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, diversos números e IBGE-SIDRA

Obs.: Os dados de 2001 foram desconsiderados porque revelam, como em 2000, uma improvável queda, próxima de 45,0%, no número de aposentadorias concedidas.

O resultado se reflete na queda sistemática na relação **aumento de aposentados urbanos/população entre 60 e 69 anos**, desde 1992; tendo a proporção de aposentados recuado de uma média próxima de 6,0% em 1992/1995, para pouco mais de 3,0% em 2013/2015. Essa queda do coeficiente indica que, por força da cláusula de barreira e comparativamente aos anos 90, o acesso à aposentadoria é vedado, atualmente, e para cada ano, no mínimo a algo como 450,0 mil trabalhadores (ou 3,0% sobre 15,0 milhões de pessoas na faixa entre 60 e 69 anos); banidos pela exigência de tempo mínimo de 15 anos de contribuição para direito ao benefício, nas mudanças de 1998..

Se a exigência incluída na reforma de 1998, de tempo mínimo de contribuição de 15 anos para a aposentadoria, teve efeito devastador para grande parte dos trabalhadores brasileiros, com o prazo mais longo que se pretende impor sob o falso argumento de salvar as finanças da República o reflexo será ainda mais dramático; possivelmente e de imediato o número de novas aposentadorias urbanas passará a ser menor que o de benefícios cessados da mesma espécie; com isso cairia o número total de aposentados urbanos, até que se extinga, levando ao desaparecimento da rubrica aposentados no rol dos benefícios do Regime Geral. O que criaria um clima de desespero, de incontida agonia, para milhões de cidadãos abandonados quando mais necessitavam do amparo do sistema previdenciário do Estado. Serviram ao país enquanto força de trabalho; são descartados como inúteis quando a idade avança, como se a sociedade procurasse apenas aliviar-se de um peso.

Ao impacto da exigência de longo tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria se somam os reflexos da exigência da idade mínima de 65 anos para acesso ao benefício. Se em vigor em 2015, a regra teria alcançado um total de 315 mil trabalhadores urbanos que se aposentaram com até 64 anos por tempo de contribuição (ou 98,8% do número de benefícios da espécie então concedidos); e apenas 3.932 trabalhadores teriam obtido o benefício. E nas aposentadorias urbanas por idade, mais de 153,0 mil teriam sido barrados, ou 53,2% do total. No conjunto das duas espécies do Regime Geral urbano, a cláusula restritiva teria barrado perto de 469,0 mil trabalhadores – ou 77,1% do total de 608,0 mil benefícios. *Um efeito devastador.* 

Falar-se que a previdência pública avança na elitização seria, todavia, inadequado. Pois a nova etapa de mudanças segue a mesma estratégia obedecida na reforma de 1998, que busca alcançar dois objetivos: **transformar o regime geral num sistema de benefícios nivelados ao salário-mínimo**. E a concentração em direção a tal nível vem sendo muito rápida, com 43,4% das aposentadorias urbanas emitidas em 2015 (Tabela IV) situadas na faixa de um SM, enquanto 67,3% dos benefícios estavam entre um e dois SM. Situação que evidentemente força os assalariados com ganhos acima desses níveis a recorrer, na busca de complementação, a fundos de pensão junto ao sistema financeiro.

Tabela IV - Aposentadorias Urbana Emitidas. Por Faixa de Valor do Benefício

- 2000 - 2015 - Em 1.000 Benefícios -

۸۵۵	Total em	Igual a 01 SM		Acima de 1	De 1 a 3 SM	
Ano	Dezembro	Quantit.	% s/Total	Quantit.	% s/Total	% s/Total
2000	6.758	2.361	34,9	1.157	17,2	52,1
2005	7.960	2.922	36,7	1.567	19,7	56,4
2010	9.662	3.958	41,0	2.143	22,7	63,7
2015	11.699	5.082	43,4	2.800	23,9	67,3

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, anos de 2001, 2006, 2011 e 2015.

A outra meta, ainda mais perversa, lastreada no requisito de 15 ou 25 anos, **visa eliminar do** sistema os trabalhadores menos qualificados, de menor renda, mais frágeis no mercado de trabalho – aqueles

- - -

[Mensagem cortada] Exibir toda a mensagem

## INVENTÁRIO DA REFORMA FRACASSADA: R\$ 15 BILHÕES E UM ANO JOGADOS FORA

## 15 De Dezembro De 2017 Ricardo Kotscho

http://www.balaiodokotscho.com.br/2017/12/15/inventario-da-reforma-fracassada-r-15-bilhoes-e-um-ano-jogados-fora/

Manchete do Estadão desta sexta-feira:

"Previdência fica para 2018 e governo cede a servidores".

É o réquiem da fracassada Reforma da Previdência que queria acabar com os "privilégios".

Feitas as contas e passada a régua, o balcão de compra e venda montado pelo governo para aprovar a reforma que não houve consumiu no mínimo R\$ 15

bilhões dos cofres públicos em agrados a parlamentares, governadores e prefeitos, segundo cálculo do jornal O Globo.

Mais do que isso: custou-nos um ano inteiro de tempo e trabalho perdidos nas negociações entre o governo e o Congresso.

Tudo isso para quê? Para nada.

Da economia esperada com a reforma de cortar R\$ 800 bilhões em dez anos, sobrou algo em torno de R\$ 450 bilhões \_ isto se até fevereiro não fizerem novos puxadinhos no remendo que sobrou.

Do início ao fim desta encenação mambembe com atores canastrões do tipo Carlos Marun, que ganhou um ministério de presente, todos sabiam que o governo nunca chegou nem perto dos 308 votos necessários para a aprovação.

Participou desta farsa toda a grande mídia, que gastou toneladas e toneladas de papel e tempo de TV em defesa da reforma, apresentada como a salvação da lavoura do ajuste fiscal, deixando ao fim um rombo fiscal de R\$ 159 bilhões este ano.

O papel mais grotesco ficou para o PSDB, que passou o ano todo ameaçando desembarcar do governo e fez de conta que "fechou questão" a favor da reforma, para no fim do baile sair como o grande paladino do funcionalismo público, ao defender os privilégios dos servidores contratados antes de 2003.

O governo gastou todo seu arsenal para se defender das denúncias da Procuradoria Geral da República e raspou o tacho do Tesouro, tudo em nome da tal reforma que só Michel Temer seria capaz de fazer para acalmar os mercados.

Do outro lado da praça dos Três Poderes, o Congresso, ainda comandado pelo Centrão de Eduardo Cunha, o que fez em 2017, além de salvar Temer? Aprovou a nova reforma trabalhista para acabar com os direitos dos empregados e

agradar aos empregadores, sob o pretexto cínico de combater o desemprego e levar o país à modernidade.

Agora ficou tudo para depois do Carnaval e do julgamento de Lula em segunda instância.

Em Brasília, o ano já acabou, deixando um cenário de terra arrasada, com o presidente entrando e saindo de hospitais, e sua tropa de choque batendo cabeça.

Entramos assim no ano eleitoral, com o governo, a mídia e o mercado incapazes de encontrar um candidato competitivo para enfrentar Lula.

Só restou um jeito: tirá-lo do jogo o quanto antes, não importa como. Ou jogar todas as suas fichas e recursos no inacreditável capitão Jair Bolsonaro, como fizeram com Fernando Collor em 1989.

E vamos que vamos.

Vida que segue.

5 comentários em "Inventário da reforma fracassada: R\$ 15 bilhões e um ano jogados fora"



## 15 de dezembro de 2017 às 12:27

Temer apesar de tudo, dos males foi o menor. Temer com um ano de governo, fez infinitamente mais que aquela senhora que nos "brindava" tão somente e unicamente com suas frases tiradas do fundo da cartola, para nos divertir.

Temer, nos tirou de uma inflação de 2 dígitos, de uma desaceleração da economia como nunca visto nas últimas décadas e um desemprego galopante.

Fico aqui pensando com meus botões, como "o mágico de oz", vulgo lula, com seus conhecimentos, não apresentou a sua gerentona, soluções aos graves problemas que o país passava......estaria elle a traindo?, guardando para si todos seus conhecimentos para uma futura candidatura própria?..... lula...lula...lula, você como um homem probo que é, caso seja impedido de ser candidato, terá a grande oportunidade de dirimir-se a sua gerentona, indicando ella novamente como sua sucessora.

## Responder



## Sergio Fioravante Alvarez disse:

## 15 de dezembro de 2017 às 12:37

Eta retrocesso político, Ricardo, será que 29 anos depois o povo brasileiro vai levado pela maldita rede globo de televisão?

#### O BUNKER DE TEMER DERRETEU

Elio Gaspari FSP 17 DEZ

Nenhum governo admite que pode perder uma votação no Congresso, mas, ainda assim, eles se diferenciam no grau de seriedade com que administram seus receios. Desde o início da tramitação da reforma da Previdência, o bunker do Palácio do Planalto, sob regência de Temer, com o ministros Moreira Franco na flauta, Eliseu Padilha no clarinete e Henrique Meirelles na tesouraria, seguiu em duas linhas. Primeiro dizia que o projeto, cheio de bodes, era intocável.

Patranha, mas vá lá. Depois, inventou prazos. Até a tarde fatídica em que o país soube do grampo do Jaburu, o limite de 2017 parecia plausível. Depois do grampo, a prioridade do bunker passou a ser apenas a salvação do mandato de Temer.

Tudo acabou num episódio de pastelão, com o senador Romero Jucá dizendo que a votação estava adiada para o próximo ano, sendo imediatamente desmentido por uma nota do Planalto. No dia seguinte veio o reconhecimento de que o jogo está adiado para fevereiro.

Nesse clima de barata-voa, chegou-se até ao ardil de pedir ao empresariado que pressionasse os parlamentares. Temer, Moreira, Padilha e Meirelles sabem perfeitamente que, a esta altura, se um empresário ligar para seu deputado levará uma facada em nome da campanha do ano que vem.

A capacidade de mentir do Planalto é infinita, mas ela deve ser calibrada pelo risco de se perder crédito até mesmo quando se diz a verdade. O bunker violou essa norma. Se num dia ele diz que Jucá "[]":http://www1.folha.uol.com.br/.../1943214-governo-tem-que-fala... está errado e no outro informa que a do presidente vai bem, obrigado, no que se pode acreditar?

A presepada pode alegrar a maioria dos brasileiros que não confia no governo, mas ela embute um perigo. O derretimento do bunker pela aritmética da falta de votos e pela má qualidade de suas lorotas arrisca expandir-se. A contaminação de um governo fraco e impopular num ano de sucessão radicalizada adiciona à confusão uma instabilidade perigosa e desnecessária.

## Palavra de AMIR

.

É interessante observar que o déficit da Previdência Social dos últimos 3 anos está sendo ocasionado especialmente pela perda de arrecadação do sistema devido à crise. Nos últimos três anos á perda atingiu R\$ 258 bilhoes.

Caso fosse mantida a tendência normal das receitas da Previdência Social q vinha ocorrendo desde 2003 até 2014, os déficits estariam girando no entorno de 60 bilhões por ano e não 180 bilhões como é de se esperar para esse ano.

A perda de receita ocorreu na previdência urbana. A receita da Previdência rural está estabilizada em R\$ 8 bilhoes em valores de setembro desde 2010. O deficit da Previdência rural por ano se situa entre R\$ 97 bilhoes e R\$ 107 bilhoes entre 2013 e 2016 e todos os aposentados ganham um salário mínimo.

È importante registrar isso, pois a propaganda do governo põe a culpa do déficit crescente no aumento disparado da despesa.

#### **Wanderley Diniz**

33 min

Via Pedro Luiz Moreira Lima:

PENSÃO POR MORTE.

Incrível como ninguém deu ênfase a um item específico da Reforma da Previdência que é a parte que trata da PENSÃO POR MORTE. Hoje se duas pessoas idosas que já pagaram seu INSS por 35 anos e já estão aposentados ganham por exemplo R\$ 1.800,00 e o outro R\$ 2.500,00, e um dos dois venha a falecer o outro que ficou vivo ganha 100% de pensão relativo ao salário do que faleceu. E com a reforma como vai ficar? No exemplo dos valores acima o viúvo

ou viúva vai ter que escolher entre ficar com a sua própria aposentadoria ou abrir mão dela e ficar com 60% da aposentadoria do seu par como pensão. Ou seja não pode mais acumular aposentadoria com pensão deixada pelo falecido ou falecida. O padrão de vida desse casal velho e cansados de tanto trabalhar e pagar o INSS vai cair absurdamente quando um dos dois morrer. Quantos desses casais de aposentados ainda existem sustentando casa com filhos que já não são mais dependentes pelo Imposto de Renda, mas que ainda moram com os pais já velhos por diversos motivos? Quantos desses casais de velhos que somando suas aposentadorias custeiam remédios e planos médicos que sempre nos vemos a ter que pagar? E como vai ficar a vida deles depois dessa reforma?

Um casal precisa de uma casa para viver, se 1 morrer o que vai acontecer? O outro vai morar em 1/2 casa? O outro vai pagar 1/2 IPTU? 1/2 IPVA. Ignorância imaginar que se uma casa é mantida por 2 pessoas, morrendo uma e ficando só com um salário o outro vai conseguir viver bem. Ignorância é dizer que se o aposentado morrer a pensão não deve ficar para ninguém, uma vida vivida, mantida, idealizada por 2 pessoas durante 30 ou 40 anos, uma delas vier a óbito a outra não ter direito a pensão. O casamento é uma união de direitos iguais, de compromissos iguais. Uma aposentadoria não é um prêmio, é uma conquista adquirida com trabalho do trabalhador que pagou ao INSS por anos e anos, assim como qualquer outro bem adquirido durante anos de trabalho. É justo quando morrer esses bens ficarem pro governo?

VAMOS REPASSAR ESSA SAFADEZA PRA FRENTE PRA VER SE O POVO E A IMPRENSA ACORDAM PARA O DEBATE NECESSÁRIO. \*ISSO AFETARÁ A TODOS QUE DEPENDAM DA APOSENTADORIA PELO INSS, SEM EXCEÇÃO

O impacto da Reforma da Previdência nas aposentadorias

LILIAN MILENA

SAB, 30/12/2017

Brasilianas: economista Eduardo Fagnani mostra ponto a ponto o que muda com a proposta defendida pelo governo Temer

Apesar do governo Temer ter retrocedido em relação à primeira versão, apresentada em dezembro de 2016, o novo texto da Reforma da Previdência, divulgado em novembro, produzirá alterações significativas que, se aprovadas, vão impactar a vida da maior parcela da população.

Em entrevista para Luis Nassif, no Brasilianas realizado em parceria com a TV PUC, o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, especialista no tema, faz um balanço das mudanças propostas pelo Executivo, os prejuízos para o grosso dos trabalhadores e conclui onde, de fato, o governo deveria realizar reformas para reequilibrar as contas da Previdência Social.

Segundo o professor, a aposentadoria média no Brasil - excluindo os servidores públicos - é de R\$ 1500.

Quando se trata então de pensionistas do regime Rural e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) o valor recebido por 100% dos aposentados é um salário mínimo.

Lembrando que, no BPC, entram pessoas com mais de 65 anos que nunca contribuíram para o INSS ou deficientes com incapacidade comprovada de atuar no mercado de trabalho e, nos dois casos, com renda per capita mínima familiar média de um quarto do salário mínimo.

O economista também preocupa-se com os discursos reverberados pela mídia sendo o mais recente deles apoiados em um estudo divulgado pelo Banco Mundial afirmando que a maior parte do gasto social do Brasil é com os mais ricos.

"O que não observam é que para o Banco Mundial o sujeito que ganha até 2 dólares por dia está na linha da pobreza, quem ganha mais do que isso adentrou o mundo da prosperidade [cerca de 60 dólares por mês]" rebate.

O professor explica, ainda, que a instituição financeira se baseia em uma estrutura social que divide a população em dez níveis, por exemplo, os 10% mais pobres, depois os 20% mais pobres e assim por diante.

Usando essa lógica, o Banco Mundial aponta que a concentração dos beneficiados por programas sociais está no 6º decil, grupo que segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), completa o economista, tem renda média mensal de R\$ 650.

Além de fazer esse tipo de classificação, o Banco Mundial soltou a análise sem fazer a separação entre aposentados do regime geral e do serviço público.

#### APOSENTADORIA POR IDADE

Na proposta, a idade mínima para aposentadoria será de 65 anos para homens e 62 para mulheres, com 25 anos de contribuição para os dois.

Esse aumento será gradativo e plenamente alcançado em 2038. Fagnani pontua, entretanto, que o pacote da reforma traz um "gatilho".

"Sempre que a expectativa de sobrevida da população de 65 anos aumentar em um ponto percentual, aumentará também a idade mínima para aposentadoria", diz.

Por exemplo, hoje a expectativa de sobrevida de quem tem 65 anos no Brasil está em torno de 17 anos, estima-se que a cada 8 ou 10 anos essa expectativa aumente em 1%, logo, em 30 anos a aposentadoria passará para 67 ou 68 anos.

Como é hoje: a aposentadoria por idade é concedida para trabalhadores que comprovem 180 meses de trabalho (15 anos) além da idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres.

Para o trabalhador rural a idade mínima é reduzida em cinco anos.

#### APOSENTADORIA INTEGRAL

Fagnani pondera que, pela reforma de Temer, nenhum trabalhador brasileiro conseguirá se aposentar no Brasil para receber o benefício integral, isso porque a exigência do governo é de 40 anos de contribuição.

Segundo levantamento feito pelo DIEESE, a média de contribuição de um trabalhador normal, contabilizando o tempo de rotatividade de emprego ao longo da sua vida ativa, é de 9 meses de contribuição por ano.

Logo, 25 anos de contribuição equivale, em média, a 33 anos.

Fagnani afirma, ainda, que estudos mostram que cerca de 80% das pessoas aposentadas hoje conseguiram contribuir 25 anos.

Além desse fator, o economista aponta que a reforma trabalhista - que já foi aprovada pelo Congresso - deverá, nos próximos anos, quebrar o sistema Previdenciário porque a flexibilização que permite nos contratos trabalhistas irá, invariavelmente, reduzir o recolhimento para o sistema tanto do lado do empregador quanto do lado do trabalhador por incentiver o emprego temporário.

"Portanto, ficará difícil você conseguir comprovar 15 anos de trabalho, o que dirá 40", pontua.

Como é hoje: Para conseguir se aposentar com o valor do salário integral a mulher precisa comprovar 30 anos e o homem 35 anos de trabalho. Além disso, a mulher precisa ter idade mínima de 55 anos e o homem 60 anos.

## TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO

O tempo mínimo de contribuição para quem for se aposentar no regime geral hoje (grupo que não inclui os servidores) é de 15 anos.

No pacote da reforma esse tempo é mantido, entretanto o valor da aposentadoria cairá dos atuais 85% para 60% do valor integral do benefício.

#### APOSENTADORIA RURAL

Os autores da reforma da Previdência afirmam que não haverá alteração do regime para a aposentadoria rural, 5 anos menor do que o tempo exigido de trabalhadores urbanos.

"Só que nas entrelinhas [do texto] tem um fator capcioso que é a exigência de 15 anos de contribuição", salienta o economista.

Além disso, no regime atual o trabalhador rural, especialmente o agricultor familiar, contribui em cima do percentual de sua produção. Na reforma, o governo

exige que o agricultor efetue um pagamento de prestação mensal da previdência no banco.

"Uma dinâmica absolutamente incompatível com o modelo de vida desses trabalhadores", pontua Fagnani.

#### DEFICIENTES E REGIME BPC

Como explicamos no começo da matéria, o BPC é concedido hoje para pessoas com idade mínima de 65 anos ou deficientes com renda per capita de um quarto do salário mínimo.

No pacote de reformas anterior, o governo queria alterar para 70 anos o que, para Fagnani, mostrava que os reformistas já previam que a população não seria capaz de comprovar 15 anos, menos ainda 25 anos de contribuição, fazendo uma grande parcela ser rebaixada economicamente e, portanto, exigindo maior esforço das políticas de assistência social.

"Então, o que o governo fez [na reforma para se precaver desse cenário]? Aumentou o muro para 70 anos no BPC", explica o professor.

Mas, graças ao volume das críticas, o governo voltou atrás, mantendo a idade mínima de 65 anos.

#### **PENSÕES**

A reforma impede a acumulação de pensões, o que rebaixa a condição de vida de muitas famílias.

No caso de um casal, por exemplo, onde os dois são aposentados, se um deles falecer o parente vivo terá que escolher se ficará com sua aposentadoria ou com a pensão do cônjuge morto. Além disso, o valor das pensões cai para 50%.

### POR INVALIDEZ

A reforma da previdência também penaliza aposentados por invalidez separando trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho dos demais (trânsito, vítimas de violência ou doença).

Apenas o primeiro grupo terá direito a 100% do benefício equivalente a média do salário de contribuição, limitado ao teto. Mesmo assim eles serão prejudicados, porque na regra atual o cálculo do benefício é a média de salários descartando 20% dos salários menores, o que faz com que o valor pago seja elevado. Na nova proposta o valor será calculado pela média de todas as contribuições. Os demais aposentados por invalidez terão 51% do valor mais 1% por ano de contribuição.

#### A REFORMA CORRETA

Fagnani observa que só em isenções de impostos o governo deixa de arrecadar R\$ 400 bilhões.

Ele explica que as isenções são concedidas desde os anos 1990, continuaram a ser mantidas mesmo com a crise econômica de 2007 e 2008 e foram ampliadas no governo Dilma.

O total das desonerações representa 4,5% do PIB e o governo deixa de arrecadar quase 25% da sua receita, além disso, mais de 50% incide sobre a receita da seguridade social que deveriam vir de impostos e taxas como Contribuição Sobre Lucro Líquido (CSLL) e PIS/PASEP que deixam de ser recolhidos.

Sobre o peso da aposentadoria dos Funcionários Públicos o economista destaca que reformas importantes foram colocadas em prática desde 1998, destacando a Emenda 41, de 2003, implementada em 2012, que regulamentou a lei do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

"Essa lei diz que para quem entra no serviço público a partir de 2012 o teto da aposentadoria é de R\$ 5 mil. Então o magistrado que ganha R\$ 40 mil e quer se aposentar com esse valor terá que contribuir para um fundo complementar", explica o economista completando que, com o ritmo natural que levará à morte ex-servidores que hoje recebem benefícios muito acima do teto, a previsão é de que em cerca de três décadas os regimes geral e especial serão equalizados.

Fagnani aponta, entretanto, que as mudanças foram iniciadas e implementadas apenas pelo governo Federal, faltando Estados e municípios fazerem o seu papel de reformar a aposentadoria do funcionalismo público.

Outro ponto que o professor defende para a reforma é aumentar a idade mínima de aposentadoria do servidor público isso porque, pela estabilidade no emprego, esse é um grupo que consegue garantir 12 meses de contribuição para o sistema no ano, o que já não é possível para os trabalhadores do regime geral.

https://jornalggn.com.br/noticia/o-impacto-da-reforma-da-previdencia-nas-aposentadorias

# CRISE DA PREVIDÊNCIA. OS NÚMEROS DO GOVERNO DESMENTEM O GOVERNO

DÍVIDA PÚBLICA

http://www.complofinanceiro.com.br/web/index.php/divida-publica/item/316-crise-da-previdencia-os-numeros-do-governo-desmentem-o-governo

Por Dercio Garcia Munhoz. Economista, Membro do Corecon-DF. Foi Presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.\*

É surpreendente, para aqueles que participaram ou apenas acompanharam os debates na primeira etapa de pressões articuladas visando alterações na estrutura da previdência social brasileira, nos anos 90, verificar que, agora, monotonamente a história se repete. Na fase atual, além dos textos produzidos intramuros por áreas governamentais, num amplo esquema de propaganda, a discussão vem se intensificando, com a participação de inúmeros personagens que se dizem preocupados apenas em garantir a sobrevivência do sistema, o futuro dos trabalhadores.

Nesse clima alimentado pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento, proliferam pacotes de informações dirigidas, postados em sites do governo ou lastreando discursos oficiais, textos em revistas de todo o gênero, e uma profusão de entrevistas dos preocupados reformuladores. Um bombardeio intenso que se identifica pela mesma matriz, sempre concluindo que a previdência pública e a previdência do setor público faliram; e que, sem uma reforma profunda da previdência como um todo, nem a previdência pública - o regime geral, nem os governos federal, estaduais e municipais, terão como pagar os inativos. Afirma-se amiúde, sem pudor, que, sem a reforma salvadora os trabalhadores ficarão abandonados, desprovidos da aposentadoria. E mais recentemente surgiram, em lance de impensável ousadia e grave irresponsabilidade, anúncios advertindo que sem as mudanças impostas pelo

governo programas tais como a bolsa família e o financiamento estudantil, dentre outros, terão de ser abandonados. Episódio que mais se assemelha a uma repugnante chantagem, voltada para uma população que, sufocada pela intensa difusão da verdade oficial, tem dificuldades em distinguir entre a versão e o fato.

A realidade é que montou-se um quadro desesperador. Sem lastro, porém, porque fundado em falácias. Números fantasmagóricos são criados da noite para o dia, alimentando projeções para dez, vinte ou trinta anos - à livre escolha de cada um. Exatamente como nos anos 90. Há uma recusa sistemática em se examinar fluxos anuais de receitas e despesas da previdência tratando o sistema segmentado como é: a previdência urbana – um clássico sistema de repartição (as contribuições dos trabalhadores ativos de hoje garantem os benefícios aos já retirados); e a previdência rural, fundamentalmente de caráter assistencial. Procura-se passar ao largo do fato básico de que na Constituição de 1988 foram estendidos aos trabalhadores rurais inúmeros benefícios até então restritos à área urbana, e inclusive se elevou para o equivalente ao salário mínimo o piso para os benefícios rurais; criou-se, portanto, encargos menos previdenciários e mais meramente assistências, já que desatrelados de fontes próprias de financiamento.

Como, porém, a nova configuração de benefícios assistenciais a trabalhadores rurais implicaria em aumento de encargos até então suportados pela sempre superavitária previdência pública urbana, e dada a consciência de que os dispêndios com assistência social de modo geral, e da saúde, deveriam ter recursos assegurados, houve um desenho especial. Assim o constituinte criou, sob o guarda-chuva de Seguridade Social, um núcleo reunindo as áreas da saúde, assistência social e previdência social, financiado especialmente pelas receitas do INSS mais o COFINS e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido: tendo ficado destacadas as receitas do PIS-PASEP, para financiar o também criado Fundo de Amparo ao Trabalhador, dando suporte ao Seguro Desemprego. É isso que procuram desconhecer aqueles ávidos para consolidar um novo modelo para a previdência, com benefícios limitados ao salário mínimo – iniciado na reforma de 1998. Alguns mencionando jocosamente que qualquer criança comprovaria a existência de déficits na previdência ao perceber que o superávit apontado depende da agregação de receitas de tributos (as contribuições sociais da COFINS e CSLL); outros, extravasando tola presunção, chegam a defender a cassação do diploma de economistas que discordem de suas falácias.

Ocorre que, tratar a questão da previdência examinando seus vários segmentos, profundamente diferenciados, inevitavelmente enfraqueceria o discurso do caos iminente, que áreas oficiais elegeram como mestre-sala para o ardiloso projeto.

Não é demais repetir que no caso da previdência social pública brasileira o segmento urbano conta com elevado nível de receitas próprias, e foi altamente superavitário até 2015; situação apenas revertida em 2016, no bojo de uma crise econômica sem precedentes, com aumento continuado no número de desempregados, enquanto que a impropriamente denominada previdência rural, na qual praticamente inexistem registros e contribuições individuais, as receitas cobrem menos de 10,0% do valor dos benefícios. Entre 2010 e 2015 a

previdência urbana acumulou superávits próximos de R\$ 100,0 bilhões — Tabela I — e só em 2016 registrou déficit. Porque, com o aprofundamento da crise, o aumento de receitas foi pequeno — apenas 3,7%, enquanto as despesas publicadas pela Secretaria do Tesouro cresceram em 17,3%, com 11,3% pela correção da inflação; no mesmo período a previdência rural registrou um déficit acumulado da ordem de R\$ 368,7 bilhões, que agregaria outros R\$ 103,4 bilhões negativos de 2016.

Tabela I - Previdências Rural e Urbana – Receitas e Despesas – 2010 a 2016 – R\$ bilhões

Previd ência Rural	Previdência Urbana	
A Ido noReceiBenefís Recei tas(A cios(B tas(A I ) ) C= ) (A- B)	Benefícios(B)	Sal dos C= (A- B)
20	198,8	8, 4
20 6) 2 11 5,4 1,4 56, 40,5 1	220,0	20, 5
20 7) 2 12 5,8 1,1 65, 70,0 4	245,5	24, 5
20 8) 3 13 6,2 0,4 74, 01,0 2	276,6	24, 3
20 8) 3 14 6,7 8,7 82, 30,8 0	305,5	25, 3
20 9) 3 15 7,1 8,0 91, 43,2 0	338,0	5, 1
20 11 (- 3 16 7,9 1,3 ) 150,2	396,6	(- )

Fonte: Min.Fazenda-TN-Resultado do Tesouro, dezembro de 2010 a 2016

Os números são claros. Até 2015 insuficiência crescente de recursos na Previdência Rural, num ritmo explicado pela política de contínua elevação do salário mínimo real (com pressão de custos anulada pela paralela contenção artificial da taxa de câmbio e de outros preços administrados); e superávits elevados e estáveis na Previdência Urbana entre 2010 e 2014 — na qual aumentos reais do salário mínimo impactavam mais fortemente no lado das receitas, pela elevação do salário de contribuição, que em relação às despesas, influenciadas, mas não indexadas plenamente, ao salário mínimo.

Seria extremamente preocupante a evolução recente dos números da previdência social urbana – discrepância entre as taxas de aumento das receitas e das despesas – não fora o fato de as receitas de 2015 – e ainda mais em 2016 - terem sido profundamente afetadas pela conjuntura extremamente desfavorável da economia brasileira, com o recuo no PIB e aumento do desemprego.

#### DADOS DO GOVERNO DESMENTEM O DISCURSO DO GOVERNO

Aceito que a previdência urbana vinha apresentando seguidos superávits até a chegada da crise, e que a previdência rural, meramente assistencial, tem recursos garantidos pelo esquema de financiamento da Constituição de 1988, ainda assim poderia permanecer a duvida sobre se o aumento nos dispêndios previdenciários não estaria realmente fora de controle; como alegam autoridades em geral e especialmente os Ministros da Fazenda e Planejamento. e uma infinidade de patativas mobilizadas para difundir perspectivas negras, a fim de motivar o apoio de uma população adrede aterrorizada. É dentro dessa ação, surpreendentemente articulada, que o Governo e vizinhanças repetidamente vêm proclamando que o explosivo aumento nos encargos com beneficiários previdenciários é responsável pelos déficits do Governo e impedem a superação da crise econômica. E a conclusão é categórica, na versão oficial: sem reforma da previdência o país não sai da crise. Esse é o discurso que embala uma proposta de reforma que em verdade visa aprofundar o desmantelamento do Regime Único da Previdência Sócia, ao lado de outros objetivos também pouco republicanos, iniciados nos idos dos anos 90.

Pode ser chocante, mas não surpreende, que os dados do próprio Governo, quanto ao impacto dos benefícios previdenciários ao longo do tempo, não só desmentem a tese central turbinada pela teoria do caos, como revelam que os dispêndios com o conjunto da previdência pública vinham revelando até 2014 tendência declinante proporcionalmente ao PIB; exatamente o inverso do que sustentam os porta vozes da nefasta reforma. É o que mostra a Tabela II.

la II – Despesas com Benefícios da Previdência em Relação ao PIB-% - 2006-2015

A - Gasto Total com Benefícios / PIB -%	6,9	6,7	6,5	6,8	6,6	6,5	6,6	6,7	6,9	7,4
B - Gasto c/ Benef. Urbanos / PIB-%	5,5	5,5	5,1	5,3	5,1	5,0	5,1	5,2	5,3	5,6
C - Gasto c/Aposent. Urbanas / PIB-%	3,1	2,9	2,9	3,0	2,9	2,9	2,9	3,0	3,0	3,2

Fontes: (I) Min.Fazenda-Relatório de Análise Econômica de Gastos Públicos Federais-2006-15-Pg. 9. (II) e (III) - Cálculos do autor, sob os mesmos critérios. Benefícios Pagos - Fonte: Min.Fazenda-TN-Resultado do Tesouro- Volumes de Dezembro de 2006 a 2015.

Diferentemente do discurso oficial que embasa a campanha pela reforma, de que os gastos com a previdência se tornaram incontroláveis, o que se constata dos dados publicados pelo Ministério da Fazenda (Tabela II, A) é que os dispêndios totais da previdência com benefícios — equivalentes a 6,9% do PIB em 2006 - vinham revelando uma tendência de queda relativa desde então — só revertida em 2015, diante do recuo de 3,8% no PIB, quando os gastos passaram de 6,9% para 7,4% do montante global da produção final de bens e serviços na economia do país. Os gastos apenas com benefícios urbanos, elaborados com base nas mesmas fontes oficiais, mostram que enquanto os dispêndios equivaliam a 5,5%do PIB em 2006 e 2007, nos anos seguintes os encargos se reduziram para até 5,0% do PIB, situando-se no nível de 5,3% em 2014. E em 2015, já em plena crise de empregos, o percentual foi de 5,6% - praticamente repetindo 2006 e 2007; e, não fora a recessão, o percentual no ano de 2015 teria sido de 5,4% ainda que a economia estivesse estagnada.

Examinando isoladamente os **gastos com as aposentadorias urbanas** – item que atrai a artilharia dos reformistas e representa apenas 57,0% do valor total gasto com benefícios urbanos – **os indicadores são incontestáveis ao também indicar recuo do peso relativo** (Tabela II, C); 3,1% do PIB em 2006, redução para 2,9% em quase todos os demais anos que se seguiram, e elevação para 3,2% em 2015, paralelamente à queda do PIB (em 3,8%).

Aparentemente desconhecendo tais dados oficiais, autoridade fazendária da área da Previdência, perdida no afã de produzir o imaginário, declara aos jornais que o objetivo da reforma "é estabilizar as despesas previdenciárias em torno de 8% do PIB nas próximas décadas" (Valor Econômico, 27.01.17,

p. A2). O que apenas confirma o óbvio ululante de que falava Nelson Rodrigues, de que a reforma é desnecessária porque os gastos presentes, além da tendência de redução relativa, são inferiores ao próprio patamar colocado pelo Governo como meta a ser alcançada com a reforma.

Os números conflitantes, argumentos inconsistentes e a ansiedade do Governo para rápida implantação das mudanças, levam necessariamente a algumas questões: Onde a caótica situação financeira criada pela Previdência Social – argumento que embasa o discurso oficial ? Porque o governo não busca investigar quais os verdadeiros motivos que originaram um movimento articulado pressionando inclusive o próprio Governo, sustentando a falácia da necessidade e urgência das mudanças ?

Se o Governo parasse para avaliar o que realmente está ocorrendo, certamente o Planejamento não teria produzido dados visando convencer a população da inevitabilidade da reforma, com o fez com base em fluxos financeiros do núcleo Seguridade, fazendo incluir o FAT (que em verdade se alimenta com exclusividade do PIS-PASEP); num lance de mera astúcia, já que dado o aumento do desemprego no bojo da crise, e com a criação do programa de garantia de emprego, o FAT vem registrando déficit anual. A intenção do Ministério seria jogar o déficit do FAT no conjunto da seguridade – contrariando a lógica e o desenho constitucional - e assim reforçar o argumento de que COFINS + CSLL não teria recursos para também financiar a previdência (rural). No mesmo sentido, surpreende a ousadia do Planejamento incluindo como encargos do núcleo Seguridade Social as despesas com a folha de inativos da União - um componente das despesas de pessoal a cargo do Tesouro desde a chegada de Cabral; e que tende a permanecer como tal até que se crie um Fundo de Previdência Complementar para os Servidores admitidos antes de 2003; com o qual, garantidos os direitos dos funcionários, o Tesouro passaria a responder pelos encargos da aposentadoria pelo tempo passado, e o Fundo o faria pelo tempo futuro. Na ausência de uma solução realista, a engenhosidade do governo procurando jogar a folha de inativos como encargo dentro do núcleo da Seguridade se revela apenas uma ingênua esperteza.

# TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO LEVARÁ AO ABANDONO MILHÕES DE TRABALHADORES

É inevitável concluir que os números divulgados na campanha pró reforma visam, portanto, desviar a atenção para que não se perceba que o apontado descontrole da previdência, que estaria quebrando o país, é totalmente improcedente. Argumentos sem sustentação voltados para acuar e imobilizar os trabalhadores, congressistas e outros setores da sociedade. Uma empreitada que apenas encobre a disputa pelas contribuições sociais que a Constituição de 1998 assegurou para o financiamento da seguridade. Razão porque toda a movimentação comandada pelos Ministérios da Fazenda e Planejamento sinaliza no sentido de gerar recursos para o pagamento de juros, no que se concilia com os interesses do chamado mercado financeiro. Pouco importando que as mudanças, profundamente danosas, tenham profundas repercussões políticas e sociais.

Exigir 15 ou 25 anos de contribuição como tempo mínimo para o direito à aposentadoria marginaliza milhões de trabalhadores que, porque

egressos da zona rural, ou pela fragilidade no mercado de trabalho urbano, não tiveram forças para trabalhar com carteira assinada, condição para figurar como contribuinte à previdência. Constitui uma aberração, portanto, um verdadeiro escárnio, que uma sociedade cujos governantes não garantem ao cidadão o direito de possuir uma carteira profissional, passe a condicionar a aposentadoria por idade à comprovação de longo tempo de contribuição. É difícil acreditar que tais regras se enquadrem em dispositivos constitucionais. Obrigar alguém a preencher um requisito que o cidadão não possui exatamente pela omissão do Estado, não pode fazer parte das regras que presidam o funcionamento harmônico da sociedade.

A exigência descabida já existente, que se pretende ampliar, já vem elitizando a previdência social brasileira, restringindo o acesso à aposentadoria; e se agravará uma situação que transforma milhões de trabalhadores idosos em párias da sociedade. Os números da Previdência Social revelam que o crescimento no total de aposentadorias urbanas (benefícios concedidos menos benefícios cessados) está praticamente estagnado em torno de 400,0 mil benefícios anuais (Tabela III) – nível alcançado em meados dos anos 90.

Tabela III – APOSENTADORIA URBANA – NOVOS BENEFÍCIOS E IDOSOS

- 1992 - 2015 - Em 1000 benefícios

				Aumento no	)		
Allo Collicedidas		<sup>S</sup> Aposentadorias	No.		nto no No. deMédia		
		cedidas	Cessadas (B)	de Benefícios	Aposentadorias /Trien População com 60-de		
		(A)	(B) Deficitos 69 anos - %( (C=A-B)		09 anos - 70(D)	"D" (E)	
	1992	414,6	137,8	276,8	5,3		
	1995	545,7	149,1	396,6	6,8	5,90	
	1998	520,0	161,9	358,1	5,6		
	2004	550,7	213,3	337,4	4,1		
	2007	558,7	261,9	296,8	3,3	3,73	
	2010	654,0	293,1	360,9	3,8		
	2013	775,7	327,1	448,6	3,6		
	2014	784,7	330,5	454,2	3,4	3,27	
	2015	746,9	343,8	403,1	2,8		

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, diversos números e IBGE-SIDRA

Obs.: Os dados de 2001 foram desconsiderados porque revelam, como em 2000, uma improvável queda, próxima de 45,0%, no número de aposentadorias concedidas.

O resultado se reflete na queda sistemática na relação aumento de aposentados urbanos/população entre 60 e 69 anos, desde 1992; tendo a proporção de aposentados recuado de uma média próxima de 6,0% em 1992/1995, para pouco mais de 3,0% em 2013/2015. Essa queda do coeficiente indica que, por força da cláusula de barreira e comparativamente aos anos 90, o acesso à aposentadoria é vedado, atualmente, e para cada ano, no mínimo a algo como 450,0 mil trabalhadores (ou 3,0% sobre 15,0 milhões de pessoas na faixa entre 60 e 69 anos); banidos pela exigência de tempo mínimo de 15 anos de contribuição para direito ao benefício, nas mudanças de 1998..

Se a exigência incluída na reforma de 1998, de tempo mínimo de contribuição de 15 anos para a aposentadoria, teve efeito devastador para grande parte dos trabalhadores brasileiros, com o prazo mais longo que se pretende impor sob o falso argumento de salvar as finanças da República o reflexo será ainda mais dramático; possivelmente e de imediato o número de novas aposentadorias urbanas passará a ser menor que o de benefícios cessados da mesma espécie; com isso cairia o número total de aposentados urbanos, até que se extinga, levando ao desaparecimento da rubrica aposentados no rol dos benefícios do Regime Geral. O que criaria um clima de desespero, de incontida agonia, para milhões de cidadãos abandonados quando mais necessitavam do amparo do sistema previdenciário do Estado. Serviram ao país enquanto força de trabalho; são descartados como inúteis quando a idade avança, como se a sociedade procurasse apenas aliviar-se de um peso.

Ao impacto da exigência de longo tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria se somam os reflexos da exigência da idade mínima de 65 anos para acesso ao benefício. Se em vigor em 2015, a regra teria alcançado um total de 315 mil trabalhadores urbanos que se aposentaram com até 64 anos por tempo de contribuição (ou 98,8% do número de benefícios da espécie então concedidos); e apenas 3.932 trabalhadores teriam obtido o benefício. E nas aposentadorias urbanas por idade, mais de 153,0 mil teriam sido barrados, ou 53,2% do total. No conjunto das duas espécies do Regime Geral urbano, a cláusula restritiva teria barrado perto de 469,0 mil trabalhadores – ou 77,1% do total de 608,0 mil benefícios. *Um efeito devastador.* 

Falar-se que a previdência pública avança na elitização seria, todavia, inadequado. Pois a nova etapa de mudanças segue a mesma estratégia obedecida na reforma de 1998, que busca alcançar dois objetivos: **transformar o regime geral num sistema de benefícios nivelados ao salário-mínimo**. E a concentração em direção a tal nível vem sendo muito rápida, com 43,4% das aposentadorias urbanas emitidas em 2015 (Tabela IV) situadas na faixa de um SM, enquanto 67,3% dos benefícios estavam entre um e dois SM. Situação que evidentemente força os assalariados com ganhos acima desses níveis a recorrer, na busca de complementação, a fundos de pensão junto ao sistema financeiro.

Tabela IV - Aposentadorias Urbana Emitidas. Por Faixa de Valor do Benefício

	Ano	Total em	Igual a	01 SM	Acima de 1	De 1 a 3 SM	
,	4110	Dezembro	Quantit.	% s/Total	Quantit.	% s/Total	% s/Total
2	2000	6.758	2.361	34,9	1.157	17,2	52,1
2	2005	7.960	2.922	36,7	1.567	19,7	56,4
2	2010	9.662	3.958	41,0	2.143	22,7	63,7
2	2015	11.699	5.082	43,4	2.800	23,9	67,3

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, anos de 2001, 2006, 2011 e 2015.

A outra meta, ainda mais perversa, lastreada no requisito de 15 ou 25 anos, visa eliminar do sistema os trabalhadores menos qualificados, de menor renda, mais frágeis no mercado de trabalho – aqueles, desprovidos do direito elementar da carteira assinada; com o que no global serão reduzidos os dispêndios com aposentadoria, com excedentes maiores na previdência urbana, que assim poderia assumir maiores encargos assistenciais da previdência rural. Na essência trata-se de uma estratégia voltada para garantir superávits primários na execução orçamentária – à custa dos trabalhadores – no objetivo de assim cobrir ao menos parte da galopante conta de juros.

O que se presencia, portanto, é o desdobramento de ações dentro de uma engenharia ardilosa, que aparentemente se sustenta, e dá sustentação, à uma nebulosa aliança entre sistema político e sistema financeiro, sedimentada em torno de uma inacreditável conta de juros a cargo do Tesouro; sobre uma dívida impagável criada pela política monetária - que tem se situado mais recentemente entre R\$ 400,0 e R\$ 500,0 bilhões anuais. É esse resultado de uma desastrosa administração das finanças públicas que vem se pretendendo atribuir aos regimes previdenciários. Inclusive no que toca aos governos estaduais, espoliados pelo Tesouro com juros escorchantes nos refinanciamentos do final dos anos 90.

Como a pretendida reforma da previdência se explica como uma etapa decisiva da disputa sobre os recursos que a Constituição de 1988 destacou para a Seguridade Social (R\$ 270,0 bilhões em 2015, destacados para Saúde, Assistência Social e Previdência Social – nesta aportados para o segmento rural), um novo episódio se deve esperar envolvendo mudanças nos critérios constitucionais de alocação das receitas do COFINS e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Momento em que estarão em risco também os recursos garantidos pela Constituição de 1988 para as áreas da Saúde e Assistência Social; além da possível tentativa de criação de encargos adicionais a agricultura para substituir Cofins+CSLL no financiamento da previdência rural. Afinal, trata-se claramente do avanço de um projeto que caminha para o desmantelamento da estrutura financeira que lastreia o arcabouço da política social que norteou a Constituição de 1988.

PREVIDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO. MAIS UM FALSO DILEMA

Outra aberração, e das mais gritantes, no contexto da pretendida reforma da previdência, é a versão sustentada pelo Governo, extremamente prazerosa para o chamado mercado, de que o setor público tem um colossal déficit previdenciário, que continua se agravando, sendo responsável pelo aumento incontrolável da dívida pública. O que significaria um sistema falido, que não oferece qualquer garantia aos servidores de que se possa continuar pagando as aposentadorias e pensões do funcionalismo.

Não cabe, nos limites do presente texto, analisar na amplitude que merece, a questão da alegada explosão de gastos do Governo Federal com inativos – que é apenas outra vertente do esquema de transferir encargos do Tesouro para terceiros, a fim de gerar excedentes orçamentários - os ambicionados **superávits primários.** Mas ainda assim **se** demonstrar, novamente com números do próprio Governo, que todas as afirmações que embalam a retórica dos Ministérios da Fazenda e Planejamento não se sustentam. Trata-se da difusão de dados irreais para atrair apoio ao objetivo de, com 99% do funcionalismo federal desprovidos de regime próprio de previdência (dada a histórica inépcia do próprio Governo), procurar o caminho absurdo de jogar o custo da folha atual com inativos sobre o próprio funcionalismo. O que, é verdade, seria facilmente alcançável com uma contribuição de apenas 40,0% sobre os vencimentos de ativos e inativos. E após o desconto do imposto de renda – que por razões óbvias não tem as faixas corrigidas pela inflação - talvez o servidor venha a receber um líquido não muito abaixo da metade dos salários.

As despesas com os inativos e pensionistas da União são inquestionavelmente relativamente decrescentes — contrariando a cantilena governamental. Basta a análise dos dados da Tabela V para se concluir que tais despesas com aposentadorias, assim como o global de despesas de pessoal, não estavam fora de controle, não estão fora de controle, e caminham em sentido contrário, com queda sistemática no peso relativo. É o que vem se verificando na relação entre o total das despesas de pessoal, ou as despesas com inativos, comparativamente ao PIB, ou ao Total de Gastos Primários do Governo Federal (Total de Despesas Não Financeiras). Ou, em relação aos inativos, também o percentual frente ao montante total das despesas de pessoal.

Tabela V - DESPESAS DA UNIÃO COM SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS

Despesas em relação ao PIB e aos Gastos Primários Totais - % - 2006-2015

Disc	riminição			2006	2009	2012	2015
Desp. de Pe	essoal / PIB - %			4,4	4,6	4,0	4,0
Desp.de Financeiras	Pessoal/Total · %	de	Desp.Não	26,6	26,6	23,3	20,5

Desp. c/ Inativos / PIB - %	1,9	1,9	1,7	1,7
Desp. c/Inativos / Total de Desp.Não Financeiras -%	11,5	10,9	9,7	8,6
Desp. Inativos / Total de Desps.Pessoal-%	43,1	41,0	41,6	41,9

Fontes: Min.Fazenda-Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais 2006-15-p.9, 17

Seria desnecessário acrescentar que os dados do Ministério do Planejamento-SOF, disponíveis na internet, confirmam essa tendência declinante dos encargos do Governo com seus servidores, em relação às despesas não financeiras do Tesouro. E os números seriam estarrecedores na hipótese de comparação das despesas com inativos frente ao global das despesas do Tesouro (despesas primárias mais despesas financeiras); tal a proporção alcançada pelos gastos com juros, explicado pelo impróprio relacionamento entre Tesouro e BC.

O conflito entre o discurso oficial e os números do Governo, sugerem a necessidade de uma revisão da base de dados que vem orientando o posicionamento tanto dos Ministérios da Fazenda e Planejamento como da própria Presidência da Republica, no trato das questões que envolvem as finanças governamentais.

ONDE BUSCAR RECURSOS PARA REFORÇAR O ORÇAMENTO FEDERAL

Seria um preço muito alto, e de conseqüências graves e irreversíveis, aprofundar o desmonte da previdência pública na busca de sobras orçamentárias, num momento de crise. É insensato provocar danos estruturais para enfrentar problemas conjunturais, ou não permanentes. Se Fazenda e Planejamento querem recursos novos, existem alternativas. Basta, por exemplo, e com mudanças institucionais, suspender as transferências de 40,0% das receitas do PIS-PASEP para o BNDES – atualmente perto de R\$ 25,0 bilhões anuais; afinal depois de quase 30 anos de repasses, a intenção da constituinte de reforçar o Banco já foi alcançada, com os R\$ 250,0 bilhões acumulados até agora.

Outra fonte de vazamento de recursos do Tesouro poderia ser facilmente corrigida através da revisão das relações Tesouro/Banco Central; pois este recebe anualmente um subsídio que antes da crise chegava a algo como R\$ 20,0 bilhões, ao de apropriar sem contrapartida do valor equivalente às emissões de papel moeda; e outros R\$ 30,0 ou R\$ 40,0 bilhões anuais o BC vem ganhando indevidamente ao aplicar em títulos públicos (ou outros ativos), em torno de R\$ 230,0 bilhões de recursos de custo zero correspondentes ao Meio Circulante que administra; montante resultante da acumulação das emissões cujo poder de compra de fato pertence ao Tesouro.

Essas três fontes proporcionariam um aumento de receitas para o Tesouro em torno de R\$ 40,0 bilhões anuais (com realocação do PIS-PASEP e

dos ganhos com emissões), e ainda uma redução nos encargos com juros líquidos de no mínimo outros R\$ 30,0 bilhões, com o BC remunerando o Tesouro pelo saldo do Meio Circulante, com base da Taxa Selic, como feito com os saldos da Conta Única do TN no BC. Sem nada de grandes novidades, ou simulacro através de *pedaladas*. Apenas dando a Cesar o que é de Cesar.

\*Texto publicado originalmente no Jornal dos Economistas, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro/Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, e na Revista de Conjuntura, do Conselho Regional de Economia do Distrito

Federal.

PARTE III – ESPECIAL HOMENGEM A CELSO FURTADO

# Celso Furtado: . O mais importante intelectual brasileiro do século XX.



Rosa Freire d'Aguiar com Adalberto Moreira Cardoso e Manuela Picq

Adalberto Moreira Cardoso, Manuela Picq, Lena Lavinas. Livraria da Travessa Leblon, 6 out 15, lançamento de "Brasil, sociedade em movimento" (ed Paz e Terra/Centro Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Celso Furtado -Documentário "O Longo Amanhecer" (<a href="http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id\_article=565">http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id\_article=565</a>)" de nove

# ECONOMIA, ESTADO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.

A contribuição de Celso Furtado

# Por Ceci Juruá, economista, doutoranda PPFH/UERJ. Coordenação dos Profs. Gaudêncio Frigotto e Vãnia Motta.

Sumário

- 1.Introdução
- 2. Crítica à economia neoclássica
- 3. Progresso técnico e acumulação
- 4. Estado nacional e sistema de poder
- 5. Questões de método e a Nova Economia Política

\_\_\_\_\_

# 1-Introdução

A política atual é suicida. Parece que ela foi planejada para mostrar a todos,mais cedo ou mais tarde, que o Brasil deve renunciar à sua autonomia monetária, à sua soberania, tornando-se uma província de um império maior. Enquanto isso acontece, nossos políticos estão distraídos, pensando em outras coisas. ... Estamos sendo governados por uma espécie de "partido" dos que não acreditam no futuro do Brasil. Acham que nosso destino é ser província de um império. (CELSO FURTADO. Entrevista ao Jornal dos Economistas, junho de 2000)

Intelectual e militante, Celso Furtado foi um combatente pela soberania do Brasil e dedicou o conjunto de sua obra à compreensão das *Raízes do Subdesenvolvimento*, título do último ensaio publicado em vida (2003). Neste livro, em plena maturidade, ele ratificou a convicção de que o Estado nacional, na América Latina, é o anteparo necessário ao poder dos conglomerados internacionais e à situação estrutural de crescente dependência externa.

O foco central de suas teses foi o papel do progresso tecnológico na acumulação e no aumento da produtividade do trabalho. Nos primeiros estudos advertia que não se reproduziram, nas nações periféricas, as conseqüências sociais que acompanharam a industrialização dos países centrais. No Brasil, tanto no período colonial e no Império, quando predominou o modelo primário- exportador, quanto ao longo das várias fases da República, quando ocorreu a industrialização e o deslocamento do centro dinâmico da economia, permaneceram e muitas vezes se ampliaram os traços básicos de nossa matriz

instituci0nal: concentração de renda, alto desemprego e distintas formas de dependência.

Aqui e em outros países latino-americanos com inserção periférica na divisão internacional do trabalho, os três fatores estruturais, acima citados, e a preeminência da racionalidade mercantil, fragilizaram as classes polares do sistema capitalista, a burguesia e o proletariado. Nessas condições, não se deveria esperar que o antagonismo entre forças produtivas e relações de produção se manifestasse conforme o esquema clássico configurado nos países industriais. Por isto, situações de impasse e de paralisia social que, em tese, seriam resolvidos por mecanismos da democracia liberal, em nossos países abrem espaço para a ação mais efetiva do Estado.

Como a mais poderosa organização dentro de uma sociedade, é perfeitamente natural que o Estado venha a desempenhar em muitas oportunidades um papel autônomo nos conflitos que caracterizam o desenvolvimento dessa sociedade. (p.38)

Neste artigo procuramos acompanhar e apreender a reflexão analítica de Celso Furtado sobre duas questões nucleares que dão fundamento às principais teses por ele formuladas – a relação entre progresso técnico e acumulação e o papel do Estado e do sistema político no desenvolvimento -, objeto das Seções 3 e 4 deste texto respectivamente. Para abordar tais questões Furtado construiu um método próprio de investigação e análise, método histórico-estrutural, elaborado progressivamente a partir da rejeição dos postulados da economia neoclássica e da absorção dos conhecimentos produzidos pela Economia Política clássica, como expomos na Seção 2 a seguir.

#### 2.Crítica à economia neoclássica

Na Introdução a Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961), Celso Furtado explicitou que a "Ciência Econômica ensinada nas Universidades, tanto na Europa como nos Estados Unidos, dificilmente oferecia qualquer ponto de partida para a abordagem" do subdesenvolvimento, pois era uma ciência preocupada exclusivamente com a teoria dos preços e com o equilíbrio geral, método incompatível com a abordagem estrutural das instituições sociais. Manifestou, na mesma ocasião, sua avaliação quanto aos efeitos positivos do instrumental keynesiano e da análise macroeconômica, pois ambas contribuíam "para romper a espessa camada de preconceitos que se fora acumulando à sombra de um rigor metodológico cada vez mais estéril".

#### -O instrumental keinesiano

No clássico Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado serve-se do modelo keynesiano para analisar os efeitos dos investimentos em estruturas sociais diferenciadas. Observa por exemplo que, contrariamente ao que ocorria nos países industriais, nas economias escravistas e coloniais, primário-

exportadoras, as inversões não geram internamente efeitos multiplicadores, mesmo no caso da "grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos" (C. Furtado, 1963: p.81)

Suas pesquisas indicam que o empreendimento açucareiro no Brasil não beneficiava apenas portugueses, pois "se se tem em conta que os holandeses controlavam o transporte, a refinação e a comercialização do produto, depreende-se que o negócio do açúcar era na realidade mais deles do que dos portugueses" (ibid, p. 21). Assim, pode-se supor que, muito provavelmente, "parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes", fazendo com que, em lugar de lucros, os rendimentos do capital tomassem a forma de "renda de não-residentes que "permanecia fora da colônia" (ibid, p.61).

Com base neste exemplo e em muitos outros retirados da formação econômica brasileira, Furtado relativiza o papel das inversões e do multiplicador keynesiano, nas condições específicas dos países periféricos.

Parte dela [a inversão] transforma-se em pagamentos feitos no exterior... a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. ... Sendo assim a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento de renda não tinha, entretanto, expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento. (ibid, p.63-64)

Tendo em vista, como acabamos de verificar, o destaque concedido por Furtado ao papel da demanda efetiva (mercado consumidor) e das variáveis que a explicam segundo o modelo de Keynes (emprego e renda, investimento e poupança), Ricardo Bielschowsky, autor de *Pensamento Econômico Brasileiro*, enquadra Celso Furtado como um keynesiano, "na medida em que acreditava que a dinâmica do crescimento econômico nos países periféricos era dada por pressão da demanda, diferentemente do modelo clássico ou do schumpeteriano", tratando-se no entanto, diz Bielschowsky, de um keynesiano atípico (R. Bielschowsky, 1988: p.135).

No nosso entendimento, Furtado foi bem mais além dos pressupostos keynesianos e incorporou, a seu modo, os principais autores da época, dando o merecido destaque a Marx e a diversos autores do pensamento clássico.

#### -o aporte marxista

Em Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, Furtado ressalta a importância do modelo de Marx. É este modelo que absorve 44% do capitulo que ele, Furtado, consagra à crítica das formulações teóricas que eram acolhidas na Universidade da época. No entanto, mais do que uma ciência, o legado de Marx chegara ao século XX como doutrina, com dogmas que "emprestavam um caráter teleológico à Análise Econômica." (C. Furtado, 1961: p.12) Escreve então sobre a doutrina marxista:

Esta, na medida em que descobria a urdidura de irracionalidades subjacentes à realidade social contemporânea e impulsava a capacidade criadora do homem para a reconstrução social, contribuía para aproximar os economistas dos grandes problemas culturais e humanos da época. (ibid, p.12)

Em seguida, cônscio de que intuição e dados empíricos não são material suficiente para formular uma nova teoria, Celso Furtado empenhou-se no aprofundamento sistemático das observações a respeito da realidade brasileira apoiando-se então em Hegel e no marxismo, movimento que gerou um novo livro, *Dialética do Desenvolvimento* (1964).

"A importância da dialética na compreensão dos processos históricos, deriva exatamente do fato de que a história, ao nível dos conhecimentos presentes do homem, não pode ser reconstituída a partir da análise da multiplicidade dos fenômenos que a integram" (C. Furtado, 1964: p.15)

É a Sartre que Furtado recorreu para afirmar o significado substantivo da totalização como pré-requisito para a análise do comportamento das partes.

Assim, a oposição dos contrários somente tem significação como oposição das partes ao todo, do todo as partes e do todo a ele mesmo no curso de uma totalização. (ibid, p.16)

Das lições retiradas do marxismo, Furtado registra: o vínculo entre relações de produção e tecnologia e entre forças produtivas e ideologia, a influência da base econômica sobre as estruturas sociais, o papel da luta de classes na configuração dos jogos de poder ou sistema político. Observa também que as hipóteses de Marx exigiram um alto nível de abstração e que foi essa "audaciosa simplificação que permitiu a Marx construir o primeiro modelo dinâmico da realidade social, dando à dialética uma extraordinária eficácia como instrumento explicativo dos processos históricos". (ibid, p.17)

A formação das modernas sociedades industriais é mais facilmente compreendida quando estudamo-la simultaneamente a) do ângulo de desenvolvimento de suas forças produtivas, e b) da transformação das estruturas sociais e do marco institucional dentro dos quais operam essas forças (C. Furtado, 1966: p. 3).

#### -um novo conceito de subdesenvolvimento

Ao mesmo tempo em que incorporava o conhecimento de seu tempo, Furtado submetia teorias e conceitos ao crivo da práxis e de sua capacidade explicativa em economias periféricas. Rejeitou a tese de J. Stuart Mill e de Marx, quanto á tendência de saturação e colapso do capitalismo industrial, registrando que, de fato, "a história buscou caminhos distintos". Na verdade, diz ele, tanto Mill quanto Marx "não captaram a importância que teria o progresso tecnológico no desenvolvimento do capitalismo".

Na análise que se segue o problema do subdesenvolvimento é analisado na sua realidade histórica, isto é como decorrente da propagação da técnica moderna, no processo de constituição de uma economia de escala mundial. (ibid, p. 3)

Na época em que foi formulada, a Teoria do Subdesenvolvimento aparece-nos como resultando da combinação virtuosa dos instrumentos metodológicos disponíveis na economia keynesiana, no marxismo e no pensamento liberal clássico, selecionados e reconfigurados à luz da realidade histórica latino-americana. Estava consciente de que "o histórico é necessariamente aquilo que se encontra em desenvolvimento", e que "o desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como 'síntese de várias determinações, unidade da multiplicidade'-, na expressão de Marx". Esta nova formulação já estava presente em Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. (...) Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. (Celso Furtado, 1961: p. 185)

Um novo conceito de subdesenvolvimento foi a contribuição que fundamentou as reflexões teóricas de Celso Furtado, do início ao fim da vida, e imprimiu coerência ao conjunto de sua obra. Sua tese central, que o subdesenvolvimento não pode ser estudado como fase específica do desenvolvimento, pois um e outro são "dois aspectos de mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna" (C, Furtado, 2003: p.88), foi amplamente aceita no meio acadêmico não-ortodoxo.

Maria da Conceição Tavares, Professora emérita da UFRJ, considera que a teoria furtadiana do subdesenvolvimento é mais completa do que o esquema centro-periferia, de Prebish, "porque contempla a análise de nossa estrutura subdesenvolvida e a dinâmica de sua articulação internacional. [Dessa teoria] desprende-se uma teoria da dependência, muito antes das versões divergentes – e pretensamente mais acabadas – de Gunder Frank e de Cardoso e Falleto." (Tavares (org): p. 129-130)

Em *Raízes do Subdesenvolvimento* (2003), nota-se que Furtado ratificou integralmente o conjunto de reflexões elaboradas e explicitou, com ênfase, os vínculos entre subdesenvolvimento e dependência.

Dessa forma consideraremos o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento, isto é, como conseqüência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX. As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a perpetuar-se. (C. Furtado, 2003: p.88)

# 3. Progresso técnico e acumulação

Historicamente desenvolvimento e subdesenvolvimento ligam-se à Revolução Industrial, que se manifestou sob as formas de transformação das técnicas produtivas e de modificação nos padrões de consumo. Enquanto nas economias industriais ocorreram as duas formas de transformação, nos países subdesenvolvidos a mudança ocorria preferencialmente nos padrões de consumo e as novas técnicas não se generalizavam para o conjunto do aparelho produtivo, conduzindo ao que se denominou, no século XX, "gap tecnológico". Esta é a tese central de Celso Furtado na análise dos efeitos das inovações sobre o subdesenvolvimento.

O exemplo dos países industrializados fundamentava as conclusões de Furtado quanto à convicção de que "é o progresso tecnológico que comanda a acumulação de capital e que é o aumento do capital por pessoa ocupada que permite a transformação das formas de produção". Ao mesmo tempo em que se transformavam as técnicas de produção, expandiam-se naqueles países os mercados para os novos produtos, alavancados pelos efeitos multiplicadores do investimento sobre a geração interna de renda e pela contínua ampliação do comércio exterior. Modificavam-se simultaneamente, assim, as condições de oferta e de demanda, o sistema produtivo e as dimensões do mercado, viabilizando a obtenção de um elevado grau de homogeneidade tecnológica no sistema produtivo. (C. Furtado, 1971: p. 11-12)

A compreensão do papel das mudanças tecnológicas e do processo de acumulação de capital característicos da Revolução Industrial exigia, contudo, na ótica de Furtado, "demonstrar que o conceito de excedente econômico, cuja idéia central está nos fisiocratas e nos primeiros clássicos ingleses, constitui um ponto de partida mais sólido para o estudo da acumulação global." (C. Furtado, 1976: p.16)

#### -A retomada do conceito de excedente econômico

Qualificar e medir o excedente não é tarefa fácil. Às dificuldades usuais deve-se acrescentar, nas economias subdesenvolvidas, a importância da parcela não monetizada da produção (principalmente no século XIX), constatação que tornava desaconselhável utilizar o agregado pertinente da Contabilidade Nacional (excedente= valor agregado a custo de fatores menos remuneração dos trabalhadores). Por isto e para fins de análise qualitativa, Furtado propôs identificar o excedente à parcela da produção que excede o custo básico de reprodução da população como um todo, um parâmetro equivalente ao padrão de consumo dos trabalhadores manuais.

Com efeito, se toda a população viesse a alinhar seu nível de vida com o dos trabalhadores manuais, as formas de consumo ligadas à estratificação social tenderiam a desaparecer. (CF, 1976: p.19)

Adotando esta conceituação, bastante próxima da formulação de excedente potencial sugerida pelo economista norte-americano Paul Baran

(A Economia Política do Desenvolvimento), Furtado elencou as principais formas históricas de manifestação do excedente: crescimento demográfico, desigualdades nos níveis de gastos de consumo corrente e na acumulação de bens duráveis de consumo, certas categorias de despesa pública, e os gastos privados na ampliação do sistema produtivo. Retirou daí a prova empírica de que a totalidade do excedente gerado não é canalizado para a acumulação no sistema de produção (investimento), como preconizavam os economistas da época.

As relações entre acumulação e progresso técnico, que constituem um dos pontos centrais da teoria do desenvolvimento, somente podem ser adequadamente percebidas a partir de uma análise global do processo de acumulação. (ibid: p.15)

Registrou também que, na ocorrência de acumulação não-produtiva (isto é, em bens duráveis de consumo), as formas do excedente assim utilizado "se ligam diretamente à estratificação social, ou seja, se destinam a assegurar a reprodução, simples ou ampliada das desigualdades sociais." (ibid: p.28) Esta modalidade de esterilização de parcelas do excedente é bastante freqüente e ampla nos países subdesenvolvidos e constitui, em grande parte "um reflexo do sistema de dominação social, o que significa que sem um conhecimento da estrutura de poder não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas." (ibid: p.29).

Com base na diferenciação entre acumulação produtiva e fora do sistema de produção e nos obstáculos à generalização das inovações para o conjunto do sistema produtivo, Furtado propôs distinguir desenvolvimento – restrito às sociedades industriais dos países centrais – de modernização – adoção de novos padrões de consumo por elites dos países periféricos.

# -desenvolvimento x modernização

Situando sempre o progresso técnico no primeiro plano das reflexões, Furtado observou que, nas economias industriais, "o desenvolvimento traduziu a intensificação da capitalização no processo produtivo" (1961: p.148 e seguintes)), tornando necessário o aumento continuado da capacidade produtiva e a transformação da poupança (renda não aplicada em consumo) em investimento. Por outro lado, "os fatores dinâmicos da economia operavam, simultaneamente, do lado da oferta e da procura", modificando tanto o leque de bens e serviços disponíveis nos mercados, quanto a pauta de consumo das famílias.

Nas economias pré-industriais, por outro lado, a absorção e difusão do progresso técnico teve efeitos diferenciados e dinâmica própria. Ali, Furtado identificou a formação de economias híbridas onde coexistiam núcleo (s) capitalista (s) e estruturas arcaicas. Na verdade, diz ele, "era raro vermos o chamado núcleo capitalista modificar as condições estruturais preexistentes, pois estava ligado à economia local apenas como elemento formador de uma massa de salários". (1961: p.177)

É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento. (C. Furtado, 1961, p.187)

A heterogeneidade tecnológica repercutia de várias formas nas economias subdesenvolvidas: dependência externa, alto desemprego, baixo custo de reprodução da força-de-trabalho, elevada parcela do excedente utilizada no consumo das elites, custo crescente da importação de tecnologia, tendência ao aumento do coeficiente de importações no setor de bens de capital. A ação combinada desses elementos resultaria, no caso brasileiro, em tendências estruturais à inflação e ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e acabaria por frear a continuidade de expansão da Renda e do Produto.

O ritmo de crescimento compatível com a estabilidade interna é muito mais elevado nas estruturas desenvolvidas do que nas subdesenvolvidas. Este fato explica, por um lado, o crescimento mais lento das economias subdesenvolvidas, nos últimos decênios; por outro, a notória tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, observada em todos os países desenvolvidos que, de uma forma ou outra, tentam intensificar o seu crescimento (ibid: p. 202).

Nos países subdesenvolvidos, onde a assimilação das inovações incidiu basicamente sobre formas de consumo, a adoção do modelo de industrialização substitutiva de importações não foi capaz de alavancar a superação da dependência histórica, pois "novas formas de dependência surgiram e se consolidaram sem encontrar maiores resistências". (ibid, p.14). Observa-se aqui, mais uma vez, a centralidade atribuída por Furtado à dependência externa.

As filiais das grandes empresas internacionais já dispunham, ao nascer, de um código genético que as capacitava a realizar com eficiência a substituição de importações, e se beneficiavam diretamente das mutações que iam ocorrendo na casa matriz. Na medida em que se pretendeu reproduzir, com um intervalo de tempo decrescente, o fluxo de produtos em permanente diversificação que jorra nas economias desenvolvidas, a dependência tornou-se quase condição necessária de eficiência. (ibid: p.14)

Heteroneidade tecnológica e dependência (financeira, tecnológica e comercial) são indicadores indubitáveis de subdesenvolvimento, na análise de Furtado.

Visto deste ângulo mais fundamental o subdesenvolvimento apresenta-se como uma situação de dependência estrutural, que se traduz por um horizonte estreito de opções na formulação de objetivos próprios e numa reduzida capacidade de articulação das decisões econômicas tomadas em função desses objetivos. (ibid, p.15)

Indicadores dessa natureza, sinalizando que o progresso técnico ficou restrito a novos padrões de consumo das elites, se manifestam quando apenas uma parcela do excedente é capitalizada, o restante sendo desviado para o

exterior ou acumulando-se internamente fora do sistema de produção. Tais ocorrências, típicas do subdesenvolvimento, permitem apreender que, nesses países, "o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos." (ibid, p.11)

Na mesma época em que Furtado desenvolvia teoricamente novos conceitos, grande número de especialistas do desenvolvimento empenhava-se em formular indicadores quantitativos do subdesenvolvimento, centrados no consumo per capita de bens e serviços das populações, ignorando as críticas e os novos caminhos sinalizados por Furtado.

Os incrementos de excedente permitidos pela inserção nos novos circuitos comerciais alimentaram novas formas de consumo de grupos privilegiados, conduzindo ao que se chamaria de modernização. O enfoque corrente do economista leva-o a pensar que eram as elevações de renda dos grupos beneficiários locais que causavam as transformações do consumo, abrindo a porta à assimilação pelas classes dominantes de novos padrões de vida. O processo histórico no entanto era mais complexo e a linha de causalidade mais difícil de identificar. (CF, 1976, p.14)

Heteroneneidade tecnológica e dependência estrutural desdobram-se internamente no plano social, articulando economia, política e ideologia-cultura, como veremos a seguir.

# 4. Estado nacional e sistema de poder

O Estado nacional é um ator onipresente no conjunto da obra furtadiana. O papel estratégico que lhe é atribuído nas tarefas de desenvolvimento explica-se a partir de algumas premissas fundamentadas na geopolítica mundial e na história dos países latino-americanos, dentre as quais destacamos: o papel da luta de classes na dinâmica social, as relações Estados Unidos/América Latina, a dependência externa crescente e a prioridade do político frente ao econômico.

#### -a luta de classes

Furtado reconhece a importância da luta de classes na evolução das sociedades industriais e a entende corretamente do nosso ponto de vista, isto é, como disputa pela geração e apropriação do excedente econômico.

O núcleo central do estudo dos câmbios sociais que chamamos de desenvolvimento econômico consiste, portanto, no conhecimento dos processos sociais pelos quais se definem a importância relativa do excedente e a utilização final deste. Esses processos são a resultante da interação de forças antagônicas. (C.Furtado, 1976:

Enfatizou que, nas sociedades desenvolvidas, o progresso tecnológico foi fator de estabilidade social e os capitalistas dele se serviram como instrumento de atenuação das pressões por aumentos salariais em fases de

pleno emprego. Ressaltou contudo que as relações progresso técnico/acumulação resultam de fatores sociais e requerem enquadramento no sistema de dominação.

O estudo das estruturas de poder que acompanham toda estratificação social, constitui a principal fonte de informação sobre o processo de formação e aplicação do excedente. Todo poder tem uma dimensão política (uso da coação) e outra econômica (formação-aplicação do excedente), mas as relações entre uma e outra nem sempre são facilmente perceptíveis, quando as observamos através do espesso quadro institucional que as disciplina. (C. Furtado, 1976: p.29)

Nas economias subdesenvolvidas, a luta por melhorias salariais não demonstrou eficácia similar à das economias industriais, devido à existência de outras e distintas relações sociais. A tendência ao pleno emprego não se manifestou nessas economias, mesmo durante a industrialização, em razão da amplitude do desemprego crônico е da adocão de tecnologias importadas. Nessas condições, nem a burguesia local pode servir-se do progresso tecnológico como fator de acumulação e de poder político, nem as organizações de trabalhadores reuniram força política para ampliar sua participação no controle do processo de geração e apropriação do excedente econômico.

Não se trata de abandonar o conceito de luta de classes, e sim de situá-lo na história e melhor captar o seu alcance. O papel da luta de classes na formação das sociedades industriais modernas é inseparável do tipo de industrialização a que nos referimos anteriormente. (C. Furtado, 1981: p.73)

Nos países que lideraram a Revolução Industrial, a revolução burguesa consistiu em modificação na posição de força da burguesia, tornada possível pela acumulação do capital mercantil. Quando a inovação nos métodos produtivos se tornam um instrumento de poder, "o crescimento do excedente já não depende da abertura de novas linhas de comércio, podendo ser engendrado mediante simples aumentos de eficiência." (C.Furtado, 1976: p.39)

Dito de outra forma, o entendimento de Furtado é que não foi a evolução das forças produtivas que trouxe a difusão do modo capitalista de produção; foi a modificação na posição de força da burguesia, tornada possível pela acumulação do capital mercantil, que a capacitou para atuar em dupla frente: da agricultura feudal e da manufatura artesanal e corporativa, e precipitou a evolução das forças produtivas.

A burguesia européia foi, desde o início, um componente do sistema de dominação social, uma classe que ocupa posições na frente de luta pela apropriação do excedente. ... O comportamento no tempo do custo de reprodução da população reflete a evolução da produtividade do trabalho e a capacidade da massa trabalhadora para modificar, em benefício próprio, a utilização do produto social. (ibid: p.21)

### -subdesenvolvimento e estruturação social

A predominância do emprego do materialismo histórico por Celso Furtado é mais visível quando se trata de entender a relação entre poder e estruturas de dominação. Mantendo o foco no processo de acumulação - "eixo em torno do qual evolui não somente a economia capitalista mas o conjunto de relações sociais em todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial" -, ele esclarece que nas sociedades onde ocorreu a modernização em lugar do desenvolvimento, "a natureza da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho passa a ser o fator determinante da estruturação social". (C. Furtado, 1978: p.53)

As estruturas sociais que se definem nesta fase de acesso indireto à civilização industrial tendem a reproduzir-se no período ulterior de industrialização, independentemente do papel que desempenhe o Estado na promoção desta. ... Muitos observadores pretenderam identificar nessas transformações sociais a "revolução burguesa" da periferia. Mas se as observamos de ângulo mais geral não podemos deixar de reconhecer que o espaço em que elas ocorrem está rigidamente delimitado pela dependência externa. (ibid: p.53)

Embora sejam múltiplas as formas de exteriorização do poder, é possível determinar seus elementos mais visíveis. Em *O Brasil pós-milagre* (1981) estão sinalizados os elementos constitutivos do sistema de poder: a) controle da terra, b) controle de mercados e estruturas oligopolistas, c) controle dos fluxos financeiros, d) estruturas corporativas e estruturas sindicais. Mas Furtado distingue claramente Estado e sistema privado de poder.

É necessário não perder de vista que o Estado é principalmente a resultante de um conjunto de forças que mantém a coesão social e definem a orientação do desenvolvimento. Quando se faz referência à ação política o que se tem em mira é exatamente modificar as bases de sustentação do Estado e, por esse meio, dar nova diretriz ao processo de desenvolvimento. As críticas que são feitas de múltiplos ângulos ao Estado brasileiro, tal qual ele emergiu do processo de industrialização, pecam com freqüência por pretenderem isolá-lo das estruturas sociais das quais ele é fruto e cimento. (C. Furtado, 1981: p.75)

Na sociedade brasileira, os desequilíbrio de poder entre capital e trabalho não permitem que os antagonismos sociais viabilizem soluções para certos problemas estruturais, caso da concentração de renda. Sem a intervenção do Estado a tendência seria de agravamento das tensões sociais.

Em suma, a sociedade carece de um grupo de assalariados que, por sua colocação estratégica no sistema econômico e por sua organização, venha a capacitar-se para modificar o sistema de forças que define a distribuição da renda. ... Tudo leva a crer que a transformação da sociedade brasileira se fará principalmente por via da ação política, posto que, enquanto a relação de forças dentro do próprio sistema econômico evolui lentamente, os problemas engendrados pelas desigualdades sociais assumem gravidade alarmante. (ibid, p.72)

A questão do Estado aparece-nos, de fato, como a principal linha divisória entre o pensamento furtadiano e parcelas da esquerda socialista brasileira que apostam no aprofundamento da luta de classes como fator de transformação social e condição prévia de desenvolvimento econômico. Luta de classes com funções que Furtado reconhece, como vimos, e à qual atribui um papel dinâmico nas sociedades líderes da Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que contesta sua eficácia nas sociedades periféricas. Ele desenvolve esta contestação com base, por um lado, nas formas históricas específicas de geração e apropriação do excedente, e, por outro lado, na fragilização dessas duas classes frente à dependência estrutural e à heterogeneidade tecnológica.

Na verdade é lícito supor que, no Brasil, o debate em torno do Estado desenvolvimentista reveste-se muitas vezes de caráter dogmático. De tese comprovada cientificamente, que o Estado capitalista é um Estado de classe (afirmação sobre a qual não pairam dúvidas), deriva-se a assertiva que a ação estatal só é explicável a partir da análise da natureza de classe do Estado (afirmação altamente discutível). Vários autores, da esquerda socialista, admitem contudo que as sociedades periféricas podem sofrer outras determinações contraditórias construídas historicamente, como é o caso da contradição Império/Nação, ou centro/periferia. Para Samir Amin, por exemplo:

A contradição centros/periferias é pois a contradição principal no sistema capitalista mundial que realmente existe. Noto que se trata de contradição principal, a contradição fundamental situando-se na oposição capital/trabalho, cuja relação define o modo de produção capitalista que domina o conjunto do sistema. Mas toda contradição fundamental só se manifesta através de contradições principais, que são as formas concretas dessa manifestação. (ps.30-31)

Discutindo o processo histórico de diferenciação entre o poder das classes e o poder do Estado, Ellen Wood aconselha cautela "ao se formular proposições relativas à relação entre classe e Estado", e explica:

Durante a maior parte do período histórico, as questões centrais relativas à luta de classes giraram em torno da extração e da apropriação de excedente, e não da produção. O capitalismo é notável por concentrar a luta de classes "no ponto de produção", porque é somente no capitalismo que a organização da produção e da apropriação coincidem tão completamente. É também notável por transformar as lutas em torno da apropriação em disputas aparentemente não-políticas. ...

...as revoluções modernas tenderam a ocorrer onde o modo capitalista de produção era menos desenvolvido; ... e onde o Estado agia não apenas no apoio às classes apropriadoras, mas como algo parecido a um apropriador précapitalista em seu próprio benefício – resumindo, onde não foi possível separar a luta econômica do conflito político e onde o Estado, como classe inimiga mais visivelmente centralizada e universal, foi o foco de uma luta de massa. (E. Wood, ps.47-48)

Interessa-nos dar relevo, nesse contexto, à necessidade de diferenciar os dois processos sociais: a) as lutas de classes que colocam em confronto representantes do capital e do trabalho, típicas de um país como a França, por exemplo, e b) as lutas de massa onde os contendores se organizam em torno de concepções distintas acerca da configuração do Estado, como parece ter ocorrido no Brasil por ocasião da Proclamação da República e da Revolução de 1930, mas também no golpe civil-militar, reacionário, de 1964. Enfim, entendemos que este é um ponto para estudos e debates futuros e não há espaço para aprofundá-lo neste texto.

### -Estado e dependência externa

A ênfase de Furtado no papel estratégico do Estado como único ator social em condições de liderar o desenvolvimento decorre, ainda, de sua percepção quanto ao poder – desmesurado – dos conglomerados transnacionais na economia brasileira. Esse poder não é um simples poder de mercado. Foi construído historicamente mediante o aprofundamento da dependência e esteve vinculado, no pós-Segunda Guerra Mundial, à hegemonia norteamericana. Desde as décadas de 1960 e 1970 Furtado já sinalizava a importância crescente dos conglomerados transnacionais.

Constituem inovação com papel importante na organização das relações entre formações sócio-econômicas e nas técnicas de transferência internacional do excedente. Possuem vantagens tecnológicas incluindo comercialização e controle da informação, o que viabiliza criação de uma renda do produtor que cresce em função da dimensão e do número de mercados em que o grupo atua. (C.Furtado, 1976:

Havia riscos de fato, e bem o sabemos hoje, de os conglomerados se tornarem "estado dentro do Estado", agravando o grau de desarticulação do sistema econômico e erodindo as bases da soberania nacional.

Em síntese a estratégia de uma empresa transnacional é algo de grande complexidade e pressupõe um forte entrosamento com as estruturas de poder político sobre as quais têm crescente influência. Explica-se assim o debilitamento do poder sindical e o declínio das políticas de pleno emprego. Surge uma crescente margem de manobra na administração dos salários, o que engendra uma tendência à concentração de renda que se universaliza. ... Hoje passou a dominar a idéia de que o Estado é um trambolho. Mas sem o Estado, o que fica? O mercado. E qual é a lei do mercado? É a lei do mais forte, a dos mais poderosos, a do grande capital. (C. Furtado, 1999:)

No seu último livro, ao qual atribuímos o valor de obra-síntese do pensamento furtadiano, há referência expressa aos condicionantes geopolíticos que pesam sobre nosso subcontinente e à contradição Império/Nação.

...os países da América Latina ocupam uma situação particular, em razão da peculiaridade de suas relações com os Estados Unidos... Sabe-se que a margem de autodeterminação na busca de meios para atacar os problemas do

subdesenvolvimento vai se reduzindo, à medida que os imperativos da "segurança" dos Estados Unidos vão exigindo crescente alienação de soberania por parte dos governos nacionais. (C. Furtado, 2003: p.13)

Na mesma obra estão ainda sinalizados os riscos de captura do Estado por essas organizações gigantescas representadas por sociedades anônimas que, no fundo, são oligarquias que se autoperpetuam e detém um poder desprovido de legitimidade (ibid, p.19). Esse risco é tanto maior frente à fragilidade da classe empresarial local.

Parece ocioso inquirir se existe nos países latino-americanos uma classe industrial com maturidade e sentido de identidade nacional capaz de encabeçar o processo de desenvolvimento dos respectivos países. ... A redução da classe de empresários nacionais a um papel de dependência interrompeu na América Latina o processo de desenvolvimento autônomo de tipo capitalista, que chegara apenas a esboçar-se... As empresas autenticamente nacionais e privadas, com raras exceções, tiveram um comportamento reflexo, cumprindo tarefas auxiliares ou confinando-se em setores estagnados. As companhias nacionais com atuação em setores estratégicos são quase sempre estatais. (ibid, p.53)

Enfim, e para concluir esta Seção, queremos reafirmar a confiança de Furtado na democracia. Considerando que, para ele, o desenvolvimento tem dois requisitos básicos (a capacidade de se auto-financiar e de se auto-transformar) e deve orientar-se por valores substantivos (o bem-estar coletivo e a independência nacional), sempre que se referiu à liderança do Estado no exercício de funções desenvolvimentistas, e portanto à preeminência do político sobre o econômico, Celso Furtado enfatizou que esta realização exigiria a participação das grandes massas, isto é, o aprofundamento do processo democrático.

O desenvolvimento econômico, nas condições adversas atuais, dificilmente se fará sem uma atitude participativa de grandes massas da população. ... Toda medida que se venha a tomar, no sentido de enfraquecer os governo como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns, resultará na limitação das possibilidades de autêntico desenvolvimento na região. (ibid, p.41)

#### 5. Questões de método e a Nova Economia Política

Fato notável nos mais de 30 livros que Celso Furtado escreveu durante um período que superou cinco décadas é a coerência interna das teses elaboradas, e esta coerência deve ser atribuída, penso, ao método investigativo utilizado, baseado em conceitos e relações construídos teórica e empiricamente. Em nenhum momento ele se restringiu a modelos ou fórmulas abstratas. Pelo contrário, serviu-se de categorias analíticas fundamentadas na análise histórica de situações concretas. Não desprezou o estudo de nenhuma vertente do pensamento social, mas selecionou aquelas que, no seu entendimento, adequavam-se melhor à compreensão do fato social analisado.

Contrariamente ao procedimento de outros autores, que analisaram o caso brasileiro à luz de tipos ideais, deduzindo dessa comparação desvios ou insuficiências da formação social brasileira, Furtado vinculou os modelos de desenvolvimento da época (Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e Japão, por exemplo) às condições históricas de sua realização. O Brasil e outros países, sobretudo latino-americanos, vivenciaram outras condições e chegaram por isto a resultados diversos daqueles obtidos nos países centrais. Mas não se veja aí sinal algum de inferioridade do Brasil ou dos brasileiros, argumentou sempre.

Seu método e as principais categorias de análise foram explicitados em livro raramente citado — *Prefácio à Nova Economia Política* — verdadeira obraprima do pensamento social brasileiro. É nesse livro que ele expõe, com detalhes e argumentos sólidos, a construção dos conceitos básicos, a síntese de suas reflexões teóricas. Convicto de que não bastava adotar um enfoque interdisciplinar para estudar a totalidade de uma formação social, ele defendeu a tese que era necessário 'reconstruir o quadro conceitual de que se utiliza o economista, utilizando o apoio de uma visão global das estruturas sociais historicamente identificadas'. (p.

# -Prefácio à Nova Economia Política (1976)

Na primeira parte deste livro Celso Furtado apresenta a metodologia utilizada para construir as categorias analíticas que utilizou para alcançar o objetivo de construção de uma 'teoria social global na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais, a teoria da estratificação social, e a teoria do poder'.

Destaca-se, no método apresentado, a reconstrução do conceito, clássico, de excedente social, entendido como a parcela da produção que excede o custo de reprodução da população total. Para estimar esse custo adotou, como hipótese, a renda/salário do trabalhador manual. Em seguida, procurou analisar as formas históricas que o excedente pode assumir e o leque de alternativas de que a sociedade dispõe para sua aplicação. Observou então que, nas sociedades subdesenvolvidas, o excedente não é integralmente destinado ao investimento, podendo ser canalizado para a esfera do consumo e constituir, então, uma modalidade funcional para a reprodução das desigualdades sociais.

A pergunta que se coloca, de forma de quase imediata, sobre a racionalidade do processo de alocação do excedente, não pode ser respondida, segundo Furtado, sem recurso à análise do sistema de poder. Para ele, o excedente é a manifestação material da existência de um sistema de poder, e este tem não somente uma dimensão política (os instrumentos de coação) mas também uma dimensão econômica sinalizada pelo controle do excedente. Pode-se dizer assim que, para Furtado, há uma relação dialética entre os dois conceitos, ambos subordinados a uma dupla determinação, econômica e política.

No caso particular dos países subdesenvolvidos, a dependência histórica e o fato de as exportações ocuparem o centro dinâmico da economia constituem fatores viabilizando que uma parte importante do excedente econômico seja desviado para o exterior. Nesta ótica, o controle de parcela do excedente por agentes externos implica, necessariamente, a participação desses agentes no sistema local de poder. Como a dependência constitui um elemento estrutural da matriz institucional brasileira na análise de Furtado, o desenvolvimento com soberania requer romper os laços históricos de dependência.

Em outras palavras, o horizonte de transformações sociais que a existência do excedente permite vislumbrar, no qual se inserem múltiplas alternativas de escolha, estará sujeito à ação de agentes externos no caso das sociedades dependentes. O que o leva a apontar duas condições prévias ao desenvolvimento soberano — a capacidade de se autotransformar e a possibilidade de se autofinanciar. Por capacidade de autotransformação entenda-se, nesse contexto, o controle soberano das decisões que envolvem a geração e a apropriação do excedente econômico. Não se deve confiar tais decisões ao mercado, ou ao sistema de preços, pois este é também um sistema de dominação social. Na verdade, os preços, que são sempre relativos, 'não são independentes das relações de força que estabelecem os diferenciais de salário, as taxas de juros e outros muitos elementos da repartição de renda,' (p. 51)

A luz de sua metodologia, Furtado observa que 'um banco se assemelha mais a um cartório do que a uma empresa marshaliana' (p. 50), dado o caráter institucional, preliminarmente, da taxa de juros. Também a taxa de lucros está associada a certa relação de forças que permite ao capitalista apropriar-se de uma parcela do excedente. No caso da remuneração dos trabalhadores, ele reconhece a importância da contribuição de Marx para o estudo da mercadoria e do caráter social do trabalho, mas limita essa contribuição ao estudo da ideologia e da alienação, pois o salário do trabalhador 'é exógeno à organização da produção: constitui um dado, fixado historicamente dentro de certo contexto cultural que o capitalista deve ter em conta'. (p. 47) E acrescenta:

A idéia de que o salário de um trabalhador está ligado à produtividade específica desse trabalhador constitui uma das ficções mais curiosas da economia neo-clássica. (p.47)

Reconhecendo as dificuldades de mensuração do excedente internacional, frentes às diferentes unidades de medida utilizadas nos distintos países, Furtado registra a correlação negativa entre o excedente gerado no intercâmbio externo e o custo de reprodução da população. Em outras palavras, ele coloca em relevo a contradição entre a melhoria do poder aquisitivo dos trabalhadores de um país dependente e os lucros obtidos nas atividades de exportação, sinalizando, suponho, que a luta de classes (os antagonismos sociais) extrapola as fronteiras nacionais.

Para não me alongar na apresentação sumária de obra tão importante, destaco que o método de Celso Furtado, centrado na análise histórica das relações sociais e internacionais de produção e do desenvolvimento das forças

produtivas, permitiu-lhe um certo pioneirismo na análise dos grupos transnacionais e de suas alianças com as elites locais.

A atividade transnacional é um aprofundamento da divisão do trabalho no sentido de que ela substitui operações internacionais mercantis, ao nível de produtos, por outras, ao nível de recursos produtivos, que obedecem a uma unidade de comando. Sua principal significação está em que ela contribui para reforçar o poder dos grupos que controlam a produção, ao mesmo tempo que permite planejar a produção num espaço plurinacional. (p.57)

[No século XIX] A resistência oferecida sob várias formas, pelas populações locais, à mudança no modo de produção não é assunto que haja preocupado os economistas. Contudo, aí estão aspectos fundamentais da história social contemporânea, essenciais para a explicação da diversidade que assumem as formações sociais capitalistas atuais. ... O latifundismo latinoamericano do século dezenove é, portanto, a expressão do poder de grupos ligados ao capitalismo internacional em expansão. (p. 59)

#### -Candidato ao Premio Nobel de Economia

Celso Furtado não foi um pensador isolado em seu tempo. Suas teses constituem, a bem da verdade, a expressão mais refinada de uma corrente de pensamento que teve influência e poder no Brasil durante certo período. Ter poder ou participar, mesmo que provisoriamente, do sistema de poder, é um "privilégio" que pode se transformar, muitas vezes, em vetor fundamental para a compreensão mais profunda de fatos sociais com elevada significação estratégica.

Assim Miguel Arraes, governador deposto de Pernambuco em 1964, registrou a convicção de que o conflito dos anos 1960 estava centrado nos rumos do desenvolvimento, e que em torno dessa temática organizavam-se duas correntes que não se confundiam com os partidos político. 'A questão central foi sempre a de determinar o papel do capital estrangeiro.' (p. 47) Segundo Arraes, o traço marcante das políticas governamentais a partir de 1964 foi a mudança de foco, da independência nacional para a interdependência, lei fundamental para os Estados Unidos (p.50), passando então a prevalecer uma aliança entre interesses nacionais e estrangeiros, inclusive de algumas empresas estatais...' (p. 53)

Na mesma linha de pensamento, o Presidente da República deposto pelo golpe civil-militar de 1964, João Goulart, em cujo governo Celso Furtado foi Ministro do Planejamento, declarava já nos anos 50:

Ministro do Trabalho, nenhum outro foi mais combatido, mais caluniado e mais ultrajado até em sua honra pessoal. E tudo isso porquê? Porque não me coloquei ao lado dos poderosos! ... Porque não preconizei a entrega do nosso petróleo! ... Porque não criei obstáculos à Petrobrás!... Porque não sou entreguista!... (JG, Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, outubro/1957)

O êxito de Celso Furtado na formulação de novo marco teórico e na construção de uma teoria social global aplicável ao subdesenvolvimento, despertou a sensação de que sua morte "abriu um enorme vazio na construção do pensamento crítico brasileiro e internacional", nas palavras do Professor e Reitor Theotônio dos Santos durante o Seminário Celso Furtado e o Século XXI (UFRJ/2007). O próprio Theotônio dos Santos coordenara o lançamento da candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de 2004, "evento que mobilizou uma quantidade impressionante de adesões no Brasil, na América Latina e em todo o mundo". (T.Santos, 2007: p.110)

Considerado "o nosso maior economista", pelos organizadores daquele Seminário da UFRJ, Celso Furtado foi, seguramente, um homem excepcional e de caráter singular. Mas nem por isso menos representativo da alma generosa do povo brasileiro.

Meu único compromisso é com o Brasil. O presidente solicita e faço o que posso. Não aceito nenhum emprego, nenhuma missão paga. Só aceito o que puder ser feito de graça.

(Em janeiro de 2003, ao recusar trabalhar na reformulação da Sudene, FSP/A15, 21-11-2004)

#### Bibliografia de referência

Amin, Samir. Au-delà du capitalisme sénile. Ed. PUF, Paris/2001

Arraes, Miguel. O Jogo do Poder no Brasil. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1981

Baran, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro/1964 (2ª edição)

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1988 (2ª edição)

, 1976. <i>Prefácio à Nova Economia Política</i> . Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
, 1972. <i>Análise do modelo brasileiro</i> . Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
, 1970. Les Etats-Unis et le sous-développement de l'Amérique Latine. Ed. Calmann-Lévy, Paris
, 1966, Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.
, 1964. <i>Dialética do Desenvolvimento</i> . Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro/Lisboa
, 1961. <i>Desenvolvimento e Subdesenvolvimento</i> . Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro/Lisboa/1965 (3ª edição)
, 1959, 1ª.edição, <i>Formação Econômica do Brasil</i> . Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro/1963 (5ª edição)
Sabóia J. e Carvalho, Fernando J. Cardim. <i>Celso Furtado e o século XXI</i> . IE/UFRJ-Petrobrás- Bndes, Rio de Janeiro/2007
Tavares, Maria da Conceição. "Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes". In Tavares, Maria da C, (org). <i>Celso Furtado e o Brasil</i> . Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000

Wood, Ellen M. Democracia contra capitalismo. Boi